

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

MERILAINY DAYANA LIMA SERAFIM

A RELAÇÃO ENTRE O CRÍTICO E O CONSERVADOR: a formação e a prática dos assistentes sociais que atuam no Programa Bolsa Família de João Pessoa.

**João Pessoa-PB
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

MERILAINY DAYANA LIMA SERAFIM

A RELAÇÃO ENTRE O CRÍTICO E O CONSERVADOR: a formação e a prática dos assistentes sociais que atuam no Programa Bolsa Família de João Pessoa.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, na área de concentração em Fundamentos Teórico- Metodológicos do Serviço Social, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre, sob orientação da Prof. Dr^a Cleonice Nogueira Lopes.

**João Pessoa-PB
2014**

S481r Serafim, Merilainy Dayana Lima.

A relação entre o crítico e o conservador: a formação
e a prática dos assistentes sociais que atuam no
Programa Bolsa Família de João Pessoa / Merilainy
Dayana Lima Serafim.- João Pessoa, 2014.

168f.

Orientadora: Cleonice Nogueira Lopes

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHL

MERILAINY DAYANA LIMA SERAFIM

A RELAÇÃO ENTRE O CRÍTICO E O CONSERVADOR: a formação e a prática dos assistentes sociais que atuam no Programa Bolsa Família de João Pessoa.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, na área de concentração em Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social.

Aprovada em 19 de agosto de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Cleonice Lopes Nogueira
Orientadora

Profª Drª Márcia Emília Rodrigues Neves
Examinadora Interna

Profª Drª Nivia Cristiane Pereira da Silva
Examinadora Interna

João Pessoa-PB
2014

A Deus, pelo dom da vida, aos meus pais, esposo e amigos
pelo amor, cumplicidade e incentivos.

AGRADECIMENTOS

Nesta página tão especial, gostaria de agradecer a algumas pessoas, dentre muitas que me ajudaram na realização deste trabalho.

Primeiramente agradeço a Deus, segundo aos meus pais e irmãos pelo amor, dedicação e incentivo constante.

À meu marido e eterno amor, Murilo Luis, pela compreensão, incentivo e apoio moral nas horas difíceis.

À minha avó Maria, pelo amor e orações de força, fé e proteção.

Aos professores do Mestrado pelo conhecimento.

À minha orientadora e amiga Dr^a Cleonice Nogueira Lopes, pela compreensão dos momentos da minha vida particular que interromperam a produtividade deste trabalho e principalmente pelo conhecimento passado durante longos dias de orientações realizados nessa jornada.

Ao CNPQ pelo financiamento dessa caminhada.

Às assistentes sociais do Programa Bolsa Família pela colaboração na pesquisa, fonte enriquecedora deste estudo.

À turma de mestrado em Serviço Social 2012.1 da UFPB pelos momentos inesquecíveis de discussões, aprendizagem e cumplicidade.

À equipe do Centro de Referência de Assistência Social de Nova Olinda-PB pela colaboração e compreensão nos momentos de ausência.

Aos membros da banca examinadora, Professoras Doutoras Márcia Emília Rodrigues Neves e Nivia Cristiane Pereira da Silva pela disponibilidade de aprimoramento deste trabalho.

Obrigada a todos!

“A crítica não arranca flores imaginárias dos grilhões para que os homens suportem os grilhões sem fantasia e consolo, mas para que se livrem deles e possam brotar as flores vivas”.

Karl Marx

RESUMO

Este trabalho trata da relação entre a formação profissional do Serviço Social pautada nas Diretrizes Curriculares, componente intrínseco do Projeto Ético-Político de natureza crítica ao conservadorismo e a prática desses profissionais formados nas bases desse projeto. O objetivo foi analisar o direcionamento dado pela prática do assistente social, entendendo esse direcionamento enquanto um desafio, uma vez que os espaços sócio-ocupacionais nos quais atuam o Serviço Social são também parte estrutural da racionalidade conservadora presente no modelo de sociedade vigente. Nesse sentido, buscamos investigar a existência, ou não, de contradições entre a formação, numa perspectiva crítica e o exercício profissional dos assistentes sociais inseridos nesses espaços. Para tanto, o Programa Bolsa Família do município de João Pessoa foi escolhido enquanto campo de pesquisa, uma vez que este programa comporta elementos subjacentes ao que tratamos como neoconservador, ao caracterizar-se como sendo estratégico, emergencial e paliativo, colocando em evidência o trato da questão social apenas em sua superficialidade e não no seu cerne. A pesquisa foi realizada a partir de entrevista semi-estruturada, gravada em meio digital com dez assistentes sociais que atuam nesse programa e que tiveram formação profissional dentro do atual currículo da ABEPSS. O propósito foi examinar se a formação, realizada em uma perspectiva Ético-Política, de natureza crítica ao conservadorismo e a sociedade capitalista, está assegurando uma prática crítica, ou se as características conservadoras, inerentes ao Estado de natureza neoliberal, impõem sua racionalidade à prática do Serviço Social, levando-a a reproduzir essa natureza e também a se reproduzir como uma prática conservadora. A hipótese que dirigiu o estudo foi a de que, embora o assistente social tenha sua formação alinhada com o Projeto Ético-Político, sua prática, desenvolvida em espaços de atuação que funcionam na lógica conservadora, acaba reproduzindo em certa medida o conservadorismo, situação esta que seria inerente aos determinantes objetivos institucionais, onde essa reprodução seria uma imposição e não uma escolha dos agentes. Este estudo possui caráter qualitativo e adota como procedimento metodológico a análise crítica dos conteúdos dos depoimentos dos sujeitos entrevistados. A partir dos dados, percebemos que, no âmbito do Programa Bolsa Família, encontram-se condições de natureza objetiva, inerentes ao próprio sistema de funcionamento e da estrutura de relação de poder local, as quais impõem desafios que limitam e tencionam o exercício profissional do assistente social, o que se constitui como fatores que lhe direcionam sócio e politicamente a assumir uma característica que mais se aproxima de uma prática de reprodução do conservadorismo. No entanto, essa característica apresentada, contraria o discurso crítico exposto pelos sujeitos da pesquisa, de modo que a maioria adota de forma crítica o caráter conservador de sua prática, uma vez que reconhecem nos mecanismos e procedimentos formais e normativos, formas de regulação das relações sociais construídas na lógica conservadora da sociedade burguesa.

Palavras-Chave: Serviço Social. Formação Profissional. Prática Profissional. Programa Bolsa Família.

ABSTRACT

This work deals with the relationship between vocational training of social work guided the Curriculum Guidelines, intrinsic Ethical-Political Project of critical nature component to conservatism and the practice of these professionals on bases of this project. The objective was to analyze the direction given by the practice of social worker, understanding this direction as a challenge, since the socio-occupational spaces in which work social work are also structural part of the conservative rationality present in the current model of society. In this sense, we sought to investigate the existence, or not, of contradictions between the formation, a critical perspective and the professional practice of social workers inserted in these spaces. Thus, the Family Grant Program of João Pessoa city was chosen as a research field, since this program includes elements underlying what we treat as neoconservative, to be characterized as strategic, emergency and palliative, highlighting the tract the social question only in its superficiality and not at its core. The survey was conducted through semi-structured interview, recorded in digital media with ten social workers working in this program and who had professional training within the current curriculum ABEPSS. The purpose was to examine whether the training held in a Ethical and policy perspective, the critical nature conservatism and capitalist society, is ensuring a critical practice, or if the characteristics inherent to the rule of neoliberal nature, impose their rationality to practice of Social Work, leading her to play this conservative nature and also to reproduce as a conservative practice. The hypothesis that conducted the study was that, although the social worker has aligned its training with the Ethical-Political Project, a practice developed in areas of activity that work in the conservative logic, ends up reproducing some extent conservatism, a situation that would be inherent in determining institutional objectives, where such reproduction would be an obligation and not a choice of agents. This study has qualitative and adopts as methodological approach the critical analysis of the contents of the statements of the interviewed subjects. From the data, we find that under the Family Grant Program, are conditions of objective nature, inherent to the operating system and the local government relationship structure, which pose challenges that limit and intend to professional practice of social worker, which is constituted as factors that directs you partner and politically to take a feature that is closest to a practice of reproduction of conservatism. However, this feature appears, contrary to critical discourse exposed by the research subjects, so that the most critically adopts the conservative nature of their practice, since recognize the mechanisms and formal and regulatory procedures, forms of regulation of relations built in social conservative logic of bourgeois society.

KeyWords: Social Service. Vocational Training. Professional Practice. Family Grant Program.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - CONSERVADORISMO E PENSAMENTO CRÍTICO NA SOCIEDADE MODERNA: o debate teórico presente no Serviço Social.....	19
1.1 A SOCIEDADE MODERNA E A CONFIGURAÇÃO DO CONSERVADORISMO CLÁSSICO.....	19
1.2 A CONSTRUÇÃO TEÓRICA DE RUPTURA AO PENSAMENTO CONSERVADOR.....	29
1.3 O PENSAMENTO CRÍTICO NA INSPIRAÇÃO MARXISTA	35
1.4 A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E A CONFIGURAÇÃO DA OFENSIVA NEOCONSERVADORA.....	40
1.4.1 Pós-modernidade: características e interpretações	40
1.4.2 Crise do Capital e a Configuração da Pós-modernidade	47
CAPÍTULO II - O SERVIÇO SOCIAL ENTRE O PENSAMENTO CONSERVADOR E O CRÍTICO	53
2.1 SERVIÇO SOCIAL E SUA VINCULAÇÃO COM O PENSAMENTO CONSERVADOR.....	54
2.2 PROCESSO DE RUPTURA DO SERVIÇO SOCIAL COM SUAS BASES CONSERVADORAS	62
2.3 SERVIÇO SOCIAL E O MARXISMO	72
2.4 PROJETO ÉTICO- POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL COMO UM ELEMENTO DE RUPTURA	76
2.5 REBATIMENTOS DA OFENSIVA NEOCONSERVADORA NO SERVIÇO SOCIAL.....	91
2.6 CONFIGURAÇÃO NEOCONSERVADORA NAS POLÍTICAS SOCIAIS: enfoque na política de assistência social e no programa bolsa família.....	96
CAPÍTULO III - A FORMAÇÃO E A PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL NA RELAÇÃO ENTRE O CRÍTICO E O CONSERVADOR.....	108
3.1 CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DE ATUAÇÃO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	122
3.2 APROPRIAÇÕES DA MATERIALIDADE DA PRÁTICA PROFISSIONAL NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	131
3.3 NÍVEL DE CONHECIMENTO DAS ASSISNTES SOCIAIS SOBRE O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS	152

REFERÊNCIAS.....	156
ANEXOS	164
ANEXO A - Roteiro de Entrevista Semi-estruturada	165
ANEXO B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	167

INTRODUÇÃO

O presente trabalho resultou de pesquisa realizada como atividade do mestrado, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba.

Possui como motivação um conjunto de reflexões realizadas por ocasião de estudos empreendidos ao longo da inserção no Setor de Estudos e Pesquisas em Fundamentos e Práticas do Serviço Social (SEPESS) vinculado ao Programa de Pós-graduação e ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba.

A pesquisa teve como objeto de estudo a relação entre a formação profissional de assistentes sociais, orientada pelas Diretrizes Curriculares inerentes ao Projeto Ético-Político de natureza crítica ao conservadorismo e a prática desses profissionais formados no patamar desse projeto. O propósito foi examinar qual o direcionamento dado por esses profissionais às suas práticas, desenvolvidas em espaços institucionais marcados pelas racionalidades conservadoras de uma sociedade contraditória.

A inserção no Programa de Pós-graduação significou uma oportunidade de qualificar as reflexões acerca da formação e prática do assistente social. Sendo assim, as discussões realizadas no curso das disciplinas proporcionaram um maior entendimento e aproximação com o objeto, como também abriram as portas para novos questionamentos.

Objetivou-se neste estudo investigar a existência ou não de contradições entre a formação, numa perspectiva crítica e o exercício profissional dos assistentes sociais que atuam no Programa Bolsa Família do município de João Pessoa. Nesse sentido, o propósito foi tomar conhecimento se essa formação, realizada em uma perspectiva ético-política de natureza crítica, está assegurando uma prática crítica, ou se as características conservadoras, inerentes ao Estado de natureza neoliberal, impõem sua racionalidade à prática do Serviço Social, levando-a a reproduzir essa natureza e prática conservadora.

Nesse sentido, buscou-se identificar dentre os assistentes sociais os quais se formaram no âmbito do Projeto Ético-Político do Serviço Social e aprofundar conhecimentos sobre as Diretrizes Curriculares, como também o corpo ídeo- teórico

que lhes orientam, seus princípios e valores ético-político. E ainda, investigar a existência de traços conservadores no Programa Bolsa Família, os quais constituem em limites e desafios postos pelas relações sócio- institucionais do Estado Neoliberal e pelas relações capitalistas à prática profissional dos referidos assistentes sociais. Esse processo envolveu também, identificar a direção social da prática profissional dos assistentes sociais formados sob o patamar das Diretrizes Curriculares, construídas pela Associação Brasileira de Ensino, Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 2001 e constitutivas do Projeto Ético-Político do Serviço social.

O alcance dos objetivos propostos exigiu uma discussão sobre o conjunto de determinantes sócio- históricos que condicionam o processo de formação e as condições de realização da prática do Serviço Social. Parte-se do entendimento de que, ao longo do processo histórico, o Serviço Social vem se deparando com desafios postos pelo projeto neoliberal de sociedade e por alguns dilemas, não superados, na relação teoria- prática, tornando comum a expressão de que na prática a teoria é outra.

Na análise histórica da profissão, verificamos que a formação do assistente social esteve ligada aos interesses do bloco histórico, econômico e politicamente dominante na sociedade contemporânea. Embora a formação profissional esteja apoiada em uma expressão do pensamento crítico dialético, a qual orienta as Diretrizes Curriculares, sendo, por conseguinte, divulgada pelas instituições formadoras vinculadas à ABEPSS e na produção de organismos representantes da categoria, os assistentes sociais no seu cotidiano de prática, desenvolvem suas atividades em um espaço sócio-institucional construído na lógica conservadora. As políticas, programas e projetos e nos quais desenvolvem suas atividades também se realizam na dinâmica de funcionalidade da sociedade moderna.

Assim, entende-se que o exercício do assistente social está ligado tanto à trajetória histórica da profissão na sociedade burguesa, quanto ao legado do conservadorismo, ainda que com este se tenha uma dinâmica de permanente ruptura e continuidade.

O estudo dessa dinâmica do Serviço Social exigiu ainda que esse debate fosse contextualizado em bases histórias-ontológicas da sociedade burguesa e seus mecanismos de intervenção nas práticas sociais de reprodução dessa sociedade. Nesse sentido, o Serviço Social é definido enquanto uma profissão inserida na

divisão social e técnica do trabalho, com papel destinado ao processo da reprodução das relações sociais.

Nesta análise, se discute um pouco sobre as racionalidades nessa sociedade, as quais orientam a profissão, uma vez que a formação profissional direciona-se ao pensamento estruturado na razão dialética, a partir da qual o assistente social é chamado a pensar criticamente a sociedade e suas relações. No entanto, nos espaços de atuação, esse profissional insere-se em realidades institucionais que se orientam na razão formal-abstrata da racionalidade positivista, que limita o seu fazer profissional a um conjunto de mecanismos e procedimentos formal e normativo, que tem como objeto o processo de regulação dessas relações, que se constroem na lógica conservadora da sociedade burguesa.

Foi fundamental na discussão teórica do objeto de estudo, apresentar então as racionalidades de compuseram e compõem o pensamento do Serviço Social. Desta forma, o conservadorismo, o neoconservadorismo pós-moderno e o pensamento crítico; são categorias teóricas tratadas na discussão deste trabalho.

Essa construção teórica é feita a partir de autores marxistas de diferentes perspectivas como Leila Escorsim, Carlos Nelson Coutinho, Joseane Santos, José Paulo Netto, Leandro Konder, Ivo Tonet, Marilda Iamamoto, Barroco, Behring, Boschetti, entre outros. Como nos orienta Netto (2009a), ser marxista hoje não é repetir aquilo que Marx pensou, mas ser fiel ao seu método. Aqui está contido todo um esforço em ser fiel ao método marxiano na análise do objeto. Sendo assim, acredita-se que lendo autores fiéis em suas análises ao método de Marx e responsáveis por longas jornadas de pesquisas e elaborações teóricas, inclusive acerca das categorias teóricas deste trabalho, este esteja fiel à teoria que lhe orienta.

A importância desta produção acadêmica concretiza-se na sua relevância científica e política, uma vez que se é apresentado uma discussão teórica a partir dos clássicos e seus interpretes, no intuito de compreender a configuração da sociedade conservadora e o que se chama hoje de neoconservadorismo, tema bastante atual que tem se feito presente nos encontros da categoria e é responsável por instigar as produções teóricas realizadas recentemente.

Para desenvolver pesquisa, seja para a produção do conhecimento teórico ou para subsidiar a produção de um conhecimento que auxilie uma intervenção, é necessário o domínio do conhecimento sobre o método e sobre de técnicas de

pesquisa. O método de conhecimento que se mostra eficaz na compreensão da realidade do objeto de estudo é aquele, referenciado na concepção teórica de Marx, que situa o objeto de análise no contexto sócio-histórico do qual faz parte, reconstruindo uma totalidade parcial capaz de identificar os determinantes históricos dessa realidade.

Netto (2009) sugere três observações que permitem, mediante estudo sistemático, apoderar-se do método crítico-dialético, quais sejam:

[...] em primeiro lugar, o profissional necessita possuir uma visão global da dinâmica social concreta [...] em segundo lugar, encontrar as principais mediações que vinculam o problema específico com que se ocupa com as expressões gerais assumidas pela “questão social” no Brasil contemporâneo e com as várias Políticas Sociais que se propõe a enfrentá-las [...] em terceiro lugar, ao profissional cabe apropriar-se criticamente do conhecimento existente sobre o problema específico com o qual se ocupa (p. 31-33).

Assim como defendem Iamamoto (2008) e Netto (2009), a pesquisa em Serviço Social é indispensável uma vez que esta permite desvendar a demanda em sua totalidade como objeto concreto imbricado de inúmeras determinações. Desenvolver uma postura investigativa e democratizar os seus resultados permite um avanço teórico e técnico operativo na categoria. Para Netto (2009, p.8):

[...] capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento, mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou.

O método crítico-dialético assume uma perspectiva relacional entre sujeito e objeto, onde não há uma externalidade, pois, o sujeito é ativo e indaga o objeto procurando extrair o seu movimento real;

[...] sujeito e objeto estão historicamente situados e em relação, considerando a particularidade das relações sociais como objeto, deforma que não há, nenhuma perspectiva de neutralidade e a condição para uma aproximação mais profunda em relação ao movimento essencial do objeto é exatamente o reconhecimento dessa determinação das visões sociais de mundo que impregnam sujeito e objeto (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 38).

A abordagem do tema seguindo o método dialético permitiu compreender a problemática do objeto de estudo a partir de sua condição dinâmica, complexa e contraditória, considerando os determinantes históricos da sociedade capitalista que condicionam a formação e a prática do assistente social numa relação que participa do processo de acumulação do capital, como também atende as necessidades sociais das classes subalternas.

Entende-se, portanto, que a teoria social é o processo capaz de desvendar a prática do assistente social compreendendo-a em sua totalidade, isto é, em suas várias determinações. Apoiando-se numa técnica de investigação, o objeto pode ser apoderado pelo pesquisador “em seus pormenores, analisado em suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas” (MARX, 1968, *apud* NETTO 2009 p. 10).

A pesquisa realizada teve natureza qualitativa, tendo em vista que se dedicou a análise de dados de opinião que refletiram a concepção dos sujeitos sobre os elementos de investigação.

Os sujeitos da pesquisa foram dez assistentes sociais que atuam no Programa Bolsa Família de João Pessoa os quais tiveram uma formação dentro do atual currículo da ABEPSS, caracterizado como sendo de natureza crítica, apoiada na perspectiva das Diretrizes Curriculares em vigor desde 2001.

Desta forma, a pesquisa teve como item de exclusão dois sujeitos que se formaram na grade curricular anterior, tendo em vista que um dos propósitos foi examinar a formação e a práticas dos assistentes sociais que atuam no Programa Bolsa Família de João Pessoa á luz da atual Diretrizes Curriculares.

O universo da pesquisa foi constituído de treze assistentes sociais, tendo em vista que este é o número de profissional de Serviço Social que atuam no programa. No entanto, dos treze profissionais, um recusou participar da pesquisa e dois não atendiam aos critérios da pesquisa, como explicado no parágrafo anterior.

Os instrumentos e procedimentos utilizados neste trabalho caracterizam-se por um conjunto de processos. Inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica acerca do tema, verificando o debate existente sobre o processo de formação profissional dos assistentes sociais e os desafios a eles impostos pelas mudanças no seio da sociedade capitalista, assim como as tensões entre a perspectiva crítica dessa formação e sua prática inserida em um campo institucional conservador, o

qual lhe impõe uma condição de reprodução de uma prática igualmente conservadora.

Como procedimento de investigação a pesquisa já partiu, portanto, de um levantamento exploratório¹ e de um estudo bibliográfico² da produção existente. Esse procedimento, segundo Minayo (1994), dá a pesquisa um caráter qualitativo³.

No segundo momento, foi realizada a pesquisa de campo, a partir de entrevistas⁴ com os sujeitos acima definidos, onde foi aplicado um roteiro de entrevista semiestruturada onde a mesma foi gravada em meio digital e analisada posteriormente, de acordo com a sistematização e análise de conteúdo de Bardan (1997).

Os dados das entrevistas foram direcionados em quadros de análise, descrevendo textualmente o conjunto dos depoimentos das entrevistas, separados por questões e atrelando ao mesmo quadro as diversas respostas dos sujeitos da pesquisa, de modo a permitir uma leitura das falas e análise das tendências, as quais foram estudadas a luz de referências teóricas que permitiram a compreensão do conteúdo explicitado.

Para tanto, na utilização destes quadros foi adotada a concepção de análise de conteúdo de Bardan (1997), e para as falas e referências teóricas inerentes ao assunto tratado pelos sujeitos. Os resultados da produção do estudo bibliográfico serviram como referências para os dados da pesquisa de campo, que por sua vez constituíram o material de elaboração deste trabalho.

¹ Cervo (2007, p. 63) afirma que “a pesquisa exploratória, designada por alguns autores como pesquisa quase científica ou não, é normalmente o passo inicial no processo de pesquisa pela experiência e um auxílio que traz a formulação de hipóteses significativas para posteriores pesquisas. A mesma não requer a elaboração de hipóteses a serem tratadas no trabalho, restringindo-se a definir objetivos e buscar mais informações sobre determinado assunto de estudo”

² Para Cervo (2007) a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir do estudo da arte acerca do objeto, presente em referências teóricas apresentadas em artigos, livros, dissertações e teses.

³ Para um melhor esclarecimento sobre a pesquisa qualitativa, busquei em Minayo (1994), o entendimento que da luz para compreender e efetivar uma pesquisa qualitativa. Portanto, para a referida autora, analisar qualitativamente nada mais é do que trabalhar com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

⁴ Segundo Gil (1995, p. 113), podemos definir entrevista como “a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação”.

Esta produção teórica está dividida em três capítulos: no primeiro, apresenta-se a discussão teórica em torno do conservadorismo clássico, do neoconservadorismo pós-moderno e do pensamento crítico.

O segundo capítulo surge como uma interlocução dessas categorias com o Serviço Social. Aqui, estão expostas as expressões que deram bases à formação do pensamento do Serviço Social. Mostra-se a formação e a prática do Serviço Social ao longo do processo histórico, suas metodologias, sua instrumentalidade e a importância do Projeto Ético-Político para a profissão, principalmente porque ele é um instrumento que tenta provar a ruptura que a profissão se propõe com posições conservadoras. Ainda neste capítulo tratamos de algumas peculiaridades da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família, trazendo para o debate alguns elementos apresentados como neoconservadores que são intrínsecos à configuração deste programa.

No terceiro capítulo estão presentes os resultados da pesquisa no qual se elenca as falas das entrevistas, os posicionamentos frente aos questionamentos realizados e a partir dos discursos dos sujeitos, apresentam-se a discussão teórica desenhada ao longo dos capítulos anteriores.

CAPÍTULO I - CONSERVADORISMO E PENSAMENTO CRÍTICO NA SOCIEDADE MODERNA: o debate teórico presente no Serviço Social

Considerando o objeto de estudo dessa dissertação como sendo a relação entre a formação e a prática do Serviço Social entre as perspectivas crítica e a conservadora, faz-se necessário resgatar o pensamento conservador, em sua suas diferentes matizes e expressões, conformada ao longo do processo histórico da sociedade que tiveram influência na conformação do pensamento teórico, no qual o Serviço Social tem se plasmado, no seu movimento de construção e de mudanças, bem como as expressões do pensamento crítico- dialético que possibilitaram o seu esforço de rompimento com o conservadorismo. Assim, o Conservadorismo, o Neoconservadorismo e o Pensamento Crítico constituem aspectos fundamentais dessa abordagem.

Esse esforço também inclui a tarefa de levantar o quadro sócio-histórico determinante da emergência do pensamento filosófico responsável pela configuração dessas expressões paradigmáticas, buscando identificar suas formas de expressões no Serviço Social, desde a sua gênese até a contemporaneidade.

A interpretação dessas expressões teóricas apoia-se na concepção teórico-metodológica marxiana. Sendo assim, o conservadorismo será examinado no horizonte da história e na dimensão da totalidade, envolvendo a sua *gênese, desenvolvimento e perspectivas* no atual contexto social. A partir deste processo metodológico, apresentam-se, evidentemente, as mudanças ocorridas no conservadorismo, dentre as quais, preocupa-nos mais especificamente aquelas mudanças, aliadas ao atual quadro neoliberal, revelador de que o conservadorismo hoje, em sua nova feição, chamado de neoconservadorismo, tem suas raízes assentadas no conservadorismo clássico.

1.1 A SOCIEDADE MODERNA E A CONFIGURAÇÃO DO CONSERVADORISMO CLÁSSICO

De acordo com a Escorsim (2011), existem nebulosidades quanto à cronologia e metamorfose do conservadorismo clássico ao longo do seu período histórico. No entanto, há um consenso mínimo de que as primeiras manifestações

do pensamento conservador clássico tenham surgido em oposição a Revolução Francesa.

A Revolução Francesa (1789- 1799), importante marco da nossa civilização, significou o fim do sistema absolutista e dos privilégios da nobreza e do clero, os quais, a partir daí, passam a desenvolver uma oposição ao movimento iniciado pela burguesia, expressando, na análise de Escorsim (2011), a configuração do conservadorismo clássico.

No polo oposto, a revolução Francesa expressou o resultado de acontecimentos determinados pelo fluxo histórico do período, que se iniciou no século XVIII com a queda da Bastilha⁵.

Após derrubar o poder da monarquia e do clero, os revolucionários franceses realizaram uma Assembleia Constituinte, a qual cancelou todos os direitos feudais que existiam e promulgou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Este documento trouxe significativos avanços sociais, garantindo direitos iguais aos cidadãos, além de maior participação política para o povo.

Esse significativo fato histórico de que tratamos, apoiou-se nas ideias Iluministas e foi comandado pelo Terceiro Estado, composto pelos trabalhadores urbanos, camponeses e a burguesia. Apoiou-se no lema da “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, sustentando-se na racionalidade moderna, aliada a uma nova forma de produção, organizada a partir do trabalho livre assalariado que constitui a característica fundante da sociedade moderna.

É importante ressaltar que a Revolução Francesa representou uma batalha político-econômico-ideológica que tinha como alvo a destruição do regime absolutista feudal e a instauração de um novo sistema político e econômico, protagonizado pela burguesia que cria uma nova cultura, a qual,

[...] exprime modificações que, molecularmente, vão corroendo as estruturas sociais enraizadas na Europa desde o colapso da dominação romana (século V), estruturas que deram corpo à feudalidade. Erodidas a partir do ressurgimento das atividades comerciais na bacia mediterrânea, tais estruturas serão pouco a pouco enfraquecidas porquanto a sua composição social se vê alterada pela emergência dos mercadores e pela construção de uma nova forma de riqueza, a *riqueza mobiliária*. Estes são os quadros do aparecimento da burguesia comercial, protagonista central de uma transformação básica na história ocidental (ESCORSIM, 2011, p. 41).

⁵ A Bastilha representava a prisão política da monarquia.

Com a Revolução Francesa, proclamou-se o domínio da razão pelo homem e atribuiu a indústria capitalista à crença fundamental na descoberta do modo de produção capaz de fornecer os meios para satisfação das necessidades da humanidade, e isso representou a concepção mais progressista de uma época (ESCORSIM, 2011).

Nos estudos empreendidos pela autora citada, essa nova formação social criada pela burguesia, apoiada na cultura da modernidade, possui alguns traços marcantes, como o *racionalismo, autonomia individual, humanismo e historicismo*, além de algumas características como- *secularização, dessacralização do mundo* (a ciência deixa de ser uma coisa sagrada e passa a ser conhecida pelo homem), *valorização da experiência controlável e universalizantes*. Esses traços e características vão constituir a cultura moderna que expressa a concepção de mundo construída pela burguesia, na relação direta com o desenvolvimento científico, responsáveis pelo processo de industrialização.

Através desse novo modelo de produzir mercadorias, bens e serviços por meio das máquinas e com uma crescente abertura do comércio, a emergente burguesia se inicia com uma concentração de riqueza mobiliária, que logo se desloca para o que seria a manufatura e, posteriormente, para a indústria, o que ocasionou novas mudanças na estrutura de sociedade que se tinha até então. O exemplo mais importante dessa mudança foi a Revolução Industrial, “processo pelo qual a burguesia opera a conquista da sua hegemonia econômica e social nos quadros da sociedade feudal” (ESCORSIM, 2011, p. 42).

As chamadas Revoluções Burguesas - Revoluções Inglesas do século XVII (Puritana e Gloriosa), a Independência dos Estados Unidos, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, constituíram-se enquanto processos históricos nos quais a burguesia consolida os seus poderes econômicos bem como sua ascensão no poder político. Neste período histórico, no qual a burguesia configurava-se como uma classe revolucionária, ela assumia uma postura progressista, defendendo princípios humanistas de cidadania, universalidade, liberdade e democracia. Com essa nova forma de sociedade e apoiada nesses princípios, a burguesia instaura a sociedade capitalista e transforma o Estado num agente econômico para satisfazer os seus interesses.

A reação conservadora Feudal a esses princípios revolucionários representa o que Escorsim (2011), aponta como conservadorismo clássico, que vai inicialmente

se propor como um projeto restaurador, antirracionalista e antidemocrático que nega a cultura da ilustração em defesa dos valores e instituições pré- capitalistas.

A autora acima referida registra o inglês Edmund Burke com o livro *Reflexões sobre a revolução em França*, como uma das obras fundantes desta corrente política e filosófica. O mesmo percebeu que a Revolução Francesa fora o desaguadouro da Ilustração, e contra ela dirigiu vários ataques. “Burke quer a continuidade do desenvolvimento econômico capitalista sem a ruptura com as instituições sociais pré-capitalistas [...] Sinteticamente, poder-se-ia afirmar que Burke deseja o capitalismo sem a modernidade” (ESCORSIM, 2011, p. 45).

A função social que o conservadorismo exerce como aparece nos seguidores de Edmund Burke torna-se inviável e utópica, pois estes projetavam a continuidade dos interesses e privilégios do antigo regime associado a um projeto de restauração. O que tornou inviável este projeto restaurador foi o fato do capitalismo já ter mudado as instituições sociais e o próprio papel sócio-histórico da burguesia.

É importante ressaltar, de acordo com Escorsim (2011), que é exatamente essa perspectiva restauradora defendida pelos seguimentos dominantes da antiga sociedade feudal, que vai ser agora assumida pela burguesia, conformando a cultura contra-revolucionária.

Diante dessa mudança da classe burguesa, vamos constatar que no pós 1848, o quadro sociocultural apresenta-se totalmente diferente do anterior, e uma das alterações consiste exatamente no redirecionamento do pensamento conservador, que perde substantivamente seus traços antiburguês e passa a constituir-se como antiproletário. Isso porque, na medida em que os princípios democráticos se põem como impedimentos aos interesses burgueses e que a questão social decorrente dos processos de industrialização e urbanização se impõe como elementos mobilizadores do movimento socialista revolucionário, a burguesia que até então assumia uma característica revolucionária, passa a constituir-se como classe conservadora.

Para Escorsim (2011), é a partir desse momento histórico do pós 48, que o conservadorismo vai assumir uma nova funcionalidade, cuja principal característica está na aversão a posições revolucionárias e aos princípios humanistas defendidos anteriormente. A autora esclarece que, se no primeiro momento do conservadorismo o mesmo era restaurador, no pós 48 inicia-se um movimento refuncionalizador o qual objetivou neutralizar os conteúdos subversivos da cultura moderna.

Machado (1997) *apud* (Santos 2007), explica que a partir de 1848 - período marcado pela conjuntura de crise capitalista e da organização do movimento operário em resposta as contradições do mundo burguês - o pensamento conservador converte-se de instrumento ideal de luta burguesa, para subsidiário da defesa da burguesia contra o proletariado que se configura como o novo protagonista revolucionário. Nesse sentido, Santos (2007) apresenta a seguinte ideia:

Preocupados com a ordem capitalista, pelo antagonismo crescente entre as suas classes fundamentais, os conservadores [burguês] buscam agora uma conciliação com o progresso. Do ponto de vista que interessa aqui, o lema “ordem e progresso” traduz um aspecto fundamental do positivismo enquanto expressão típica do conservadorismo moderno, constituindo numa proposta política para o enfrentamento da “questão social”. Esses elementos já aparecem em Comte, mas exponenciam-se em Durkheim: nele vem à tona a forte conotação reformista, a valorização da moral como força social coesionadora e da educação como responsável pelo ensinamento do que seja à força das leis (p. 49).

Contrário a essa nova postura conservadora da burguesia o proletariado assume suas bandeira, e passa a defesa dos princípios humanistas, constituindo-se agora enquanto classe revolucionária contrária a ordem capitalista.

Foi nesse cenário que a burguesia assumiu um papel defensivo voltado para a manutenção das instituições por ela criadas. Como nos mostra Coutinho (2010), a burguesia queria o progresso da economia através de um novo modo de produção e de uma nova forma de trabalho (o trabalho assalariado), com a manutenção das instituições, valores e princípios das sociedades passadas.

Na época em que a burguesia era o porta-voz do progresso social, seus representantes ideológicos podiam considerar a realidade como um todo racional, cujo conhecimento e consequente domínio eram uma possibilidade aberta à razão humana. [...] Ao tornar-se conservadora, interessada na perpetuação e na justificação teórica do existente, a burguesia estreita cada vez mais a margem para uma apreensão objetiva global da realidade; a razão é encarada como um ceticismo cada vez maior, ou renegada como instrumento do conhecimento ou limitada a esferas progressivamente menores ou menos significativas da realidade (COUTINHO, 2010, p. 22).

Deste modo, percebe-se que o conservadorismo se apresenta como uma cultura criada socialmente, quando os princípios revolucionários deixam de ser

funcional a burguesia. Portanto, o que antes era uma cultura revolucionária vai se reduzir apenas ao interesse da classe capitalista. Assim, é excluída da ordem burguesa os princípios de cidadania, democracia, direitos humanos e emancipação humana. A burguesia precisou abandonar esses princípios para manter-se como classe dominante, tendo em vista que eles se contrapunham ao processo de exploração do homem. Como se vê, sua base econômica fundada na mais valia⁶ é contrária aos princípios por ela criada.

Para Escorsim (2011), a mudança de natureza sociopolítica da burguesia e, por conseguinte, da sociedade moderna afeta também a estrutura e a lógica do pensamento teórico que passa a configurar-se como filosofia positiva, entendida enquanto “uma reação consciente contra as tendências críticas ao racionalismo Francês e Alemão”⁷.

Nesse sentido é preciso reconhecer que:

[...] do ponto de vista teórico, os conservadores têm inimigos declarados, exatamente as configurações ídeo-teóricas que incorporam a Revolução. Assim, na Alemanha o conservadorismo define Hegel como adversário principal - e é contra a dialética, o *pensamento negativo*, que Schelling vai se mobilizar; na França, o inimigo é o Iluminismo, e Comte teçará armas contra ele. Em condições históricas diferentes, e com diferentes qualificações intelectuais, ambos se voltarão à edificação de uma *filosofia positiva* (ESCORSIM, 2011, p. 126).

Os conservadores passarão no pós 1848 a se preocupar com uma construção do pensamento que favoreça a gestão da ordem burguesa e ao mesmo tempo supere as crises e as ameaças revolucionárias. Assim, depois de assumir uma perspectiva contra- revolucionária, o pensamento conservador passa a oferecer alternativas reformistas para preservar a ordem. Nesse sentido, a partir da racionalidade instrumental positivista, a burguesia criou a sua representação teórica e metodológica.

Dois grandes filósofos publicaram obras que exemplificam e esclarecem esse período de transição da burguesia enquanto classe revolucionária para a burguesia

⁶ Mais valia é o nome dado por Karl Marx à diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador, que seria a base da exploração no sistema capitalista.

⁷ A racionalidade alemã representa o pensamento da economia política ao qual Marx dedica atenção crítica fundamental tanto em seus manuscritos filosófico, quanto em O Capital, cujo subtítulo é “crítica a economia política. A racionalidade francesa deriva do pensamento Kantiano, que sob a expressão das ideias de Comte e Durkheim, resulta na sociologia positivista, que vai se constituir como a racionalidade explicativa do capital.

enquanto classe conservadora. Comte ao publicar as suas obras “*Curso de Filosofia Positiva* e *Sistema de Política Positiva*”, e Tocqueville com suas obras “*A Democracia na América* e *O Antigo Regime e a Revolução*”, foram figuras que fundamentaram a ponte entre conservadorismo antiburguês e conservadorismo antiproletário.

Na busca pela legitimidade, os princípios constitutivos do pensamento revolucionário passaram a ser o alvo da tradição conservadora burguesa. Nesse sentido, a burguesia recusa os princípios revolucionários - *autonomia do indivíduo, secularização, industrialização, urbanização* (ESCORSIM, 2011).

Desta forma, Coutinho (2010), nos seus estudos afirma que a história da filosofia burguesa possui duas etapas: a primeira caracterizada como *progressista*, orientada por uma racionalidade humanista e dialética a qual vai dos pensadores renascentistas a Hegel. A segunda é assinalada como uma *decadência*, na medida em que a burguesia abandona conquistas anteriores, principalmente relacionadas ao humanismo, historicismo e a dialética. Progresso e decadência assumem perspectivas diferentes, acontecem em momentos históricos distintos nos quais o desenvolvimento capitalista impulsionou o movimento decadente ao transformar tendências progressistas em fonte de alienação humana.

Com a revolução burguesa emerge a razão moderna, que a princípio se configura como expressão do pensamento progressista, entretanto com a decadência burguesa, ganha espaço no debate social o pensamento crítico, agora negado pela burguesia e tendo como protagonista os pensadores comprometidos com o proletariado. Desse modo, a razão moderna vai se constituir por racionalidades diferenciadas, expressando as próprias contradições das relações de classe. Assim, na decadência a burguesia vai justamente negar a razão progressista e tudo o que ela representava, de modo que pudesse garantir o seu poder de classe dominante.

É importante anotar que é ainda no pós-1848 que ocorrem à criação das modernas ciências sociais, componente cultural da burguesia no período da decadência. Ao alcance de Escorsim (2011),

Nesta passagem, desaparecem do pensamento conservador as demandas restauradoras e o próprio componente anticapitalista se converte numa conceptualização de carácter científico. A atenção dos conservadores se voltará para a criação de um corpo de

conhecimento que, favorecendo a gestão da ordem burguesa (mesmo que, para esta funcionar, haja que promover *reformas dentro da ordem*), permita controlar e regular suas crises e, assim, superar a ameaça revolucionária. Estes dois fenômenos- *crise social e revolução*- polarizarão todo o pensamento conservador pós-48: *estão na raiz da ciência social que é filha direta do conservadorismo pós-48, a sociologia* (ESCORSIM, 2011, p.52).

Nessa desconstrução do pensamento dialético, Coutinho (2010), assim como Escorsim (2011), demonstram que o conservadorismo vai se fundamentar na fragmentação da teoria social, no abandono do historicismo e da totalidade, e passa a apostar na criação das ciências sociais particulares. Essa linha do pensamento adotou duas vertentes para compor a sua base de sustentação, o positivismo de Durkheim e o irracionalismo.

Considerado como a maior expressão do pensamento conservador do seu tempo, Durkheim foi um dos ideólogos responsáveis pela construção teórica de alternativas à crise do pensamento e a revolução, em uma ótica de integração social, pautado nos valores do conservadorismo. O seu pensamento, dentro desta conjuntura, se constrói também para o enfrentamento da questão social, entendendo a necessidade de uma ação social capaz de evitar a desintegração da sociedade, sobretudo na perspectiva de assegurar uma ordem social burguesa moral. Na concepção de Escorsim (2011):

[...] o enfrentamento da “questão social” implica *reformas sociais* que Durkheim advoga, mas supõe, preliminarmente, uma *reforma moral*- eis por que, em Durkheim, *a socialização dos indivíduos* adquire estatuto tão decisivo: o papel da *educação* é central no pensamento durkheimiano. Na verdade, sociologia e educação são propostas de Durkheim para superar a crise da sociedade moderna (burguesa): a primeira permitirá a construção de uma moralidade capaz de dar caráter orgânico/harmônico à ordem social; a segunda propiciará a internalização dessa moralidade pelos indivíduos (p. 53).

Durkheim, fiel representante agnóstico, no livro *As regras do método sociológico*, volta sua preocupação na elaboração de um método verdadeiramente científico e apurado, capaz de ser aplicado ao estudo dos fenômenos sociais.

De acordo com Coutinho (2010), Durkheim é a expressão maior do conservadorismo, o seu método positivista permitia legitimar através de argumentos científico-naturais, a ordem burguesa estabelecida. Tomando o fato social como objeto de estudo, esse filósofo adotou a pesquisa empírica na Sociologia, numa perspectiva que examinava os fenômenos sociais, da mesma forma de análise dos

fenômenos da natureza, os tomando como coisa isolada do seu contexto de determinações. O grande problema das construções de Durkheim é que ele não analisou os fenômenos sociais a partir da dialética. Para ele, as representações não são tratadas a partir do material concreto, deste modo, não havia relação entre o pensamento e o real (DURKHEIM, 2011).

Para Coutinho (2010), Durkheim ignorou a história e qualquer pretensão de finalidade social presente nos atos humanos, lançando-os à esfera da subjetividade. Durkheim situa os fatos sociais como objeto da sociologia, tendo na observação e na experimentação o método para apreendê-los. Desta forma, afirmava que cabia à sociologia, reconhecida ciência, a tarefa metodológica de realizar divisões e subdivisões necessárias aos fatos e aos fenômenos, seguindo a lei da incidência de generalidades, a fim de que se tornem analisáveis pela mediação das relações que estabelecem entre si.

Durkheim tinha uma herança muito forte de Kant⁸, por isso ele adapta o método de conhecimento da ciência da natureza para a sociedade. Entretanto, ele faz uma crítica aos seus antecessores, sobretudo, a Augusto Comte, dizendo que este não saiu do pensamento, não estudou o real. Mas, ele próprio não consegue sair do campo das ideias, não analisa a realidade, por isso, apesar de conseguir tecer algumas críticas aos filósofos anteriores, Durkheim não transcende as ideias de Comte.

Em oposição a essa racionalidade conservadora, assume fundamental importância o pensamento progressista hegeliano. Para Coutinho (2010), Hegel é o principal depositário do pensamento progressista, racional, ontológico e dialético. O sistema de Hegel trouxe para o centro da filosofia a interpretação do mundo pelos critérios da razão e tornou-se um dos principais fundamentos para o desenvolvimento da teoria crítica da sociedade. Não por acaso, o desenvolvimento do pensamento marxista parte diretamente de Hegel.

Ainda de acordo com Coutinho (2010), naquele momento, o rompimento com a tradição progressista pode ser considerado o rompimento com o pensamento de Hegel. A filosofia da decadência - crítica a dialética hegeliana - vai abandonar o terreno científico e se opor as categorias que construíam o pensamento de Hegel

⁸ Kant foi um dos filósofos empirista que defendia a relação entre conhecimento humano e a experiência para chegar aos conceitos de razão. Os empiristas consideram a experiência como a fonte e o critério seguro de todo conhecimento. A sensibilidade assume papel central, pois, através da percepção, os objetos se impõem ao sujeito.

(humanismo, historicismo e dialética). A decadência rompe com essas categorias ontológicas e assume uma perspectiva ideológica. Desta forma:

Em lugar do humanismo, surge ou um individualismo exacerbado que nega a sociabilidade do homem, ou a afirmação de que o homem é uma “coisa”, ambas as posições levando a uma negação do homem (relativamente) criador da práxis humana; em lugar do historicismo, surge uma pseudo- historicidade subjetiva e abstrata, ou uma apologia da positividade, ambas transformando a história real (o processo de surgimento do novo) em algo “superficial” ou irracional; em lugar da razão dialética, que afirma a cognoscibilidade da essência contraditória do real, vemos o nascimento de um irracionalismo fundado na intuição arbitrária, ou um profundo agnosticismo decorrente da limitação da racionalidade às suas formas puramente intelectivas (COUTINHO, 2010, p. 30-31).

Para Escorsim (2011), o pensamento conservador, passando por Edmund Burke, Comte e Durkheim, sempre manteve uma posição otimista em relação à ordem burguesa. “Esta é a maior característica unificadora deste período do pensamento conservador, período que consideramos clássico” (p. 56). Porém, com o desenvolvimento da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Bolchevique, o conservadorismo vai desenvolver outras características centrais. Ou seja, passado o seu período clássico, o conservadorismo perde a sua perspectiva otimista e ganha novas características das quais o conservadorismo do século XX é depositário.

Decorreu-se até aqui como se processou o movimento pelo qual se engendrou o conservadorismo, originalmente sendo restaurador e antiburguês, passando no pós- 1848 a ser contra- revolucionário. Também foram apresentados os pensamentos que se construíram no intuito de legitimar a ordem burguesa e a criação de uma ciência usada para fundamentar teórica e metodologicamente a sociedade burguesa – o positivismo. Representadas em ramificações: estruturalistas, funcionalistas, positivista, todas essas correntes do pensamento cumpriam uma tarefa social: explicar o real de forma aparente e positiva. Agora passaremos a discutir sobre a construção do pensamento filosófico contrário ao pensamento conservador.

1.2 A CONSTRUÇÃO TEÓRICA DE RUPTURA AO PENSAMENTO CONSERVADOR

Diante dos escritos elaborados por Coutinho (2010), a construção do pensamento que passa a conflitar com o pensamento decadente é o pensamento dialético. A dialética que aparece no pensamento de Marx surge como uma tentativa de superação da dicotomia entre o sujeito e o objeto. No entanto, a dialética surgiu, na história do pensamento humano, muito antes de Marx. Achamos oportuno iniciarmos essa discussão de construção do pensamento que se opôs ao conservadorismo compreendendo primeiramente a dialética, e nada mais esclarecedor do que trata- lá no horizonte da história.

De acordo com Leandro Konder (2010), a dialética nasceu na Grécia Antiga e teria sido utilizada inicialmente por Heráclito, apesar da mesma ainda não apresentar-se com essa definição. Somente com Platão, o termo começa a tomar forma, para ele, a dialética é sinônimo de filosofia, forma de conhecimento feita a partir do combate de ideias, onde o filósofo para chegar ao verdadeiro conhecimento, deve partir do mundo sensível e chegar ao mundo das ideias.

Konder (2010), afirma que antes do século XIX, o modo dialético de pensar não fez grandes progressos, pois, não conseguia superar a metafísica, representativas das expressões do pensamento das classes dominantes, e sua forma contemplativa presente na consciência dos intelectuais. Em relação aos trabalhadores, a dialética também não avançou, porque não esclareceu as relações contraditórias, inerentes as condições de trabalho e usufrutos de seus resultados. Os trabalhadores, “[...] desde crianças eram educados sob a pressão deformadora e alienadora das instituições mantidas pelas classes dominantes” (KONDER, 2009, p. 122).

No início do século XIX, a produção já havia se tornado mais complexa e a economia política burguesa passou a mostrar o trabalho humano como fonte de valores. Desta forma, criou-se um quadro social com as seguintes características:

[...] dinâmico, representando uma realidade social em acentuado ritmo de transformação; era um quadro em que as transformações não se faziam com inteira independência no que se refere às iniciativas dos homens; um quadro no qual os homens apareciam como elementos ativos, criadores; um quadro no qual a atividade humana não aparecia como atividade arbitrária de indivíduos

isolados e sim como a atividade coletividade indivíduos organicamente articulados uns com os outros, embora gozando de uma liberdade individual jurídica que ainda hoje é considerada a grande conquista do *liberalismo burguês* (KONDER, 2009, p.124).

De acordo com Konder (2010), depois dos gregos, a dialética ficou esquecida e só foi recuperada na época do Renascimento. É com Hegel, porém, que a dialética retoma seu lugar como preocupação filosófica, como importante objeto de estudo da filosofia. Partindo das ideias de Kant sobre a capacidade de intervenção do homem na realidade, sobre as reflexões acerca do sujeito ativo, Hegel tratou da elaboração da dialética como método de conhecimento. Abordando sobre o pensamento de Hegel, Konder *op. cit.* afirma que: “[...] se todas as coisas e todos os seres são diferentes, singulares, é porque eles existiam em movimento, transformando-se em algo que ainda não são e entrando em colisão com o outro” (KONDER, 2010, p. 51). Aqui está dado a entender o movimento da dialética em sua capacidade transformadora da vida social.

Hegel cria uma forma muito particular de dialética que vai diferir da clássica. O seu adversário filosófico era Kant, o qual tratava o sujeito e o objeto como relações distintas, separados um do outro. Hegel vai ter outra compreensão dessa relação sujeito-objeto. Para ele, o trabalho modificava o homem e lhe dava a oportunidade de transformar a natureza.

Segundo Konder (1998), é a partir dessa compreensão que Hegel argumenta que a filosofia não poderia separar o sujeito do objeto, pois, os dois estão imbricados. “Foi com o trabalho que o ser humano ‘desgrudou’ um pouco da natureza e pôde, pela primeira vez, contrapor-se como sujeito ao mundo dos objetos naturais. Se não fosse o trabalho, não existiria a relação sujeito-objeto” (KONDER, 1998, p.12).

Hegel trata do método dialético em três obras: *A Fenomenologia do Espírito*, *a Ciência da Lógica* e *a Enciclopédia da Ciência Filosófica*. É nesse conjunto de obras que ele apresenta e defende os princípios que compõe a dialética: a contradição, a mediação e a totalidade.

Konder (2009), ainda defende que o problema da relação entre a comunidade humana e os indivíduos, da relação dialética entre o todo e as partes, já havia sido estudado por alguns filósofos como Descartes, Espinoza, Rousseau e Goethe. Mas, foi Hegel o responsável pela “reelaboração dos conceitos, à elaboração de uma

aparelhagem conceitual destinada a captar as coisas na sua fluidez, como momentos de um devir, Hegel consagra a sua *Lógica* e a sua *Enciclopédia*” (p.126).

No entanto, este filósofo responsável por elevar a dialética a outro patamar, tinha uma obscuridade teórica, no fato de ser idealista.

Hegel subordinava os movimentos da realidade material à lógica de um princípio que ele chamava de Ideia Absoluta; como essa Ideia Absoluta era um princípio inevitavelmente nebuloso, os movimentos da realidade material eram, frequentemente, descritos pelo filósofo de maneira bastante vaga (KONDER, 1998, p. 13).

Lessa e Tonet (2011), por sua vez, defendem no texto *Introdução a Filosofia de Marx*, que o idealismo e o materialismo foram tendências filosóficas que predominaram desde a Grécia antiga até meados dos séculos XIX e, dentre muitas formas estão o idealismo de Kant e o materialismo francês do século XVIII.

A origem dessas tendências filosóficas está relacionada ao parco desenvolvimento das forças produtivas que existiam antes da Revolução Industrial (1776-1830) e da Revolução Francesa (1789-1815). Após o desenvolvimento dessas revoluções, Hegel tira suas conclusões e descobre que o homem domina a natureza e é o responsável pela história da humanidade, entretanto não consegue elucidar todo o conjunto das contradições presentes na vida social (KONDER, 1998).

Vale lembrar que desde que se realizou historicamente a divisão do trabalho e surgiram as classes sociais antagônicas - uma possuindo os meios de produção e apropriando-se dos produtos resultante do trabalho e outra tendo como única possibilidade a venda da sua força de trabalho, - formaram-se as condições para o surgimento de uma intelectualidade especializada, responsável pelas elaborações teóricas. Estes eram desligados da produção e dependentes da classe dominante.

Por estarem desligados da produção, os intelectuais ficaram marginalizados em relação ao processo histórico, encaravam o movimento histórico de fora dela. Desta forma, assumiram uma atitude contemplativa da história que parecia como algo exterior. Desprovidos de conteúdos históricos, os intelectuais produziam esquemas teóricos e tentavam enquadrar a realidade dentro desses esquemas. Essa forma de “enquadrar a realidade dentro de esquemas a - históricos, foi-se desenvolvendo a maneira metafísica de pensar” (KONDER, 2009, p. 121).

De acordo com o referido autor (1998), Hegel não conseguiu superar com essa forma metafísica de pensar, que concebia a história de forma abstrata. A

dialética hegeliana não superou a dialética da metafísica, pois, quando procurou inserir o indivíduo na comunidade humana, ou seja, as partes no todo, as partes se diluíam de modo que já não se poderia mais ser identificar no todo.

Nesse sentido é que o idealismo vai se configurar como um aspecto efetivamente problemático da filosofia em Hegel, por considerar que as ideias presentes na consciência do homem, e não a experiência de vida real, que assume papel ativo na construção da história. Os autores Lessa e Tonet (2011) explicam que:

[...] com o desenvolvimento das forças produtivas que levou ao surgimento da propriedade privada, da família patriarcal e do Estado [...], a organização da produção e de toda vida social era a tarefa histórica da classe dominante [...] O fato de ser a classe dominante a organizadora cotidiana da sociedade gerou a ilusão de que é a atividade de organização, administração e controle que produz a sociedade de classe e que, portanto, é a atividade intelectual que gera a vida social (p. 36-37).

De acordo com os autores referidos, o materialismo é a expressão do pensamento que se contrapõe diretamente ao idealismo. Ele surge na antiguidade clássica e desenvolvendo-se na Europa no século XVIII. O conceito tradicional de materialismo era o de que tudo era matéria, inclusive as ideias. A história seria um movimento mecânico que se impõe aos homens. A principal debilidade desse materialismo do século XVIII, conhecido como materialismo mecanicista, é que o mesmo não conseguia explicar os processos de desenvolvimento do mundo dos homens, assim como no idealismo, aqui também a história também era compreendida como um processo de movimentação das ideias. Percebe-se com isso que tanto o materialismo mecanicista como o idealismo Kantiano possuem debilidades, compreendidas pelo parco grau de desenvolvimento das forças produtivas até o início do século XIX.

Num contexto histórico posterior, já com um novo patamar de desenvolvimento das forças produtivas dada pela transformação radical gerada no patamar das Revoluções Inglesa e Francesa, Marx teve a oportunidade concreta de superar essas debilidades criando uma nova concepção filosófica: o materialismo histórico-dialético. Ao definir a categoria trabalho, Marx concebe o mundo dos homens como a síntese da prévia-ideação com a realidade material.

O ponto de partida, para Marx, está no fato de que, entre as ideias e o mundo objetivo, externo à consciência, se desdobra uma intensa mediação que tem no trabalho a sua categoria fundante. Tipicamente, é pelo trabalho que os projetos ideais são convertidos em produtos objetivos, isto é, que passam a existir fora da consciência. E, do mesmo modo tipicamente, é reconhecendo as novas necessidades e possibilidades objetivas abertas pelo desenvolvimento material que a consciência pode formular projetos ideais que orientam os atos de trabalho. Realidade objetiva e realidade subjetiva são, assim, dois momentos distintos, mas sempre necessariamente articulados, do mundo dos homens (LESSA; TONET, 2011, p. 44).

Para Marx (1996), através do trabalho o homem modifica a natureza e modifica a si mesmo, é a partir deste que o homem cria as condições necessárias a sua sobrevivência e estabelece relações com outros homens.

Marx concordou plenamente com a observação de Hegel de que o trabalho era a mola que impulsionava o desenvolvimento humano, porém criticou a unilateralidade da concepção hegeliana do trabalho, sustentando que Hegel dava importância demais ao trabalho intelectual e não enxergava a significação do trabalho físico, material. "O único trabalho que Hegel conhece e reconhece" observou Marx em 1844 - "é o trabalho abstrato do espírito". Essa concepção abstrata do trabalho levava Hegel a fixar sua atenção exclusivamente na criatividade do trabalho, ignorando o lado negativo dele, as deformações a que ele era submetido em sua realização material, social (KONDER, 1998, p.13).

Assim, a dialética marxista substituiu a noção de totalidade fechada usada por Hegel por uma totalidade aberta. Na perspectiva marxiana, as partes não se diluíam no todo. "Para o marxismo, o indivíduo não se determina, em qualquer dos níveis em que o consideramos, sem que tenhamos de partir do conjunto das relações ativas que ele mantém com os outros homens e com a natureza" (KONDER, 2009, p. 126).

Diferente de Hegel, Marx traz outra compreensão e apresenta o trabalho como categoria fundante do ser social, num processo em que "pelo trabalho, ao transformar a natureza, a humanidade cria novas possibilidades e necessidades objetivas" (LESSA; TONET, 2011, p. 34).

Nessa construção, foi fundamental para Marx o livro publicado por Feuerbach intitulado *A Essência do Cristianismo*, no qual Feuerbach apresenta uma concepção materialista da história. Foi através de deste que Marx transitou do idealismo hegeliano para o materialismo. Marx tendo clareza dessa concepção materialista passa a criticar as posições de Hegel no que dizia respeito à dialética, conferindo a esta um caráter materialista e histórico. Ele deixa isso bem claro quando disse que “não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (MARX, 2009, p. 32).

Depois de superada a dialética de Hegel, Marx redefine a mesma e estabelece o seu movimento em três perspectivas, as quais Konder vai tratá-las como leis da dialética: a passagem da quantidade à qual idade (e vive versa); a interpenetração dos contrários; 3) a negação da negação.

Primeira lei se refere ao fato de que, ao mudarem, as coisas não mudam sempre no mesmo ritmo; o processo de transformação por meio do qual elas existem passa por períodos lentos (nos quais se sucedem pequenas alterações quantitativas) e por períodos de aceleração (que precipitam alterações qualitativas, isto é, "saltos", modificações radicais), Engels dá o exemplo da água que vai esquentando, vai esquentando, até alcançar cem graus centígrados e ferver, quando se precipita' a sua passagem do estado líquido ao estado gasoso. A segunda lei é aquela que nos lembra que tudo tem a ver com tudo, os diversos aspectos da realidade se entrelaçam e, em diferentes níveis, dependem uns dos outros, de modo que as coisas não podem ser compreendidas isoladamente, uma por uma, sem levarmos em conta a conexão que cada uma delas mantém com coisas diferentes. Conforme as conexões (quer dizer, conforme o contexto em que ela esteja situada), prevalece, 'na coisa, um lado ou o outro da sua realidade (que é intrinsecamente contraditória). Os dois lados se opõem e, no entanto, constituem uma unidade (e por isso esta lei já foi também chamada de unidade e luta dos contrários). A terceira lei dá conta do fato de que o movimento geral da realidade faz sentido, quer dizer, não é absurdo, não se esgota em contradições irracionais, ininteligíveis, nem se perde na eterna repetição do conflito entre teses e antíteses, entre afirmações e negações. A afirmação engendra necessariamente a sua negação, porém a negação não prevalece como tal: tanto a afirmação como a negação são superadas e o que acaba' por prevalecer é uma síntese, é a negação da negação (KONDER, 1998, p. 28-29).

Na incumbência de redigir uma introdução para a publicação da *Ideologia Alemã* pela expressão popular em 2009 (traduzida por Álvaro Pina), Ivo Tonet vai resumir suas ideias com a seguinte explicação:

Entender a história é também apreender as relações contraditórias que vão se configurando entre os homens a partir das formas concretas da produção; como essas contradições vão dar origem à divisão do trabalho, ao surgimento da propriedade privada, à exploração do homem pelo homem, às classes sociais e à luta entre elas, ao problema da alienação, bem como a determinadas instituições jurídicas e políticas necessárias à reprodução de cada forma de sociabilidade (p. 14).

Assim, diante de tudo que foi apresentado, mesmo que de forma sucinta, buscou-se delinear o processo histórico no qual Marx pode construir a sua dialética e fundamentar o seu método, o qual toma a totalidade como categoria fundamental na construção do método histórico dialético.

1.3 O PENSAMENTO CRÍTICO NA INSPIRAÇÃO MARXISTA

De acordo com o que já vem sendo abordado acima, se pode compreender segundo Lessa e Ivo Tonet (2011), que há duas formas radicais de se pensar a sociedade: a forma conservadora e a forma crítica, ambas possuindo suas próprias referências teóricas e ideológicas que fundamentam a justificativa das formas de sociabilidades que defendem.

Essas duas expressões resultam, como já vimos acima, do processo de revolução burguesa que trouxe para o cenário histórico as duas classes fundamentais e antagônicas: a burguesia e o proletariado, as quais expressam e representam essas formas distintas de pensar a sociedade. As condições para a compreensão desse quadro são dadas pela relação de dominação e subordinação que existem entre essas classes.

Vale ressaltar que uma das características que vai diferenciar essas duas classes e suas respectivas formas de pensar é a concepção que se tem sobre o homem. Para os conservadores, o homem possui uma natureza essencialmente egoísta marcada pela propriedade privada e individualismo. Assim, o conservadorismo tenta justificar o individualismo burguês ao transformá-lo numa

imutável essência humana. Nessa explicação, a história seria apenas a comprovação dessa natureza humana em diferentes momentos. E, por ser o homem burguês essencialmente individualista, a melhor forma de sociedade seria a capitalista.

Já para os críticos revolucionários, não existe uma essência humana, “os homens são o que eles se fazem a cada momento histórico” (LESSA; TONET, 2011, p.14). Desta forma, a sociedade burguesa produz homens burgueses, egoístas e individualistas, que oprime outros homens. Portanto, a emancipação dessa humanidade supõe o fim da sociedade burguesa como condição *sine qua non*, pois “a evolução da sociedade contemporânea não nos conduzirá a formas mais civilizadas de opressão, como afirma os conservadores, mas sim a uma barbárie crescente ou à própria extinção da humanidade” (*op. cit.*, p. 14).

Dessa contradição, gesta-se uma relação de conflito a qual, de acordo com Marx e Engels (2009), pela primeira vez na história da humanidade uma classe social – a classe subordinada - exigiu a superação da exploração do homem pelo homem (característica da sociedade capitalista, cujo processo de relação é fetichizado como se fosse uma relação entre coisas dadas naturalmente).

Para construir as condições de luta, com vistas a essa superação, o proletariado precisou de um conhecimento formador de uma concepção de mundo diferente daquela que foi adotada para a construção da sociedade burguesa, ainda que resgatando desta alguns princípios revolucionários por ela abandonada. As formas de pensamento utilizadas até então era o idealismo e o empirismo, empregados na reprodução dos interesses da classe dominante.

A construção de uma concepção de mundo que pudesse orientar uma nova forma de sociabilidade foi construída efetivamente por Marx, ao transitar da concepção idealista de Hegel, para a concepção materialista, histórica, social e dialética.

O pensamento de Marx recebeu várias influências, dentre as quais se destacam a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês (NETTO, 2009a). Marx parte do conhecimento acumulado pelos seus predecessores, mas analisando-os de forma crítica. No que diz respeito à filosofia alemã, as adesões e críticas aconteceram, a princípio por meio de Hegel e Feuerbach, prosseguindo combatendo os velhos e novos hegelianos, além de outros. Em relação à economia política clássica, as contribuições que julgou mais

fértil foram às elaboradas de Adam Smith e David Ricardo, aos quais ele supera com a crítica a economia política.

Diante de tais influências, Marx propõe uma ruptura com o modo de fazer ciência e filosofia até então existentes. Com essa ruptura ele assume uma concepção eminentemente ontológica, pois, busca na realidade da vida concreta dos homens o fundamento da existência e não na ideia (TONET, 1995). Isso traz implicações à relação sujeito/objeto, sendo o objeto, para Marx, o guia do sujeito no processo do conhecimento. Assim, “a teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa” (NETTO, 2009a, p.673).

A elaboração teórica de Marx tem como principal objeto a análise do modo de produção capitalista. Para Marx (2011), a economia burguesa fornece a chave da economia da antiguidade e assim ele inverte o argumento positivista de que o mais simples explica o mais complexo. O mesmo estudou todos os processos constitutivos da sociedade burguesa: sua origem, funcionamento, seu caráter contraditório, suas crises, bem como a sua superação.

Quando Marx fala da superação da sociedade capitalista para a sociedade comunista está expondo o elemento da sua teoria: uma crítica radical da sociedade capitalista. No entanto, essa crítica não se limita a teoria em si mesma. Marx trata esse elemento na teoria e na prática, pois o mesmo é contra qualquer separação entre teoria e prática, entre pensamento e realidade, uma vez que essas dimensões são abstrações (categorias analíticas) que, no plano concreto, integram uma mesma totalidade (NETTO, 2009a). Dessa maneira, a teoria social de Marx vincula-se a um projeto revolucionário. “Foi um pensador que colocou na sua vida e na obra a pesquisa da verdade a serviço dos trabalhadores e da revolução socialista” (*op. cit.*, p.669).

Realizando um percurso pela teoria de Marx, que em nenhum momento deve ser desvinculada do seu método e vice-versa, percebe-se a existência, em Marx, de uma indissociável conexão entre elaboração teórica e formulação metodológica, a partir de uma nuclear articulação de três categorias: totalidade, contradição e mediação (NETTO, 2009a).

É importante ressaltar que as categorias marxianas “exprimem [...] formas de modos de ser, determinações de existência, frequentemente aspectos isolados de

[uma] sociedade determinada [...]” (Ibidem, p.685), consideradas como ontológicas e reflexivas.

No que se refere à totalidade, esta deve ser visualizada não como um fato formal do pensamento. Ela constitui a reprodução ideal do realmente existente. Para Marx a sociedade burguesa é uma totalidade concreta formada por outras totalidades. Seu movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades. Deve-se apreender a totalidade do ser em suas múltiplas determinações e relações, a fim de revelar suas conexões internas, necessárias à sua apreensão. Entretanto, há que se ponderar que totalidade não é a soma das partes e sim:

[...] um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. (KOSIK *apud* BEHRING e BOSCHETTI, 2006, p. 41).

Para tentar compreender essa totalidade são necessárias mediações que articulam as diversas totalidades. Marx (2011) supõe que o movimento dos objetos enquanto totalidade possui caráter contraditório. Assim, a contradição se constitui enquanto uma categoria fundamental e não somente numa categoria de passagem para a outra. É através da contradição que se nega a aparência fenomênica dos fatos.

Marx (2011) trata de apreender uma lógica determinada, como lógica do movimento de um objeto. Para ele, a teoria é a reprodução ideal de um objeto. A teoria não produz, ela reproduz o movimento. Deste modo:

As “determinações as mais simples” estão postas no nível da universalidade; na imediatez do real, elas mostram-se como singularidades - mas o conhecimento do concreto opera-se envolvendo universalidade, singularidade e particularidade (NETTO, 2009a, p. 685).

Ainda segundo o autor, a elaboração metodológica, de Marx, adequada à elaboração teórica, indica percorrer o caminho feito, ou seja, depois de alcançar as determinações mais simples evidencia-se a necessidade de realizar a “viagem de volta”, superando a representação caótica de um todo, possibilitando uma rica totalidade de determinações. Nada melhor do que evocar uma citação longa do

próprio autor para explicar sua elaboração sobre o caminho para compreender o método da economia política:

Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. P. ex., trabalho assalariado, capital etc. Estes supõem troca, divisão do trabalho, preço etc. O capital, p. ex., não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc. Por isso, se eu começasse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representando [chegaria] a conceitos abstratos [*abstrakta*] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações (MARX, 2011, p. 54).

Em Marx, compreender as múltiplas determinações do objeto, sobretudo nas suas determinações mais simples até chegar às complexas, implica conhecê-lo em sua totalidade. As categorias simples, complexas e até mesmo as mais abstratas, são produtos de condições históricas efetivas. “Assim, descobrir a essência dos fenômenos, na perspectiva crítico- dialética, pressupõe situá-los na realidade social sob o ponto de vista da totalidade concreta que, antes de tudo, significa que cada fenômeno pode ser apreendido como um momento da totalidade” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 40).

Para Netto (2002), as categorias marxianas são universais no âmbito das possibilidades de explicação do mundo do capital. Marx fez recorrência à sociedade pré-capitalista para entender o processo de surgimento da sociedade capitalista, e nessa elaboração faz progressões para além do capitalismo. Essa teoria supõe um conjunto de conhecimentos que não pode referenciar-se somente a sociedade capitalista, exemplo: quando Marx situa o trabalho como suporte do processo de construção e desenvolvimento da sociabilidade, ele está se apoiando numa formulação que não é válida apenas para o mundo do capital.

Marx (2009) apresenta que primeiramente deve-se entender a produção material para compreender a produção e reprodução social. Assim, a história possui um significado importantíssimo na obra marxiana, uma vez que esta é construída pela vida dos homens e é feita pelo conjunto dos homens. Para isso, é necessário compreender a produção material da vida social, a partir da qual os homens se reproduzem como também compreender o trabalho, enquanto uma mediação homem x natureza, entendendo as demandas de produção e reprodução que se dá na relação entre os homens.

Para Marx (2009), a primeira premissa da história são os homens vivos, tendo condições de existência através da produção dos meios de subsistência - “são os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de vida, tanto as que encontraram quanto as que produziram pela sua própria ação” (p. 23-24). Aquilo o que os homens são condiz com a sua produção, com o que produzem e como produzem.

1.4 A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E A CONFIGURAÇÃO DA OFENSIVA NEOCONSERVADORA

Propôs-se ao longo desse item, apresentar a trajetória sócio-histórica, econômica e cultural, em cujo lastro a ideologia conservadora se reconstrói no patamar do mundo burguês e encontrando no pensamento progressista crítico, de inspiração marxista, o campo de resistência às suas ofensivas.

Nessa perspectiva, essa construção teórica apresenta os processos ideológicos que marcam a retomada do conservadorismo na sociedade, diante de uma ameaça definida como neoconservadora. A esse movimento (GUERRA, 1999) trata como o caminho muito perigoso, de volta ao conservadorismo.

O que aqui tratamos como neoconservadorismo aparece no discurso teórico da atualidade como Pós-modernidade.

1.4.1 Pós-modernidade: características e interpretações

O que tratamos aqui como Pós-modernidade não é algo absolutamente novo, mas uma reconstrução do antigo que guarda muito de seus traços, tanto na sua

história, quanto nos seus elementos constitutivos, embora se apresente como novo e avançado.

Conformando-se como uma renovação do conservadorismo é necessário aqui situá-lo no seu contexto e compreendê-lo como uma continuidade diferenciada da razão moderna. Lembremos que de acordo com Ivo Tonet (2007), a modernidade possui duas racionalidades presentes: uma de caráter fenomênico e outra de caráter ontológico, ambas, produtos do mundo do capital.

Ainda que a pós-modernidade se apoie nesse caráter fenomênico, traço que a vincula como o conservadorismo, a mesma se apresenta como um pensamento progressista e alternativo à modernidade. Assim, “a pós-modernidade surge imbricado à atual crise capitalista e caracteriza-se em oposição às teorias modernas se propondo como uma alternativa à sua ineficiência” (SANTOS, 2007, p. 11).

Nesse sentido, a pós-modernidade representa um movimento cultural, econômico e político de reação à modernidade, que nas suas diferentes análises se expressa na arte, na cultura, na economia, na política, na filosofia, nas ciências sociais, entre outros (SANTOS, 2011).

Existe no entendimento do que seja a pós-modernidade uma imprecisão muito grande. Filósofos de uma linha neoconservadora como Lyotard (2008), afirma que a pós-modernidade surgiu com o fim da modernidade. O mesmo marca o início da pós-modernidade nos anos 1950, significando o fim das metanarrativas (marxismo, ciência positivista e o estruturalismo), uma vez que estas estariam fadadas ao fracasso num processo onde a mudança constante se tornou o *status quo* e a noção de progresso obsoleto.

Lyotard *op. cit.* aponta que a pós-modernidade teria duas fases: a primeira compreenderia os anos 1950 e terminaria na Guerra Fria; a segunda se iniciaria com o fim da Guerra Fria e se estenderia até os dias atuais, definida como a era da “digitalização” (terceira revolução industrial).

Para Agnes Heller (2002), autora que defende a pós-modernidade, acredita que esta não representa um período histórico, a autora entende “como o tempo e o espaço privado- coletivo, dentro do tempo e espaço mais amplo da modernidade” (p.11).

A autora *op. cit.* sugere que não entendamos a pós- modernidade como uma nova era, pois, “o que é novo na situação é a inédita consciência histórica surgida na *post- histoire*; o sentimento grassante de que vamos ficar para sempre no presente e

ao mesmo tempo depois dele” (p.23). Em todos os sentidos, a pós-modernidade é “parasítica” da modernidade, pois vive e alimenta-se de suas conquistas e de seus dilemas. No seu livro *A condição política pós-moderna*, ela aponta os fundamentos e os pressupostos do projeto político e ideológico chamado de pós-modernidade. Afirma também a existência de uma imprecisão muito grande no termo “pós” do qual o pensamento atual está repleto de categorias com a presença deste prefixo,

[...] temos hoje sociedades ‘pós-estruturalistas’, ‘pós-industrial’, ‘pós-revolucionária’ e até mesmo ‘*post-histoire*’. Assim, a preocupação básica dos que vivem no presente como pós-modernos é que vivem no presente *estando no depois*, temporal e espacialmente, ao mesmo tempo (HELLER, 2002, p. 11-12).

Para os pós-modernos como Agnes Heller e Lyotard, a questão social jamais será resolvida, pois não haveria a necessidade de uma ciência que pretenda elaborar um discurso totalizante, pois as “grandes narrativas” seria um fracasso, principalmente no que se refere ao fim de exploração de uma classe sobre a outra. Os pós-modernos se negam a enfrentar o problema da questão social como um dos temas das Ciências Sociais e Humanas e renegam a ciência moderna como fonte de intervenção humana na realidade.

Outros autores, também pertencendo a uma linha conservadora, veem a pós-modernidade não como uma ruptura e sim como uma extensão da modernidade, englobando-a para cobrir o desenvolvimento no mundo, onde houve a perda da aura do objeto artístico pela sua reprodução em múltiplas formas: fotografias, vídeos, etc. (BENJAMIN, 2012). Já outros neoconservadores caracterizam a pós-modernidade como um fenômeno do capitalismo contemporâneo que surgiu com a queda do muro de Berlim e a crise de ideologias que se processou no século XX.

Por outro lado, numa linha crítica, a pós-modernidade é compreendida como um termo negativo. Para Harvey (1994), a modernidade envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de ruptura e fragmentação internas. Essa questão da ruptura da modernidade com os parâmetros anteriores, nos parece correta, já no que concerne a pós-modernidade, afirmá-la como ruptura apresenta-se como algo que plasma em um terreno perigoso.

Seguindo essa linha de pensamento que considera a ruptura como ponto chave, o autor faz as seguintes interrogações:

O pós-moderno seria a ruptura radical com o moderno [...]? Ou seria o pós-moderno um estilo [...]? Ou devemos vê-lo como um conceito periodizador (caso no qual debatemos se ele surgiu nos anos 50, 60 ou 70)? Terá ele um potencial revolucionário em virtude de sua oposição a todas as formas de metanarrativas (incluindo o marxismo, o freudismo e todas as modalidades de razão iluminista) e da sua estreita atenção a “outros mundos” e outras “vozes” que há muito estavam silenciados (mulheres, gays, negros, povos com sua história própria)? Ou não passa da comercialização e domesticação do modernismo e de uma redução das aspirações já prejudicadas deste a um ecletismo de mercado “vale tudo”, marcado pelo *laissez-faire*? Portanto, ele salopa a política neoconservadora ou se integra a ela? E associamos a sua ascensão a uma reestruturação radical do capital à emergência de alguma sociedade de “pós-industrial” vendo-o até como a “arte de uma era inflacionária” ou com a “lógica cultural do capitalismo avançado” (HARVEY, 1994, p. 47).

Observando os questionamentos de Harvey, na verdade, conseguimos identificar que o autor a partir dessas indagações retrata de um modo geral as perspectivas de entendimento que envolve a discussão da pós-modernidade. Harvey no seu livro: *A condição pós-moderna*, apresenta às posições críticas e conservadoras que temos hoje no campo da pós-modernidade. Resumidamente, essas indagações representam o campo bastante nebuloso e impreciso da pós-modernidade, seja na sua existência, na sua periodicidade, nos seus posicionamentos e perspectivas.

Observou-se nas leituras, que a única coisa que parece ser consensual entre os autores marxistas e neoconservadores/pós-modernos é que a pós-modernidade possui total aceitação ao efêmero, ao que é fragmentário, do descontínuo e do caótico e que a sua dinâmica possui total relação com o processo de reestruturação produtiva do capital.

Autores como David Harvey (1994) e Fredric Jameson (2005), acreditam que a pós-modernidade representa o “capitalismo tardio” ou a “acumulação flexível”. Também para Joseane Santos (2007), a pós-modernidade representa a lógica da cultura do capitalismo tardio onde sua superficialidade é funcional ao conservadorismo. Os valores éticos e morais engendrados pela burguesia na sociedade, formam a base ídeo-cultural da pós-modernidade, esta cria um novo conjunto de valores que lhe dará sustentação e legitimidade. Para Barroco (2011):

Todos os valores oriundos da sociabilidade burguesa e do *ethos* burguês, como o consumismo e a competição se apoiam, portanto,

no princípio da propriedade privada, incorporado pelos indivíduos como sinônimo de felicidade, de realização pessoal. [...] A valorização da posse privada dos objetos no lugar das relações humanas, levadas ao extremo, caracteriza o *ethos* dominante na sociedade contemporânea: sua igreja é o shopping; seu reino é o mundo virtual; seus mitos são as imagens que - fetichizadas em um espaço imaginário - desmaterializam o mundo real, criando uma *segunda via* onde os desejos consumistas podem ser satisfeitos sem a presença do *outro*: o eterno empecilho à sua liberdade (p. 209).

Os valores, cuja reconstrução tem sido realizada no contexto da reestruturação produtiva são tomados como neoconservador para os críticos e como progressistas para os teóricos pós- modernos. Estes valores têm um peso muito grande na construção de uma cultura tornada socialmente consensual e a partir da qual, o trabalhador se converte, ilusoriamente, em um empreendedor, ou colaborador⁹.

Percebemos que uma das mudanças bastante significativa apresentada nas discussões pós-modernas é o redimensionamento de tempo e espaço (HAVEY, 1994). Nessa perspectiva a perda da historicidade, o pragmatismo capitalista e a valorização do novo são fatores que trazem alterações tanto para o campo da produção, quanto da reprodução. Nos espaços de reprodução, sobretudo no das Políticas Sociais, as atividades atendem a mecanismos, apoiados em sistemas pontuais e virtuais de relações, aligeiradas, tanto na programação e planejamento das políticas, programas e ações, quanto nas formas de contatos e respostas aos usuários, assim como na capacitação dos profissionais, de modo a desconstruir as formas de conhecimento e captura do real que possibilitam um conhecimento mais fecundo dos espaços da prática e da questão social.

Esse redimensionamento tempo-espacial atinge também a noção de história e de totalidade na concepção dos processos sociais e dos problemas, de modo que o real só é visto na sua particularidade específica do aqui e agora. Assim a cultura pontual, instantânea se afasta das determinações históricas e universais.

⁹ Isso é o que acontece com empresas do tipo Romanel, Avon, Natura, entre tantas outras. A ideia de dar ao trabalhador o *status* de colaborador ou empreendedor faz com que este trabalhador tenha outro olhar na sua relação de emprego, pois, não é um trabalhador submisso, mas sim um colaborador do patrão, que paga bem se este colaborador trabalhar bem. Não por acaso, vemos cotidianamente propagandas da internet e televisão, convidando as pessoas que estão alijadas do mundo do trabalho a garantirem uma renda. O ponto chave das propagandas é o alcance de sonhos, tornando ainda mais ilusória essa relação de trabalho, pois induz o trabalhador a pensar que o sucesso depende exclusivamente dele.

A resignação é a condição básica para se viver em um tempo no qual o presente é contínuo. Assim, não é preciso cultivar a memória histórica, já que esta não é mais necessária para compreendermos o mundo no qual vivemos numa visão totalizante da realidade. O que importa para os pós-modernos é o indivíduo estar satisfeito com sua vida de forma bem particular. Essa é a clara defesa da fragmentação, o indivíduo não se preocupa com o todo, com a sociedade e seus problemas, basta se ater aos problemas individuais.

Para Fredric Jameson (1996), o avanço da discussão sobre a pós-modernidade acabou por forjar muito daquilo que hoje entendemos como as características do momento vivido, de modo que não se sabe se discutimos a pós-modernidade ou a teoria que criamos sobre ela. Este pensador norte-americano diz que:

De fato, uma das características mais marcantes do pós-moderno é o modo pelo qual, nesse período, inúmeras análises de tendências, até agora de natureza bastante diferente [...] se aglutinaram, todas para formar um novo gênero discursivo, a que podemos muito bem denominar "teoria do pós-modernismo", e isso por si só já é um fato digno de nota. Trata-se, claramente, de uma classificação que inclui a si mesma e eu acho muito bom não ter que decidir se os capítulos que se seguem são uma investigação sobre a natureza da "teoria do pós-modernismo" ou apenas exemplos dela. (JAMESON, 1996, p. 1).

Na sua obra, Jameson (2005): *Modernidade Singular: ensaio sobre a ontologia do presente* nos oferece elementos a compreender como a pós-modernidade possui a capacidade de fazer ressurgir questões “antigas”.

Estamos começando a observar por todo o mundo agora o retorno da filosofia tradicional, a começar pelos seus ramos mais arcaicos, como o da ética; poderíamos indagar se estaria à metafísica muito longe disso (e há especulações da Nova Era sobre física que o sugerem) quando não a própria teologia (que a teologia negativa havia prometido sabotar). (p.10).

Para o autor, vem surgindo uma filosofia política que apresenta por trás de si, questões antigas bastante conhecidas entre nós e que se constituíram em tópicos efervescentes do século XVIII, como a Constituição, cidadania, representação parlamentar e o papel da sociedade civil. Todos esses conceitos fizeram parte de um tempo histórico bem diferente do nosso, mais especificadamente, fizeram parte do tempo de transição do feudalismo para o capitalismo.

Ver-se também a ressurreição da velha economia política e juntamente com ela a da estética, “inventada e destruída pelo modernismo” (JAMESON, 2005, p. 11). Assim, a questão da beleza volta a ser tema da estética cuja motivação burguesa é: “por um lado, a banalização do puramente decorativo e do desfrutável; e por outro, o idealismo sentimental das várias ideologias da justiça estética” (p.11).

Assim, o autor nos explica que, a depender do contexto em que se emprega os termos, como modernidade, ou pós-modernidade as concepções podem ser vistas pelo inverso. Posições de centro-esquerda aparecerão como de direita. Na visão da pós-modernidade, por exemplo: “os adversários do livre mercado, como os socialistas, só podem ser classificados na categoria negativa ou primitiva de não moderno, de tradicionalista” (p.19). Com isso, Jameson quer dizer que, dependendo do que esteja em jogo, o socialismo e o marxismo poderão ser vistos como conservadores, como tradicional, ou fora de moda.

O debate presente, hoje, na sociedade, tanto no campo político, quanto no acadêmico tem demonstrado de forma clara como os teóricos pós-modernos têm assumido esse posicionamento crítico, frente ao paradigma crítico- dialético, nomeando-o de tradicional e superado e de que não mais consegue dar conta da complexidade da realidade contemporânea.

Harvey (1994), por sua vez caracteriza o discurso da pós- modernidade como vinculado ao pós-estruturalismo e ao pós- industrialismo. Nesse sentido o pós-modernismo¹⁰, segundo, Harvey (1994), pode ser visto em diferentes contextos: na literatura, na arte, na arquitetura, na política, nas ciências sociais e em particular na filosofia. Ele é visto como “a mescla de um pragmatismo americano revivido com a onda pós-marxista e pós-estruturalista que abalou Paris depois de 1968 e produziu o que Bernstein (1985, 25) chama de ‘raiva do humanismo e do legado do iluminismo”’ (p. 46). A frase de Bernstein citada por Harvey representa o ataque aos projetos que buscavam a emancipação humana e universal através da mobilização das tecnologias, da ciência e da razão.

Em meio às variações na denominação linguísticas que se impuseram ao termo, como: pós-modernismo, pós-modernidade, pós-moderno – e a tantas implicações do contexto histórico, econômico e cultural para sua utilização, os

¹⁰ É importante esclarecer que Harvey usa o termo modernidade e modernismo como sinônimos, assim como também faz com pós- modernidade e pós- modernismo. Desta forma, sempre que a parecer os termos modernismo e pós- modernismo estará em foco à concepção deste geógrafo marxista britânico.

debates em torno dessa temática parece apresentar certa concordância com a ideia de que a década de 1970 pode ser tratada como a expressão de um período que reclama a chegada da pós-modernidade – seja pelo discurso de esgotamento da era moderna, seja pela compreensão das profundas transformações que se deram a partir daquela conjuntura e que, de fato, levaram a uma experiência diferenciada do sujeito, na esfera da cultura e da arte, nas relações de trabalho, na economia e Estado.

Resultante de uma série de crises, que se estende desde a crise de acumulação do capital, crise do Estado de Bem-Estar-Social, até a crise dos valores modernos, a proposta pós-moderna não se coloca como alternativa capaz de realizar as tarefas inconclusas da era moderna. Antes, manifesta-se como negação de todas as conquistas daquele período, apresentando-se como “antimoderno”.

Ao negar os valores centrais da modernidade, essa barbárie instaurada na sociedade capitalista atual é permeada por características que remontam à existência contemporânea de um neoconservadorismo, que tem como objetivo último legitimar a ordem contraditória do modo de produção. Nesse sentido, a “missão” histórica da pós-modernidade, se põe como legítima representante cultural da lógica do capitalismo tardio (JAMESON, 2005).

1.4.2 Crise do Capital e a Configuração da Pós-modernidade

De acordo com Netto (2011), o capitalismo tem experimentado profundas alterações na sua estrutura política- econômica, sobretudo a partir do século XIX, numa conjuntura que se estende até os dias atuais. Uma das alterações mais significativas apontada pelo autor está na transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, o que baliza, entre outras coisas, na mundialização do capital e no acréscimo de lucro através do controle de mercados.

Na conjuntura contemporânea, dos anos de 1990 em diante, caracterizado pelo movimento de superação da crise de acumulação do capital, ganha destaque o processo de reestruturação produtiva, a partir do qual o capital financeiro assume o comando da reorganização do capital e do seu processo de reprodução, no patamar do que chesnais (1996) chama de mundialização do capital.

Para o Netto (2011), as origens dessa mundialização financeira está ligada organicamente a crise do modelo fordista- keynesiano de produção¹¹. As transformações ocorridas nas últimas três décadas decorrem dessa crise iniciada na década de 1970, ocasionada pela queda da taxa de lucro do capital, baixo crescimento da produção e da produtividade, repercutindo de modo negativo na vida da classe trabalhadora. Para Netto; Braz (2011):

Consumou-se nesse período de cerca de trinta anos, a *mundialização do capital*, entendida agora estritamente como “o quadro político e institucional que permitiu a emergência, sob a égide dos EUA, de um modo de funcionamento específico do capitalismo, predominantemente financeiro e rentista, situado no [...] prolongamento direto do estágio do imperialismo” (CHESNAI, 1997, p. 46 *apud* NETTO; BRAZ, 2011, p. 221).

A queda das taxas de lucro a partir do início dos anos 70 do século passado, após um período de grande acumulação de capitais, desencadeou profundas mudanças na sociedade capitalista contemporânea, entre as quais, podemos destacar: o advento da contrarreforma do Estado, com a instauração do modelo neoliberal e a consequente desregulamentação dos direitos sociais; a reorganização do sistema produtivo, através da passagem do regime fordista- taylorista, para o modelo de acumulação flexível, inspirado do Toyotismo e a ascensão de uma cultura pós-moderna. Para Harvey a acumulação flexível,

[...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1993, p. 140 *apud* NETTO; BRAZ, 2011, p. 225).

De acordo com Hobsbaw (2002), o acontecimento das duas grandes Guerras Mundiais e os destas últimas três décadas do século XX: a crise capitalista dos anos 1970, o colapso do projeto socialista e a retórica neoliberal; formam o quadro social, econômico, político e ideológico do mundo contemporâneo.

¹¹ Não cabe nesta discussão nos prolongarmos acerca do modo de produção fordista, afinal, estamos utilizando a crise de 70 apenas como um marco histórico no qual situamos o debate do neoconservadorismo.

Esses episódios provocaram uma nova configuração política-econômica nos países capitalistas, sendo mais acentuado em países periféricos como o Brasil. Seus efeitos também vão ser sentidos nas profissões em geral, inclusive no Serviço Social, com novas demandas e condições mais precarizadas de inserção e realização de suas atividades. É a partir desse quadro sócio-histórico que situamos a ofensiva neoconservadora.

De acordo com Netto e Braz (2011), se o período compreendido entre o pós-Segunda Guerra Mundial e meados dos anos 1970 do século passado caracterizou-se como um período de crescimento econômico, com episódio de crises, no período que o sucedeu, essa “*onda longa expansiva* é substituída por uma *onda longa recessiva*: a partir daí até os dias atuais, inverte-se o diagrama da dinâmica capitalista: agora, as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas” (p. 224).

Tratando da crise mais longa que se iniciou nos anos de 1970 e foi até início dos anos de 1990, Joseane Santos (2007), diz que a saída da crise se deu em três frentes: no aumento da área de aplicação de capitais especulativos, na reestruturação industrial e na criação de condições políticas para a implementação da flexibilização das relações de trabalho. O processo de reestruturação produtiva do capital é desencadeado como uma forma de resposta à crise capitalista internacional. Assim,

Na esfera da produção, observa-se o aumento das taxas de lucro via crescimento da produtividade do trabalho, intermediada pelo uso de novas tecnologias e de novas formas de consumo da força de trabalho. Na esfera da circulação, essa reorganização incide em mudanças no mercado consumidor, determinando também novas formas de concorrência entre firmas com base na seletividade dos mercados e no marketing da qualidade dos produtos. Na esfera sócio-política e institucional ocorrem novas modalidades de controle do capital sobre o trabalho que exigem um conjunto de reformas institucionais e a implementação de mecanismos capazes de promover a adesão e consentimento dos trabalhadores às mudanças requeridas (MOTA; AMARAL, [s.d.], p. 5-6).

De acordo com Netto e Braz (2011), para legitimar essa estratégia do capital, passou-se a difundir teses profundamente conservadoras. Assim, a ideologia neoliberal se generaliza a partir dos anos 1980 passando a constituir-se numa

espécie de senso comum, no qual as desigualdades sociais são compreendidas como um fenômeno natural e necessário.

A ideologia neoliberal legitima o capital monopolista, fase do capital que vai caracterizar-se principalmente por um “Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital” (*op. cit.*, p. 237). Numa conjuntura marcada pelo quadro de contrarreforma do Estado, onde os direitos conquistados são cada vez mais desregulamentados.

Lembremos que o processo de financeirização está intimamente articulado a todas as transformações ocorridas no capital, principalmente as ocorridas no século XX. Para Netto (2011), a solução monopólica de maximizar os lucros pelo controle de mercados vai se efetivar com a intervenção de um mecanismo extra-econômico, ou seja, por via do Estado, o qual tem historicamente desempenhado papel importante no processo econômico capitalista. No estágio monopolista, sua função e estrutura passam por significativas mudanças. Assim,

Na idade do monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômicas *desde dentro*, e de forma contínua e sistemática. Mais exatamente, no capitalismo monopolista, as funções *políticas* do Estado imbricam-se organicamente (*op. cit.*, p. 25).

Ainda de acordo com o autor, a fase monopólica do capital vai alterar significativamente a dinâmica inteira da sociedade, de modo que, [...] o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos desvelados pela crítica marxiana (NETTO, 2011, p. 19).

Com o processo de reestruturação produtiva, esses traços aprofundam-se e tornam-se cada vez mais complexos, de tal forma que fragmenta a classe trabalhadora em segmentos cada vez mais subordinados e precarizados.

Nos países periféricos as consequências desse processo para o trabalho incidiu, sobretudo, na destruição dos direitos conquistados pelos trabalhadores, na fragilização do seu processo de organização político-sindical e dos objetos das suas reivindicações. Não por acaso, o primeiro ataque do capital será ao movimento

sindical, por meio de medidas legais restritivas que reduzem o poder do sindicalismo (SANTOS, 2011).

[...] a marca da reestruturação produtiva no Brasil é a redução de postos de trabalho, o desemprego dos trabalhadores do núcleo organizado da economia e a sua transformação em trabalhadores por conta própria, trabalhadores sem carteira assinada, desempregados abertos, desempregados ocultos por trabalho precário, desalento, etc.(p. 11).

Todas essas alterações envolveram também uma desconstrução em nível das medidas de regulação do trabalho pelo Estado, processo que envolvia o aparato legal do Estado por meio de um sistema de leis jurídicas que regulavam as relações de trabalho. Essa desregulamentação de direitos e flexibilização do trabalho, vai se expressar em vínculos empregatícios precários, principalmente pela via da terceirização dos serviços, como também num desemprego excessivo, conformando a grande massa excedente, tratada agora como população sobrando do mercado de trabalho. Esse processo social é responsável pelos baixíssimos salários, fragilização dos direitos trabalhistas, alta rotatividade de trabalhadores, desorganização sindical entre outros. Tudo isso resulta em um amplo processo de precarização da vida social, atingindo de forma direta a vida da classe trabalhadora, o que vai demandar do Estado e das Políticas Sociais medidas protecionistas e de regulação dos conflitos daí decorrentes.

O Estado, porém, sintonizando suas ações ao processo de reestruturação produtiva com consequências diretas ao quadro de precarização do trabalho, passa a desempenhar uma série de funções que juntas irão assegurar as condições de desenvolvimento do capital. No conjunto dessas condições está à própria minimização das suas funções sociais, que retirando-se do controle das relações de trabalho e dos mecanismos de sua reprodução, transfere-as para o mercado. Nessa perspectiva, o Estado estreita suas antigas bases de sustentação e legitimação sociopolítica, que segundo Netto dava-se pela generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, que lhe permite organizar um *consenso* capaz de assegurar o seu desempenho (NETTO, 2011, p. 27).

A partir da argumentação, podemos sinalizar que a Política Social do Estado burguês, sobretudo, nessa fase contemporânea do projeto neoliberal tem fortalecido sua funcionalidade essencial na direção do capital, expressando-se como controle

da força de trabalho, apenas nos aspectos que concerne à forma, a partir da qual a questão social passa a ser administrada em suas refrações, de maneira pontual e fragmentada.

No estado brasileiro isso tem si dado através de políticas e programas sociais direcionados para a preservação de riscos e manutenção, minimamente, da vida da força de trabalho. Para estes, ao longo da história recente, o Estado tem respondido com medidas paliativas e emergenciais, sem que seja associada a medidas que garantam uma inserção das populações em situação de risco em processos de desenvolvimento sustentáveis. Só mais recentemente, é que tem sido sinalizadas medidas que apontam nessa direção, ainda sem avaliação de resultados¹².

Com tudo que foi apresentado, fica claro assim, que no âmbito teórico-cultural, a pós- modernidade tem profunda conexão com o regime de acumulação flexível do capital, que por sua vez incide na estrutura política do Estado e na forma como a questão social passa a ser tratada, com foco em Políticas Sociais cada vez mais fragmentadas e pontuais, destinadas a populações específicas (SANTOS, 2011).

¹² Como referência, citamos o PRONATEC e o PAC, que ainda não apresentam nenhuma avaliação capaz de definir a sua eficiência.

CAPÍTULO II - O SERVIÇO SOCIAL ENTRE O PENSAMENTO CONSERVADOR E O CRÍTICO

Este capítulo trata de apanhar as determinações do conservadorismo nas origens e desenvolvimento do Serviço Social, buscando enfatizar as heranças desse pensamento na profissão, que hoje se reatualiza sob a forma neoconservadora, apoiada no projeto da pós- modernidade. Aqui, ainda se discute o processo de ruptura teórica e política que o Serviço Social desenvolveu em determinadas condições sócio- históricas e políticas e a construção do Projeto Ético Político da profissão.

No capítulo anterior compreendemos que a modernidade e a pós- modernidade são duas formas de razão, uma de caráter ontológico e outra de caráter fenomênico. De acordo com Escorsim (2011), um dos traços peculiares do pensamento conservador é a sua vinculação com as Ciências Sociais em suas variadas especializações. No entendimento da autora:

“[...] as ciências sociais operaram, historicamente, como suportes teórico- metodológicos da sociedade burguesa - nelas, o componente crítico sempre foi *residual*. O próprio destes tempos conservadores é que esta residualidade tem sido levada ao extremo (ESCORSIM, 2011, p. 17)”.

No Serviço Social, classificado na organização acadêmica das áreas de conhecimento como do campo das Ciências Sociais Aplicadas, a residualidade da qual trata a autora possui dois momentos distintos. Primeiro, na sua gênese, o Serviço Social não desenvolveu nenhum tipo de prática crítica, o pensamento formal- abstrato da Sociologia e do Positivismo foram às racionalidades da sociedade moderna que influenciaram e estiveram presentes na gênese do Serviço Social.

Já no segundo momento, a partir do Movimento de Reconceituação Latino- Americano e posteriormente no Brasil com o Movimento de Tentativa de Ruptura, a profissão busca romper com sua base conservadora e passa, não só a rever as suas referências teóricas e metodológicas, mas também a desenvolver um papel crítico e político sintonizado com um projeto societário que objetiva o fim da exploração do homem pelo homem. Assim, nestes momentos, o componente crítico do Serviço

Social pôde se desenvolver de forma satisfatória, o que não quer dizer que posições conservadoras tenham sido extintas da profissão.

O debate que explicita a presença das diversas expressões do conservadorismo na profissão tem demonstrado que se a princípio, a presença do conservadorismo no Serviço Social se deu pela via do pensamento que alimenta a concepção de realidade dos profissionais e de auto-representação dos seus agentes, a partir da compreensão do seu lugar e papel profissional nas relações sociais.

Na contemporaneidade, a entrada da influência neoconservadora tem se dado, muito mais pela via do Estado e das Políticas Sociais, do que pela via do debate teórico, propriamente, ainda que não se possa desconsiderar a crescente influência desse pensamento teórico no interior da profissão. Agora, põe-se, então, a necessidade de se considerar o agente profissional na sua dimensão subjetiva, frente às condições objetivas do seu exercício profissional, como indivíduo submetido, tanto aos componentes relativos às relações concretas, quanto aos ideológicos que se desenham no espaço da prática sócio-institucional na cena contemporânea.

Coloca-se, portanto, como aspecto importante dessa discussão as formatações das Políticas Sociais e dos espaços de atuação dos assistentes sociais, a fim de delinear as condições objetivas nas quais estes profissionais vem exercendo suas práticas. Essas condições serão tomadas como elementos basilares para a análise da relação entre o crítico e o conservador na prática do Serviço Social. De imediato, temos observado que essas condições apresentam alguns traços conservadores relativos à Política de Assistência Social e ao Programa Bolsa Família, espaço sócio-institucional escolhido para realizar a pesquisa. Nessa análise, partimos do pré-suposto de que as características de focalização e fragmentação deste programa contrapõem-se a prática profissional, comprometida com o Projeto Ético Político.

2.1 SERVIÇO SOCIAL E SUA VINCULAÇÃO COM O PENSAMENTO CONSERVADOR

A constituição histórica- social do Serviço Social está atrelada as formas de tratamento dadas à questão social pelo Estado e setores dominantes, na

configuração do capitalismo monopolista. Isso porque nesta fase do capital, as refrações da questão social são potencialmente alargadas, dado ao processo de industrialização e urbanização ocorrido no século XIX no Brasil (NETTO, 2011).

É no patamar desta conjuntura histórica e política que encontramos as protoformas do Serviço Social, a qual está vinculada diretamente a resposta dada dos setores dominantes às manifestações sociais engendradas pela classe trabalhadora, quando a mesma passa a reivindicar direitos, demandando do Estado e dos setores dominantes melhores condições de vida e de trabalho.

A partir do momento que as reivindicações dos trabalhadores constitui-se como um problema para as classes dominantes, a questão social passa a ser entendida como uma ameaça à ordem e aos valores burgueses, revelando, portanto, o antagonismo de classe. Lembremos que antes ela era compreendida como a decorrência de uma relação divina entre abençoados (merecedores das graças divinas – a riqueza) e os não abençoados.

No intuito de controlar a exploração da força de trabalho e passivizar o movimento operário, a Igreja Católica e o Estado passam a se posicionar através de estratégias de cunho educativo moralizador. Nesse contexto, atrelado a igreja, o Serviço Social surge da iniciativa de grupos e frações de classe, enquanto um departamento especializado para desenvolver a caridade junto aos menos favorecidos, principalmente operários, mulheres e crianças (IAMAMOTO, 2009).

Assim, a ação católica da igreja teve uma estreita relação na criação das primeiras escolas e no processo de profissionalização dos assistentes sociais no Brasil. Vinculado à doutrina social, subsidiaram a formação dos primeiros assistentes sociais as encíclicas *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII de 1891, a qual visava à restauração do papel social da igreja na sociedade moderna e a *Quadragesimo Anno* de Pio XI de 1931 que, tratando da questão social, vai apelar para a renovação moral da sociedade por meio da adesão das massas à ação social à igreja.

De acordo com Iamamoto (2009), as primeiras escolas de Serviço Social no Brasil foram criadas em 1936, em São Paulo com o apoio do Centro de Estudos e Ação/CEAS de São Paulo e depois no Rio de Janeiro. Essas escolas representam o movimento da ação católica institucionalizada no CEAS e de uma demanda por parte do Estado, que incentiva esse tipo de profissionalização a partir de uma concepção doutrinária.

Inicialmente, a formação do Serviço Social incorporou não só a influência neotomista da igreja católica, como também a corrente filosófica/sociológica positivista de Augusto Comte¹³. No entanto, “apesar de se oporem em muitos aspectos, o pensamento católico tradicional e o positivismo compartilham da ideologia conservadora e da crença na moral como espaço de enfrentamento da ‘questão social’”. (BARROCO, 2010, p.78).

Pode-se entender que os pressupostos teóricos e políticos presentes no neotomismo e no positivismo foram à base de sustentação da formação e prática profissional do Serviço Social dada como condição e não como uma possibilidade. Isso porque essas eram as únicas racionalidades presentes na cultura da sociedade brasileira e uma profissão por si só não tinha condições de superar tal configuração.

Foram no lastro dessa conformação histórica e cultural que se construiu um *ethos* profissional, o qual aparece materializado no primeiro Código de Ética do Serviço Social. Nesse sentido, a partir desse *ethos*, se construiu o perfil moral daqueles primeiros assistentes sociais. Assim,

A ação profissional é tida como uma ‘vocação’ a ser exercida por indivíduos dotados de um perfil ético-moral dado por ‘qualidades inatas’, daí a consideração de seus componentes como elementos da ‘natureza feminina’. Esse *ethos* passa a compor sua imagem social, historicamente legitimada: o assistente social deve ser um exemplo de ‘integridade’ moral, o que, concebido a partir do conservadorismo ético, irá se expressar em normas de conduta que abrange inclusive sua vida pessoal, impondo-lhe deveres e normas de comportamento (BARROCO, 2010, p. 93).

Os pressupostos positivistas e neotomistas estiveram presentes no Código de Ética do Serviço Social de 1948 a 1975. Baseado nestes códigos, os assistentes sociais se representavam como os promovedores do ‘bem comum’, cuja prática estava comprometida socialmente com os interesses das classes dominantes. Nessa direção, independente da boa ação dos agentes, a prática do Serviço Social reproduzia a dominação e a alienação moral da sociedade conservadora.

A partir da década de 1940, com a ascensão do imperialismo marcante dos Estados Unidos e da instalação das denominadas indústrias multinacionais, no Brasil, sobretudo, os de bases americanas, instituem-se os mecanismos de

¹³ Vale lembrar que a filosofia Kantiana vai originando a sociologia já no pensamento de Augusto Comte, dentro de sua perspectiva mais funcionalista, posteriormente, sob o pensamento Durkheimiano vai se consolidar como sociologia positivista.

reprodução do estilo de vida norte-americano no país. A formação e a prática do Serviço Social, institucionalizado no contexto desse processo, recebem essas novas influências do pensamento teórico predominante na cultura americana, sobretudo, a partir da vinda de uma bolsista que realizara o curso de Serviço Social nos EUA e que trouxe para o Brasil esta forte influência, que passa a ser inserida na estrutura curricular do curso.

No período compreendido entre as décadas de 1940 a 1960 do século passado, ancorado na lógica desenvolvimentista adotada pelos países Latino-Americanos, a profissão se apropriou deste modelo, utilizando as técnicas de caso, grupo e comunidade. Nessa perspectiva, as suas referências apóiam-se no tecnicismo e nas teorias da psicanálise e da sociologia de base positivista de linhagem funcionalista/sistêmica.

Vale ressaltar que para além da sua institucionalização, é na década de 1940, que ocorre o processo de legitimação da profissão, uma vez que o Estado passa a incorporar assistentes sociais as suas políticas e serviços, sobretudo as que aparecem ligadas a manutenção e controle da força de trabalho.

Pode-se compreender então, a partir de discussões levantadas por Netto (2011), que com a consolidação da fase monopolista do capital, o Estado aparece como o grande empregador e, por conseguinte, legitimador do Serviço Social. Nesta fase, o Estado amplia seu espaço de intervenção na sociedade, passando a incorporar as lutas da classe trabalhadora e utilizando-se das Políticas Sociais como instrumentos capazes de garantir a manutenção, a ordem e a legitimidade burguesa.

O surgimento e desenvolvimento das grandes instituições assistenciais na década de 1940, como a Legião Brasileira de Assistência (LBA), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), entre outras, representa, exatamente, os espaços de inserção que possibilita essa legitimação e institucionalização da profissão. “A criação dessas instituições ocorre no bojo do aprofundamento do modelo corporativista de Estado e do desenvolvimento de uma política econômica favorecedora da industrialização, adotada a partir de 1930” (OZANIRA, 2011, p. 42).

O momento de criação destas instituições sociais e assistenciais representou a entrada do Serviço Social na divisão social e técnica do mercado capitalista, visto agora como um “trabalhador assalariado”, atrelado às Políticas Sociais do Estado. A

lógica ordenadora dessas instituições sociais e assistenciais era o reformismo, posto como resposta da classe dominante ao dinamismo conservador que o capitalismo põe no desenvolvimento das forças produtivas (IAMAMOTO, 2009).

Nesse contexto, além dos valores do cristianismo e do humanismo, a psicologia e o positivismo foram utilizados na formação profissional, ampliando seus referenciais técnicos alimentadores da prática. Este processo constituiu-se o que Iamamoto (2008) denomina de "arranjo teórico doutrinário" (p.219), caracterizado pela junção do discurso humanista cristão com o suporte técnico-científico de inspiração na teoria social positivista europeia e a sociologia funcionalista norte-americana.

Esse sincretismo, que já na sua gênese conforma um caldo teórico cultural, demonstra que, como defende Montaño (2011), com a institucionalização não há uma continuidade das formas de filantropia e sim uma ruptura, e é somente a partir dessa ruptura que se pode atribuir ao Serviço Social o estatuto de profissão.

Assim, na década de 1940, ao se tornar uma profissão, o Serviço Social rompe com o sistema de caridade da igreja católica e passa a constituir-se enquanto profissão, legitimada e institucionalizada pelo Estado no trato das expressões da questão social. Assim, na análise de Montaño (2011), o surgimento da profissão é compreendido como produto da "síntese dos projetos político-econômico que operam no desenvolvimento histórico, onde se produziu ideologicamente a fração de classe hegemônica, quando, no contexto do capitalismo na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas à questão social" (p.30).

Nessa nova configuração o assistente social é demandado a participar na fase final da operacionalização das Políticas Sociais segmentadas, aparecendo como um "ator subalterno e com uma prática basicamente instrumental. Seu campo privilegiado de trabalho é o Estado e a sua base de atuação é conformada pelas Políticas Sociais" (MONTAÑO, 2011, p.42).

É no contexto do capitalismo monopolista, na intervenção do Estado na questão social, desta vez incorporando algumas demandas da classe trabalhadora, que o Serviço Social se consolida como profissão e assume uma nova legitimidade. Se antes esta recaía sobre sua base confessional, com a criação e surgimentos das instituições sociais e assistenciais e com a consolidação de um mercado de trabalho para o Serviço Social, sua legitimidade passa a ser compreendida a partir do papel que a profissão cumpre na ordem burguesa. "Sua legitimidade recai na função

prestada à ordem burguesa, mediante sua participação fundamentalmente no Estado, como executor terminal de Políticas Sociais e não pela sua eventual especificidade” (MONTAÑO, 2011, p. 57). Assim, enquanto legitimada a partir da sua função vinculada organicamente a ordem burguesa, a profissão caracteriza-se por uma natureza conservadora.

Também tratando da legitimidade da profissão, Iamamoto (2009), explicita o caráter conservador, quando diz que este recai na função política de cunho “educativo” e “moralizador” que o assistente social exerce em resposta as demandas do Estado e do conjunto dos segmentos da classe dominante. Netto (1992) acrescenta que a legitimação se dá “[...] pelo desempenho de papéis, atribuições e funções a partir da *ocupação* de um espaço na divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura” (p. 58).

Para Montaño (2011), a legitimidade do Serviço Social se dá pelas demandas inter-relacionadas: a demanda do Capital (Estado, empresas), e demandas da Classe Trabalhadora. A partir das ideias do referido autor, compreende-se que a classe trabalhadora demanda ao Estado serviços sociais e assistenciais, e este, por sua vez, passa em nome do contratante (classe dominante) a responder algumas demandas, a fim de regular os conflitos, por meios dos serviços destinados e prestados aos segmentos populares. Por meio dessa mesma ação são garantidas as condições de reprodução do capital. Nesse sentido, é que o Estado e a classe hegemônica demandam a intervenção do assistente social na execução de Políticas Sociais que respondam algumas dessas demandas da classe trabalhadora.

Com a criação das Políticas Sociais, fruto das reivindicações dos trabalhadores, o Estado cria o espaço de atuação dos assistentes sociais, essas ações por sua vez têm como objetivo exercer o controle sobre a classe trabalhadora. Compreende-se, entretanto, que assim como o capital camufla essas ações de controle social, que aparece como mecanismos de respostas às lutas e demandas das classes trabalhadoras, as Políticas Sociais do Estado, realizadas por meio da prática dos assistentes sociais, também disfarçam suas funcionalidades em favor do sistema. Na reflexão de Iamamoto:

O Serviço Social reaparece modificado, dentro do aparelho de Estado e de grandes instituições assistenciais, guardando, contudo, suas características fundamentais. Atuando através de canais

administrativos - e, às vezes, disciplinares - o Serviço Social mantém sua ação educativa e doutrinária de “enquadramento” da população cliente (2009, p. 10).

Vejamos que a demanda pela intervenção dos assistentes sociais é feita diretamente pelo Estado, entretanto o ponto de partida dessa demanda consiste nas reais necessidades da classe trabalhadora. Portanto, é no intuito de atender as necessidades da classe trabalhadora, que o Estado demanda a intervenção dos assistentes sociais. Partindo desse entendimento podemos afirmar que se a classe trabalhadora deixasse de reivindicar direitos e demandar políticas e serviços, o capital e o Estado deixariam de demandar assistentes sociais. Assim, de forma indireta, são as demandas sociais da classe trabalhadora quem asseguram efetiva legitimidade a prática dos assistentes sociais.

Com um novo papel legitimado e passando agora a ocupar um lugar da divisão social e técnica do trabalho, como uma prática que atua na reprodução da força de trabalho, ampliou-se a demanda por assistenciais, o que motivou uma mudança no perfil profissional. Desta forma, o perfil não será mais o das moças de família que exerciam a caridade por vocação, mas sim camadas médias da sociedade que viram na profissão de Serviço Social uma forma de vender sua força de trabalho.

Outro aspecto que interferiu na mudança do perfil dos profissionais e na feição da profissão foram os próprios movimentos sociais, sobretudo, o movimento feminista, do qual as vanguardas do movimento de intenção de ruptura do Serviço social com o conservadorismo participavam.

Para Montañó (2011), não se pode pensar o desenvolvimento de uma profissão eminentemente feminina, sem analisar, tanto a condição histórica de subalternidade da mulher na sociedade, quanto o papel dos movimentos feministas e a luta das mulheres por melhores condições de vida e igualdade e ampliação dos seus espaços na sociedade. “O papel das lutas feministas, ampliando os direitos e inserção das mulheres na sociedade ocidental torna-se peça fundamental para compreender o surgimento de uma profissão como a de Serviço Social” (p.100).

Segundo este autor, ao discutir os fundamentos do Serviço Social na sua gênese é necessário enfatizar os elementos de subalternidade da profissão, uma vez que esses elementos fazem parte das características presentes até hoje. Assim, a questão do gênero no Serviço Social é tomada como o primeiro elemento de

subalternidade do Serviço Social, uma vez que a profissão, eminentemente feminina, atua numa sociedade regida por padrões patriarcais e machistas.

As características das primeiras assistentes sociais também são necessárias para entendermos que, mesmo que essas características tenham sido transferidas para a profissão e se constitua numa das suas particularidades (profissão subalterna, composta, na sua maioria, da figura feminina) nada diz respeito a sua funcionalidade, legitimidade e do seu papel na sociedade.

Se por um lado o Serviço Social é estigmatizado como uma profissão que presta assistência aos setores mais carentes da população, por outro seu estigma recai na condição subalterna do profissional que atua no auxílio a outros profissionais. Nesse sentido, o que vai macular a profissão de herdeira da subalternidade da profissão, além da subordinação da mulher é o próprio jogo de dominação e subordinação presente na sociedade e nas relações sociais, tendo em vista: primeiro, a subordinação entre os diferentes *status* profissionais; segundo: a própria subordinação da mulher constitui uma contradição da vida social, um jogo de poder.

Nesse sentido, o Serviço Social é identificado com o papel que as sociedades “patriarcais” atribuem às mulheres, figurando-se como uma profissão que executa as decisões dos outros (políticos, ou profissionais), que conhece a realidade social por meio dos olhares dos outros (cientistas) e que assiste as populações carentes, como auxiliar de outros profissionais (médicos, advogados, etc.) (MONTAÑO, 2011).

Outro elemento indicativo de subalternidade, apresentado no debate, aparece na nova configuração do perfil profissional construído a partir dos anos 1960/70 do século passado, quando houve uma massificação de ensino do terceiro grau. Há com isso uma ampliação da inserção de segmentos das classes populares e das mulheres nas universidades, no mercado de trabalho e nos espaços do desenvolvimento tecnológico. Essa superpopulação acadêmica redundou em uma mudança no perfil socioeconômico dos estudantes e, pela primeira vez, jovens provenientes de estratos socioeconômicos médios e baixos passaram a ingressar nas universidades. Os cursos, nos quais a maioria dos seus estudantes provinha dessas classes, acabam por terem suas respectivas profissões estigmatizadas, no caso do Serviço social, ela ganha o rótulo de “uma profissão de pobres para pobres” (MONTAÑO, 2011, p. 103).

Este fato marcou uma diferenciação do perfil das gerações anteriores de estudantes/profissionais de Serviço Social, agora constituídas por indivíduos pertencentes das classes trabalhadoras. A aproximação das condições socioeconômicas do assistente social com as classes populares por um lado, facilita sua capacidade de empatia com os segmentos demandantes dos seus serviços, por outro conforma a autoimagem entre os profissionais e os estratos mais empobrecidos.

Portanto, pelo que foi visto até agora, constamos que se até a década de 1940 o solo de constituição, legitimação e institucionalização do Serviço Social, que estivera no campo da formação e da prática vinculava-se a um perfil de profissional ligado a classe burguesa e a concepções conservadoras, a partir da década de 1960, a profissão passa por um conjunto de mudanças, que implicam em novos direcionamentos teórico-prático, como também a uma alteração do perfil dos profissionais, como já sinalizado no parágrafo anterior. Longe de representar a passivação da categoria dos assistentes sociais, é exatamente a partir dos anos 1960 que os profissionais iniciam um processo de organização política, encaminhamento de lutas em função do processo de ruptura com o conservadorismo.

Portanto, até aqui se buscou apresentar a vinculação genética do Serviço Social com o legado do conservadorismo, apresentando a configuração histórica da profissão desde a sua gênese, passando pelo processo de institucionalização, até o alcance dos anos de 1960. Agora, segue-se a discussão de como se processou o Serviço Social nas décadas de 1970 a 1980 em direção ao processo de ruptura com o Serviço Social Tradicional.

2.2 PROCESSO DE RUPTURA DO SERVIÇO SOCIAL COM SUAS BASES CONSERVADORAS

O Movimento de Ruptura do Serviço Social com suas bases conservadoras situa-se no contexto de efervescência dos movimentos sociais no mundo e de reorganização dos movimentos políticos no Brasil, sobretudo, das massas populares pela redemocratização do país.

Os anos 1960/70 do século XX foram palco de manifestações políticas vindas principalmente dos países do terceiro mundo. Na América-Latina, os movimentos político-revolucionários foram motivados pela crise mundial de acumulação capitalista e da política desenvolvimentista operada nos países a partir da década de 1950, processos potencializadores das desigualdades sociais. Toda essa efervescência motivou os golpes militares em vários países, apoiados pelas forças reacionárias Americanas, temerosa de que a experiência revolucionária de Cuba pudesse se estender pela América Latina.

No Brasil, diante do cenário de contestação da ordem vigente, criaram-se as possibilidades para que os movimentos populares começassem a pensar numa nova ordem para a sociedade, pautados nos princípios de liberdade e cidadania. Os grupos sociais protagonistas desses questionamentos foram, em sua maioria, mulheres e jovens operários e universitários. Assim, a década de 1960/70 é considerada como uma época revolucionária, pois, evidenciou um conjunto de reivindicações e de participação política, principalmente dos movimentos desencadeados por mulheres e jovens.

Com efeito, a partir dos anos 60, alargam-se as bases sociais de emancipação da mulher: sua inserção no trabalho, na educação superior, na vida pública e na defesa de direitos sociais e políticos. Configura-se uma determinada intervenção ético-moral, dada pela recusa dos papéis tradicionalmente definidos como “femininos” (BARROCO, 2010, p. 100- 101).

Estavam posto na sociedade questionamentos aos papéis e padrões tradicionais até então existentes. A década de 1960/70 representou o que se chama de anos rebeldes, que “expressam uma recusa radical em face das normas, valores e formas de ser mais caras ao conservadorismo moral: o poder, a autoridade, o dogma, a hierarquia, a ordem, a tradição” (BARROCO, 2010, p. 101).

De acordo a autora acima citada, as estratégias criadas para o enfretamento desse movimento revolucionário vincularam-se a intervenção massiva norte-americana nos países latinos, com o propósito de legitimar a ordem capitalista e evitar a influência do ideário socialista. Os resultados dessas intervenções, que articulavam medidas socioeconômicas e controle ídeo-cultural, consistiram nos consecutivos golpes militares, construídos sob o ideário de segurança nacional.

Para Ozanira (2011), essa conjuntura vai influenciar diretamente o Serviço Social, dando início a um período de autocrítica do Serviço Social tradicional, através de alguns setores da profissão que passam a desenvolver processos de lutas por mudanças. Assim, nessas circunstâncias apresenta-se:

[...] um período de gestação da consciência nacional-popular com o engajamento de amplos setores sociais na luta pelas reformas estruturais e reformas de base, com especial atenção para uma política externa independente. Os processos de conscientização e politização atingem operários e camponeses, estudantes e intelectuais, com a presença das ligas camponesas, sindicatos rurais, Movimento de Educação de Base (MEB), Centros Populares de Cultura, Movimento de Cultura Popular, Ação Popular e outros (OZANIRA, 2011, p. 46).

A efervescência política e econômica vivida pelo Brasil neste período repercute no Serviço Social a partir das vertentes conservadora e mudancista. Utilizamos uma longa citação da autora para apresentarmos a compreensão destas duas perspectivas.

De um lado, o Serviço Social é cada vez mais absorvido pelo Estado, a partir do seguinte quadro de referência: o objeto de intervenção profissional se configura pelas disfunções individuais e sociais; os objetos se voltam para a integração social, não se verificando divergências entre os objetivos institucionais e os profissionais; no terreno do conhecimento, a Doutrina Social da Igreja cede lugar a correntes psicológicas, principalmente a psicanálise, e a correntes sociológicas, destacando-se o positivismo e o funcionalismo; os métodos tradicionais de Serviço Social de Casos e Serviço Social de Grupos sistematizam-se. [...] Por outro lado, um reduzido setor da categoria profissional é influenciado pelo novo posicionamento dos cristãos de esquerda, que colocam a conscientização e a politização em função das mudanças estruturais. Essa nova postura permite que se registre, no período 1960-1964, uma prática desse reduzido grupo de assistentes sociais que parte de uma análise crítica da sociedade, percebendo as contradições e a necessidade de mudanças radicais (OZANIRA, 2011, p. 47).

Esses dois grupos no interior da categoria representaram duas vertentes de pensamentos que se fizeram presentes no mesmo período e que dividiu o Serviço Social em duas direções sociais: um grupo de profissionais continuou desenvolvendo suas práticas com base no conservadorismo; outro, mesmo que de forma incipiente, passou a analisar as contradições e a criticar a sociedade, atrelando-se as massas populares nas reivindicações por mudanças.

A partir de Barroco (2010) e aos elementos expostos até agora, entende-se que o cenário dos anos 1960/70, permitiu que se pensasse a construção de um novo projeto para a profissão, que como vimos, está relacionado a princípio, à participação política de um reduzido setor da profissão, com um *ethos* militante em oposição ao Serviço Social tradicional. Vale salientar que essa militância política vinculou-se num primeiro momento aos movimentos sociais, sobretudo, da educação popular, de onde recebe influência de Paulo Freire e do movimento de Teologia da Libertação.

De 1964 a 1985 - períodos de ditadura militar¹⁴-, o Serviço Social mais uma vez é bastante marcado pela conjuntura sócio-histórica do país, principalmente diante das possibilidades de avanço crítico. Num primeiro momento, a postura assumida pelas Políticas Sociais do Estado ditatorial tenciona o Serviço Social a uma tendência modernizadora. “Essa tendência é apontada por vários autores como o momento inicial do Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil” (OZANIRA, 2011, p. 54).

De acordo com Netto (1991), o processo de renovação do Serviço Social passou por três momentos de mudanças no interior da profissão: o primeiro diz respeito à Vertente Modernizadora, marcada pela incorporação de abordagens funcionalistas, estruturalistas e sistêmicas, dirigidas a uma modernização conservadora.

Marcam o primeiro momento dessa renovação os encontros de Araxá realizado em 1967 e Teresópolis em 1972. Estes dois encontros buscavam uma modernização do Serviço Social através de metodologias e cursos de formação profissional que pudessem acompanhar os avanços do capital. Essa perspectiva de modernização foi impulsionada no Serviço Social através das políticas desenvolvimentistas do Estado ditatorial. No entanto, os documentos elaborados nesses eventos acabaram reforçando a perspectiva tradicional do Serviço Social. Depois de Araxá e Teresópolis, vieram os colóquios realizados nos centros de estudos do Sumaré e Alto da Boa Vista, respectivamente em 1978 e 1984.

¹⁴ Para Ozanira: Qualquer análise da realidade brasileira no contexto da ditadura militar deve considerar que este período não foi homogêneo e deve ser pensado, portanto, como um processo com momentos bastante demarcados: a) de 1964 a 1968, com a definição das bases do Estado de Segurança Nacional, a formulação de novos mecanismos de controle e a reforma constitucional; a institucionalização do novo Estado e sua grande crise em 1967- 1968, quando o governo militar institui o Ato Institucional n. 5 (AI- 5); b) de 1969 a 1974, o mais rígido da ditadura militar; c) de 1974 a 1985, da distensão à retirada dos militares da cena política, como atores de frente (2011, p. 48).

O segundo momento é o de renovação do Serviço Social, apresentado por Netto (1991) como sendo a vertente de Reatualização do Conservadorismo que consistiu na recuperação da herança conservadora, onde a tese de Anna Augusta de Almeida expressou a preocupação do Serviço Social utilizar suportes teóricos para compreender as necessidades do “cliente”. Este conservadorismo não se pauta apenas no referencial da igreja católica, mas também possui um embasamento científico, no intuito de construir intervenções profissionais a partir de critérios sociais objetivos e teóricos.

Segundo Barroco (2010), a ditadura militar fortaleceu o conservadorismo, assim, ao mesmo tempo em que se criou a possibilidade de erosão do Serviço Social tradicional, também se criaram as bases para a reatualização do conservadorismo na profissão. Para a autora:

Nesta perspectiva, o clima favorável de rupturas coexiste com reações conservadoras; é nesse movimento entre construção do novo e a luta pela conservação do instituído que podemos situar as condições socioculturais para a transformação ou conservação dos valores sociais inscritos na ética profissional tradicional (BARROCO, 2010, p. 112).

Um exemplo da Reatualização do Conservadorismo na profissão foi o Código Moral do Serviço Social, formulado pela então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS). O mesmo possuía como pressupostos um “conservadorismo medial, em oposição a todas as conquistas da sociedade moderna” (*op. cit.*, p. 113). Para a autora em questão, a obra de Ana Augusta de Almeida também é um exemplo da reatualização do conservadorismo no Serviço Social, uma vez que a mesma buscava uma cientificidade para a profissão, apresentando uma proposta metodológica, apoiada na ajuda psicossocial retirada da fenomenologia.

O terceiro momento apresentado por Netto (1991) é o de Intenção de Ruptura, no qual se buscou um rompimento com o conservadorismo apoiando-se em suportes teóricos e metodológicos de inspiração marxista, que remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes. No Brasil, esse momento vai configurar-se como uma aproximação ao marxismo sem Marx.

A primeira expressão teórica do marxismo no Serviço Social foi a experiência do Método BH, construído pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica

de Minas Gerais. Este método buscava uma ruptura com os métodos positivista presentes no Serviço Social tradicional e indicava parâmetros para a construção de um perfil profissional com competências teórico-metodológica, formativa e interventiva. Para Netto (1991), o Método BH representa ainda a intenção de ruptura, terceiro momento do processo de renovação do Serviço Social apresentado anteriormente, que é marcado pelo que o autor aponta de um marxismo sem Marx.

Assim, ao entendermos a configuração desses três momentos, compartilhamos com Iamamoto (2009), a ideia de que o processo de Reconceituação do Serviço Social não passou de uma tentativa de ruptura com suas bases tradicionais, o qual se configurando como um fenômeno tipicamente Latino-Americano que se propôs a realizar uma revisão crítica da profissão. Nesta mesma linha de análise, Barroco (2010) caracteriza o Movimento de Reconceituação como sendo:

[...] processo heterogêneo, em que emerge um questionamento crítico que incide sobre a teoria e a prática tradicionais, especialmente em relação ao papel profissional. Gerando um conjunto diversificado de indagações e respostas, tal movimento permite uma primeira aproximação com um posicionamento ético-político potencialmente negador do tradicionalismo profissional: a explicitação da dimensão política da profissão e do compromisso ético-político com as lutas populares (p. 107-108).

Os questionamentos presentes na profissão foram influenciados pela efervescência de lutas políticas e sociais em torno da crescente questão social. Esse impulso também pode ser vivido não só na profissão, mas nas ciências sociais de um modo geral e nas universidades, como também na igreja. Dentro do Serviço Social esses questionamentos podem ser entendidos como:

[...] um movimento de *denúncias* - de *autocrítica* e de *questionamentos societários* - que tinha como *contra-face* um *processo seletivo de busca da construção de um novo Serviço Social latino-americano*, saturado de historicidade, que apostasse na criação de novas formas de sociabilidade a partir do próprio protagonismo dos sujeitos coletivos (IAMAMOTO, 2008, p. 207).

No entanto, o Movimento de Reconceituação não desenvolveu de forma homogênea as suas formulações. Num verdadeiro ecletismo, foram absorvidas diferentes perspectivas de marxismos que deram resultado a diversas interpretações equivocadas, que apesar das críticas, até hoje ainda se expressa no debate da

profissão. Nessa aproximação do Serviço Social com o marxismo, Marx foi o protagonista ausente. Sendo assim, “o resultado foi um universo teórico presidido por fortes traços ecléticos, dando lugar a uma visão, às ocultas, do positivismo no discurso do marxista do Serviço Social” (IAMAMOTO, 2008, p. 212).

Ainda nesse período, a igreja católica também passou a desenvolver mobilizações de apoio às lutas populares, adotando o marxismo como referência analítica das relações sociais. Vale salientar que o marxismo é utilizado de forma problemática pela igreja católica, uma vez que a mesma o incorpora como uma ideologia, sem considerar os seus fundamentos ontológicos, compreendendo como uma ciência – uma filosofia - vinculada ao humanismo. Isso expressa a oposição entre os fundamentos ontológicos e materialistas de Marx com a metafísica cristã (BARROCO, 2010),

O movimento de uma nova tendência cristã, já iniciado na década de 1960, passa a se desenvolver através da militância a favor dos pobres. Num primeiro momento, essa aproximação ao marxismo é mediada pelo pensamento católico europeu, do qual se destaca Mounier.

Através do personalismo, busca-se uma aproximação com o ideário socialista, conservando-se, porém, a perspectiva filosófica do humanismo cristão; dessa junção, decorre um *ethos* valorizador do diálogo, da autenticidade, da liberdade, do amor, da solidariedade, da intersubjetividade, e do engajamento ético- político (BARROCO, 2010, p. 147).

Já num segundo momento, na década de 1970, dessa articulação entre marxismo e cristianismo resulta a *Teologia da Libertação* a qual vai influenciar diretamente no Serviço Social, pois a profissão vai receber influências desse movimento católico progressista, articulando o humanismo cristão com o humanismo marxista.

Outra influencia teórica recebida pelo Serviço Social foi a do marxismo enviesado Althusseriano, a partir de cuja concepção, os assistentes sociais passaram a tratar o Estado como um aparelho monolítico de dominação, diante do qual o correto seria abandonar os postos de trabalho vinculados à estrutura Estatal e dedicar-se a militância política junto aos movimentos sociais da classe trabalhadora. A partir desse movimento histórico e político, a profissão passa a negar as suas referências tradicionais e adotar uma concepção messiânica e utópica da prática.

Na concepção de Ozanira (2011):

Fica posto que, mesmo no período de maior repressão do regime militar, setores profissionais, embora minoritários, começam a atuar na contra-resposta ao encaminhamento hegemônico que transforma a profissão num mero instrumento da aceleração do desenvolvimento, percebido como um crescimento econômico concentrador e excludente. Isso significa que, mesmo cometendo o “equivoco” de se propor a abandonar o espaço institucional, por percebê-lo como instrumento mecânico de dominação, alguns setores da categoria profissional colocam a perspectiva do Serviço Social aprofundar uma prática que se pauta busca de apoio aos interesses dos segmentos explorados que constituem a base de sua clientela, recolocando, necessariamente, a perspectiva de transformação social (p. 55-56).

É importante pontuar que a concepção de militância “abre caminho para a “desprofissionalização”, típica do Movimento de Reconceituação, em suas vertentes críticas; na medida em que a atividade profissional se transforma em militância, ela adquire um sentido voluntário, abnegado, de sacrifício, entre outros” (BARROCO, 2010, p. 151).

Para esta autora, no final dos anos 1970, os estudos de Althusser significou uma forma de resistência e de sobrevivência intelectual nos marcos da ditadura militar. A articulação feita entre o marxismo e cristianismo, muito influenciada por Althusser, apresentava contradições, pois o mesmo com seu marxismo anti-humanismo defendia um marxismo científico de feições neopositivista, o que contrariava o humanismo e a ontologia proposta por Marx.

No entanto, mesmo diante de todos os equívocos cometidos, “o Movimento de Reconceituação protagonizou um abalo no conservadorismo a partir do momento em que apontou para a possibilidade de construir a profissão sob outra base de legitimidade, conferida pelos usuários dos serviços” (SANTOS, 2001, p.55). Sendo assim, essa intenção de ruptura, mesmo não conseguindo acabar com a presença do conservadorismo na profissão, ela pode esclarecer as relações entre essa corrente do pensamento e o Serviço Social.

Esse período foi marcado por uma conjuntura de crise (iniciada nos anos de 1970), que enfraqueceu a legitimidade política do Regime Militar, tornando possível, a princípio, um processo de abertura democrática e mais tarde a transição que vai marcar o fim da Ditadura e, por conseguinte da repressão. É no lastro desse processo que alguns setores profissionais, principalmente aqueles ligados á

academia, dão, de fato, início as investigações que possuísem vinculação com um projeto de ruptura com o Serviço Social tradicional. Assim, com a mudança na conjuntura política marcada pela crise da ditadura e o fim do regime militar, as discussões profissionais puderam ser retomadas e revistas às práticas institucionais históricas da profissão.

Com outro olhar, a categoria reconheceu os equívocos cometidos durante o processo de Reconceituação e a partir do momento em que foi reconhecido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq como área de produção de conhecimento, passou a lançar um mergulho na pesquisa histórica, aliada a uma crítica teórica. Não por acaso, Iamamoto (2008) vai caracterizar a relação do Serviço Social brasileiro com o Movimento de Reconceituação como um movimento de continuidades e rupturas. Assim,

[...] a ruptura foi sendo construída no processo mesmo de aprofundamento das premissas e propósitos do movimento de Reconceituação. Seu desenvolvimento crítico, adensado pelas inéditas condições histórico-profissionais presentes na sociedade brasileira, criou as condições daquela ultrapassagem. Os pontos de ruptura podem ser localizados em dois grandes âmbitos: na crítica marxista do próprio marxismo e dos fundamentos do conservadorismo (IAMAMOTO, 2008, p. 218).

A necessidade de um posicionamento ético-político profissional diante dessa realidade foi visto no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 1979, conhecido como o Congresso da Virada. Aqui, as vanguardas mais aguerridas da categoria profissional vincularam-se ao movimento dos trabalhadores e, rompendo com a dominância do conservadorismo, conseguiram instaurar na profissão o pluralismo político.

É importante destacar que, como forma de expressão de sua dimensão política, a profissão, em toda trajetória histórica, sempre esteve presente no embate político entre as classes. Podemos dizer que a dimensão política do Serviço Social é inerente a sua natureza e forma de inserção na sociedade, na relação entre as classes. Mesmo em tempos de Ditadura Militar, setores da profissão, principalmente docentes, discentes e alguns coletivos, resistiram ao regime de repressão ditatorial. No entanto, Netto (2009b), enfatiza o fato de a oposição à ditadura ter sido manifestada muito tardiamente pelas instâncias representativas do Serviço Social.

Assim, o III CBAS caracteriza o rompimento de silêncio e da alienação em face do quadro político do país.

O autor deixa bem claro a ideia de que não foi o III CBAS que trouxe o Serviço Social para a cena política, uma vez que, como dito acima, esta dimensão é inerente à profissão. No entanto, foi com a realização deste congresso que o Serviço Social pode trazer para a cena política “[...] os componentes democráticos até então reprimidos na categoria profissional” (NETTO, 2009b, p.33). A partir daqui, o Serviço Social passa a se organizar, aproveitando o processo de redemocratização do país, rumo à construção do seu Projeto Ético-Político.

O restabelecimento dos marcos democráticos do Estado brasileiro, cuja Constituição Federal de 1988 é o principal marco, foi um importante fator para que a profissão pudesse realizar uma crítica social e compreender as possibilidades e limites da ação profissional no interior das instituições públicas, sobretudo naquelas engajadas diretamente no sistema de controle social.

Se antes os profissionais abandonaram seus postos de trabalho por compreenderem, a partir do marxismo enviesado de Althusser, que as instituições eram aparelhos ideológicos do Estado; com as leituras de Gramsci, os profissionais passaram a ter outras perspectivas, compreendendo agora, as instituições enquanto um campo de contradição e luta entre as forças contraditórias. “Através de Gramsci, recuperava-se a ação educativa em outras bases; agora não se trata de ação ‘basista’, mas de uma dimensão da atividade profissional pensada nos moldes do intelectual gramsciano” (BARROCO, 2010, p. 170).

A partir da abertura política e da redemocratização do Estado brasileiro e com a publicação do livro de Yamamoto e Carvalho, *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* na sua primeira edição em 1982, o Serviço Social vai de fato se aproximar de uma leitura crítica marxiana¹⁵ passa a ser usada na formação e prática dos assistentes sociais. Este livro, fruto das pesquisas vinculadas ao CELATS para descrever a história do Serviço Social no Brasil e outros países da América-Latina, levaram Yamamoto e Carvalho a apresentar, pela primeira vez, críticas aos fundamentos teóricos e a história do Serviço Social.

Foi nesse contexto de contradições, portanto, que o Serviço Social expandiu seu espaço social e político, ampliando seu mercado de trabalho e passando a se

¹⁵ A leitura marxiana refere-se à leitura das obras de Marx propriamente dita.

inserir nas unidades públicas de ensino e criar seus cursos de pós-graduação. Observa-se que as mudanças operadas no Serviço Social a partir da década de 1980, ocorreram da necessidade da profissão acompanhar as transformações econômicas, políticas e sociais da realidade brasileira (IAMAMOTO, 2009).

A construção dessa relação entre o Serviço Social e o pensamento marxista será a discussão do nosso próximo item.

2.3 SERVIÇO SOCIAL E O MARXISMO

Na análise de Netto (1989), existe um denominador comum entre o marxismo e o Serviço Social: ambos são impensáveis fora da sociedade burguesa e possuem como base a questão social. Para o autor:

[...] a “questão social” [...] se põe logo nos primeiros momentos da revolução industrial; Marx confronta-se com ela, teórica e politicamente, ainda no espaço do capitalismo concorrencial, “clássico”; o serviço social, por seu turno, só pode ser tomado como *profissão* a partir do trânsito do capitalismo concorrencial à idade do monopólio, ao estágio imperialista (p. 90).

Embora exista este denominador comum apresentado por Netto (1989), entre Serviço Social enquanto profissão e o Marxismo enquanto teoria social há diferenças enormes entre ambos. A começar no fato de que, para o marxismo, a questão social só é ultrapassada com a eliminação da sociedade capitalista. O Serviço Social, por sua vez, embrionariamente, surge vocacionado para administrar a questão social. A profissão surge enquanto uma estratégia do Estado no capitalismo monopolista, no trato das manifestações da questão social. Observem que, apesar de o marxismo e o Serviço Social possuírem a sociedade burguesa e a questão social como ponto em comum, ambos possuem características que o diferenciam exatamente neste ponto, a partir do momento que analisamos o Serviço Social em seu processo de origem, desenvolvimento e institucionalização.

A vertente cultural revolucionária de Marx é totalmente adversa a vertente a qual o Serviço Social se vinculou nas suas origens. Assim:

Tal vertente é antípoda àquela a que se prende o serviço social - prefigurada pela reação à Revolução Francesa, com a polêmica pós-revolucionária dos saudos do Antigo Regime. Trata-se do veio

ideal aberto pelos ideólogos da Restauração, em cujo desenvolvimento haveriam de confluir componentes reacionários e ingredientes conservantistas. Quando estes se adensam e se contemplam numa plasmagem própria, emerge a *vertente conservadora*, na qual se inscreve o serviço social: é uma das suas concretizações profissionais, quando ela, na passagem do capitalismo concorrencial à idade do monopólio, transita para a intervenção, a gestão e a administração institucionais de variáveis que concorrem na “questão social”. Na vertente conservadora, tal como ela se constituiu sob a lente do estilo de pensar positivista, cristaliza-se a *auto-representação do ser social* funcional aos marcos do capitalismo consolidado (NETTO, 1989, p.92).

Para Netto *op.cit.*, essas duas vertentes teóricas são desenhadas num cenário de excludência. Se o marxismo fundou uma teoria social de cariz histórico, ontológico e dialético; o Serviço Social, enquanto uma profissão se institucionaliza e se afirma ancorado a vertente teórica do conservadorismo.

Trata-se de uma vertente que fundou as chamadas ciências sociais como disciplinas autônomas e particulares, embasadas no suposto de que a sociedade se estrutura segundo níveis a que se atribui uma especificidade que permite e legitima saberes (também específicos) que se constelam em “ciências” especiais - a economia, a sociologia, a antropologia, a psicologia etc. (NETTO 1989, p. 93).

O autor vem apontar que essa relação de excludência entre essas duas vertentes passa por modificações no século XX, onde as chamadas ciências sociais, oriundas da vertente conservadora, atravessam um contato diverso com a tradição marxista. E explica ainda, que essa mudança é dada a partir da influência da tradição marxista nos movimentos de libertação nacional, como também pela crise das ciências sociais acadêmicas, ambos operados no cenário dos anos 50 do século XX.

Para Netto (1989), essa incorporação do marxismo pelas ciências sociais críticas influenciou na interlocução do marxismo com o Serviço Social, uma vez que, “confrontados com os impasses que se cronificavam na sua intervenção profissional, e para os quais não obtinham clarificação nas referências tradicionais de que dispunham, os assistentes sociais mais inquietos voltaram-se para aquelas correntes críticas” (p. 96). Essa aproximação se singularizou por três traços:

Em primeiro lugar, tratou-se de uma aproximação que se realizou sob exigências teóricas muito reduzidas - as requisições que a comandavam foram de natureza sobretudo ídeo-políticas, donde um cariz fortemente instrumental nessa interlocução. Em segundo lugar, e decorrentemente, a referência à tradição marxista era muito seletiva e vinha determinada menos pela relevância da sua contribuição crítico-analítica do que pela sua vinculação a determinadas perspectivas prático-políticas e organizacional-partidárias. Enfim, a aproximação não se deu às fontes marxianas e/ou aos “clássicos” da tradição marxista, mas especialmente a divulgadores e pela via de manuais de qualidades e níveis discutíveis (NETTO, 1989, p. 97).

Santos (2007), discutindo sobre a aproximação entre o marxismo e o Serviço Social apresenta que o primeiro momento se deu no Movimento de Reconceitualização. Com uma apropriação ideológica do marxismo, a profissão objetivava romper com suas bases de origem tradicional, apropriando-se de recortes, capturando elementos ídeo-políticos do marxismo.

A autora chama a atenção para um caráter problemático dessa apropriação, “remeto aos equívocos registrados na história do marxismo, desde a sua gênese, passando pela Segunda e Terceira Internacionais que generalizaram como oficiais determinadas interpretações e desenvolvimento da obra marxiana” (SANTOS, 2007, p. 73).

Dessa primeira aproximação resultaram posições messiânicas e fatalistas¹⁶. A apropriação do marxismo como doutrina pragmático-científica caiu como uma luva para o momento de ruptura. As interpretações equivocadas gestadas no processo de revisão crítica do Serviço Social levaram a uma militância política, feita a partir do entendimento de que através da consciência teórica resultaria na luta de classe. A ideia de que deveria existir uma identidade entre teoria e prática e que esta deveria moldar a teoria, provocou uma imagem do assistente social como o agente da mudança social.

O segundo momento de aproximação se deu ainda na década de 1980 através de uma apropriação epistemológica. Aqui, apesar de leituras marxianas clássicas como a de Gramsci, expressam-se leituras influenciadas pelo

¹⁶ De acordo com Iamamoto (2008), o messianismo privilegia uma prática individualista e voluntarista de transformação societária. Já o fatalismo implica uma prática fadada a atender somente o interesse do capital.

epistemologismo. Prova disso foi à elaboração do currículo para o curso de Serviço Social, o qual se pautou em três eixos: História, Teoria e Método. Essa apropriação epistemológica também se expressou no Código de Ética de 1986, o qual retrata o marxismo como um modelo que se aplica na prática.

Ainda na década de 1980 houve a necessidade de superar esses equívocos, Santos (2007) assinala esse momento como sendo o de apropriação ontológica da vertente crítico- dialético. Este salto pode ser visto no Código de Ética de 1993, na Lei que Regulamenta a profissão e nas Diretrizes Curriculares. “[...] a apreensão dessas mediações tem dois pressupostos basilares: a concepção da profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho capitalista e do seu objeto como sendo as diversas expressões da questão social no capitalismo dos monopólios” (Idem, ibidem, p. 79).

Nos anos 1980 do Movimento de Intenção de Ruptura do Serviço Social, a presença na sociedade dessa vanguarda marxista vai intimidar os conservadores dentro da profissão. Os conservadores não tinham coragem de assumir suas posições, assim, na hora que passavam a serem criticados, se recolhiam. O conservadorismo e o ecletismo então passam a fazer parte da profissão, formando o caldo cultural do Serviço Social (NETTO, 2011).

É no âmbito da adoção do marxismo como referência analítica que se torna hegemônica no Serviço Social a abordagem da profissão como componente da organização da sociedade inserida na dinâmica das relações sociais participando do processo de produção e reprodução das relações sociais (IAMAMOTO, 2009).

Vale salientar que a apropriação do marxismo vai se restringir a um pequeno grupo de profissionais ligado a produção de conhecimento. Desta forma, a relação teoria/prática tenderá a reproduzir a dicotomia e será terreno fértil para o conservadorismo e o ecletismo. E ainda, mesmo no interior desse grupo de teóricos, iremos encontrar interpretações diferenciadas sobre o marxismo, sendo assim, as manifestações da ofensiva pós-moderna aparecem em pelo menos duas vias:

[...] a primeira consiste na revitalização do conservadorismo por meio da absorção sincrética do irracionalismo pós- moderno. A segunda [...] aparece junto aos segmentos da vertente marxista que, na década de 1990, apresentam uma apropriação epistemológica desta teoria social (SANTOS, 2007, p. 85).

Sabe-se que a entrada do marxismo no Serviço Social se realizou num momento histórico específico. A efervescência política dos movimentos sociais na década de 1980 possibilitou a leitura do marxismo e este ganhou espaço dentro das produções teóricas das profissões como aconteceu com o Serviço Social. No entanto, sabemos que a aproximação desta profissão com o marxismo se deu de forma heterogênea, o que provocou muitos equívocos e questionamentos, superados na década de 1990, com o debate do Projeto Ético- Político Profissional, objeto de discussão do nosso próximo item.

2.4 PROJETO ÉTICO- POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL COMO UM ELEMENTO DE RUPTURA

A discussão do Projeto Ético-Político constitui-se como um dos pontos chaves deste trabalho, tendo em vista que seu debate está atrelado à formação do assistente social em um momento que reconheceu e teceram críticas às expressões do conhecimento e doutrinas conservadoras aglutinadas, e em outro, rompeu e redimensionou sua cultura teórica, política, sua instrumentalidade e quadro de valores.

Ao longo deste trabalho procuramos retratar, historicamente, o processo de formação do Serviço Social. O que nos cabe agora discutir é essa virada realizada pelo Serviço social, especialmente pelo processo de formação profissional, quando o Serviço Social rompeu com o tradicionalismo e passou a construção de um novo Serviço Social pautado em valores e princípios políticos, ancorando, sua base de sustentação na tradição marxista.

De acordo com Netto (1999), o rompimento com o conservadorismo engendrou uma nova cultura profissional que colide diretamente com a hegemonia do capital. Essa nova cultura aparece sustentada no Código de Ética de 1993, o qual se vincula a uma nova ordem social pautada no fim da exploração.

O paradigma marxista, como matriz dessa nova cultura, expressa na direção social estratégica da profissão, vai de encontro ao conservadorismo e reforça a proposta do projeto da ruptura. Essa nova cultura profissional construída a partir do final dos anos 1970, não colide apenas diretamente com a cultura do capital, mas também com as bases epistemológicas do pensamento pós-moderno.

Segundo Netto (1999), a direção social estratégica de uma profissão não consiste apenas em seu propósito ídeo-político, ela supõe também a apropriação de uma matriz teórica, da qual o marxismo é a sua expressão. Para o autor, as proposições desenvolvidas para fragilizar e desqualificar a direção social do Serviço Social, vão se dar mais pela crítica a sua matriz teórica do que pela sua posição ídeo-política.

É necessário registrar que a construção do Projeto Ético- Político do Serviço Social envolveu todo um processo político organizativo da categoria, assim como a elucidação da necessidade de apropriação pelos profissionais organizados, de um referencial teórico-metodológico que possibilitasse uma compreensão efetiva dos processos sociais. Além disso, supunha também um conjunto de princípios éticos e políticos, capazes de viabilizar uma direção unificada do segmento da categoria concordante com o referido projeto.

É nessa direção que o debate em torno do projeto de formação do Serviço Social, encaminhado pela então ABESS, depois ABEPSS, passou a defender a possibilidade de construção de um novo perfil profissional, associado a um novo projeto societário aliado à defesa dos direitos dos trabalhadores. Assim, a ética que vai perpassar todo o projeto profissional, do qual o projeto de formação é parte, se expressam no conjunto de princípios que orientam os deveres presentes no código de ética.

A ética envolve opções teóricas, ideológicas e políticas. “Assim, temos um pressuposto fundante do Projeto Ético-Político: a sua relação ineliminável com os projetos de transformação ou de conservação da ordem social. Dessa forma, nosso projeto filia-se a um ou outro projeto de sociedade não se confundido com ele” (TEXEIRA; BRAZ, 2009, p. 5).

De acordo com Braz (2005), os interesses dos assistentes sociais não existem de forma independente dos interesses gerais da sociedade. As questões econômicas, culturais, políticas e sociais que perpassam projetos coletivos, como o do Serviço Social, também estão presentes em projetos societários. Daí por que o Projeto Ético-Político do Serviço Social está vinculado a um determinado tipo de projeto societário ao qual vincula os princípios políticos, orientadores de suas intervenções.

Para Braz *op. cit.*, os projetos societários podem ser conservadores ou transformadores, no caso do Serviço Social, suas demandas possui um nítido

caráter de classe, de forma que suas ações estão sempre favorecendo interesses sociais distintos e contraditórios. Os projetos societários são projetos coletivos que apresentam a autoimagem de uma sociedade e privilegiam alguns valores. São entendidos como propostas para a sociedade e distinguem-se de outros projetos por terem uma amplitude mais abrangente. Possuem caráter de classe e uma dimensão política, que não pode ser compreendida como partidária. Os projetos societários são também estruturas dinâmicas, que se transforma, se renovam ou incorporam novas demandas a partir da estrutura social, política e econômica da sociedade.

Já a construção de projetos profissionais, por sua vez, pauta-se em um coletivo devidamente organizado que envolve profissionais de campo, professores, estudantes, pesquisadores, entidades organizativas da categoria e sindicatos. Os projetos profissionais refletem;

[...] a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...] (NETTO, 1999, p. 95).

Para este autor, assim como os projetos societários, os projetos profissionais também são dinâmicos e flexíveis, acompanham às mudanças na sociedade, que refletem em demandas com as quais irão trabalhar como também acompanham o desenvolvimento teórico- prático da profissão e às alterações na composição social do corpo profissional. Os projetos profissionais possuem ainda uma dimensão política, uma vez que estão sempre ligados a um tipo de projeto societário, seja ele conservador ou transformador.

O projeto profissional constitui um universo heterogêneo, configura-se como um espaço plural, formado por indivíduos que possuem posições teóricas, projetos individuais e societários diferentes. “Nas condições contemporâneas, uma categoria profissional jamais é um bloco identitário ou homogêneo - é sempre, sob todos os prismas, um conjunto diferenciado e em movimento” (NETTO, 1999, p. 116).

Nenhum projeto profissional pode ser tido como efetivamente hegemônico, sempre vão existir dentro da profissão indivíduos que desenvolvem outras posturas, de modo que o “*pluralismo* é um elemento factual da vida social e da própria

profissão, que deve ser respeitado” (NETTO, 1999, p. 97). Não devemos confundir pluralismo de ideias com o ecletismo. Este se refere,

[...] a liberdade de tomar ideias de vários autores e articulá-las de acordo com a conveniência do pensador. Isto normalmente é feito sem o cuidado de verificar com rigor a compatibilidade de ideias e paradigmas diferentes, dando origem a uma colcha de retalhos, quando mais inteligentemente tecidas. É bom ressaltar que há ecletismo de baixo e altíssimo nível (TONET, 1995, p. 36).

Embora haja certa hegemonia, no projeto profissional, no plano institucional de regulamentação da profissão, haverá sempre uma divergência entre este e o projeto societário hegemônico. No caso do Serviço Social, seu Projeto Ético-Político contesta o projeto hegemônico burguês e defende a classe trabalhadora. Esse projeto profissional não está pautado nos objetivos individuais e corporativos de uma categoria profissional, mas se volta para as questões mais amplas e universais inerentes ao trabalho cotidiano dirigido aos interesses da classe trabalhadora.

Para Netto (1999), o projeto hegemônico de uma categoria supõe um acordo entre seus membros sobre os aspectos que o autor denomina de imperativos (são aqueles, objeto de regulação jurídico-estatal, os quais devem ser seguidos obrigatoriamente por todos os profissionais) e os aspectos indicativos (aqueles que não têm um consenso que garanta sua efetivação por todos os membros).

Enquanto categoria organizada, o Código de Ética elaborado em 1993 se mostra para o Serviço Social como uma materialidade de ideias e projeções profissionais, reguladora de sua inserção social. “O Código de Ética nos indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional. O desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transforme em indicativos abstratos, deslocados do processo social” (IAMAMOTO, 2008, p. 77).

O Projeto Ético-Político do Serviço Social começou a ser construído já no final da década de 1970 através do Movimento de Reconceituação vivido na América Latina. A intenção de ruptura dá início a uma direção comprometida com as classes trabalhadoras e pauta-se em valores que dão sustentabilidade à construção do referido Projeto Profissional.

De acordo com Barroco (2010), sob a influência das críticas operadas no bojo do Movimento de Reconceituação Latino-Americano e da aproximação com o

marxismo, origina-se uma nova ética profissional com novos rumos e direcionamentos, construindo assim uma nova proposição de intervenção, ajustada na participação política e no trabalho com movimentos populares.

Somado ao engajamento político junto aos movimentos sociais democráticos, o Serviço Social começa a estudar e produzir uma literatura crítica, voltada à compreensão e explicitação do significado da profissão, busca elementos para a superação crítica dos equívocos, questiona as teorias tradicionais, denuncia a neutralidade profissional e anuncia seu compromisso com as classes trabalhadoras (IAMAMOTO, 2008).

Como já apresentado neste trabalho, o processo de redemocratização do Brasil foi solo fértil para a ruptura com o Serviço Social tradicional, a direção social dos órgãos de representação da categoria de assistentes sociais, até então conservadora em sua hegemonia, passa a ser alterada.

Foi então a partir desse processo de virada que as vanguardas do Serviço Social conseguiram instaurar na categoria o pluralismo político. “Pela primeira vez, no interior do corpo profissional, repercutiam projetos societários distintos daqueles que respondiam aos interesses das classes e setores dominantes” (NETTO, 1999, p.102).

Ainda de acordo com este autor citado, a conjuntura dos anos 1980 é depositárias de alguns saldos positivo para a profissão, o qual trouxe avanços de para o processo de ruptura com o conservadorismo e coloca a tradição marxista no centro do debate teórico da profissão.

No entanto, o Código de Ética elaborado em 1986 do ponto de vista teórico e filosófico apresentou fragilidades e mostrou-se insuficiente em certos aspectos quanto à operacionalização profissional no cotidiano. Esse Código de Ética “[...] soava mais como uma carta de princípios e de compromissos ídeo-políticos do que um código de ética que, por si só, exige certo teor prático-normativo” (BRAZ, 2005. p. 3).

A revisão do Código de 1986 culminou no Código de Ética de 1993, reafirmando a liberdade e a justiça social como valores fundamentais, articulando-os à exigência democrática que favorece a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais. Esta revisão também apresentou a normatização do

exercício profissional, preservando-se os direitos e deveres profissionais, a qualidade dos serviços e também a responsabilidade diante do usuário.

O Código de Ética do Serviço Social é o instrumento legal que orienta a prática profissional e expressa o compromisso que a categoria possui com a classe trabalhadora e com os princípios progressistas e democráticos. Para tanto, o mesmo não se limita a objetivos corporativistas, anunciam valores universalizantes e alia-se a construção de uma nova organização social isenta de exploração entre classes (BARROCO, 2010).

O compromisso com a defesa e ampliação dos direitos dos trabalhadores está presente não só no discurso da categoria, como também na elaboração intelectual e nas suas competências profissionais.

Com isso, o Projeto Ético-Político do Serviço Social elege como seus compromissos a defesa da liberdade como valor ético central, liberdade esta que implica na autonomia e emancipação, plena expansão dos indivíduos sociais, defesa intransigente dos direitos humanos e universalização dos direitos, além do fim da exploração de classe, etnia e gênero e ainda, ressalta a pluralidade de ideias no debate e interlocução com as diversas áreas do conhecimento.

Além do Código de Ética Profissional, compõem ainda o Projeto Ético-Político do Serviço Social a Lei 8662/93, a quem cabe o papel de regulamentar a profissão de Serviço Social junto ao Estado brasileiro e as Diretrizes Curriculares, que traça o perfil do profissional e indica caminhos teórico-metodológicos para o processo de formação. Essa lei apresenta nos seus artigos 4º e 5º as atribuições e competências privativas do Serviço Social, aquelas que somente o Serviço Social pode exercer e que nos distingue de outras profissões. Portanto, em nível de intervenção profissional, o Código de Ética e a Lei que Regulamenta a Profissão, representam um avanço e amadurecimento político da profissão. Já as Diretrizes Curriculares, o representam o amadurecimento acadêmico e político organizativo da categoria.

Elaborada sob a coordenação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço social/ABEPSS a partir de 1996, as Diretrizes Curriculares apontam para um redirecionamento dos Projetos Pedagógicos (os currículos), sugerindo um rigoroso trato teórico, histórico e metodológico como pilares da formação profissional. Afirma a dimensão investigativa como elemento central numa relação teoria e realidade, de modo a romper com a tensão entre teoria e prática, tratadas historicamente como dimensões antagônicas.

O projeto apresenta o compromisso com a competência, o que requer aperfeiçoamento intelectual, no qual a formação profissional qualificada supõe também uma formação permanente. A construção coletiva das Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social representou a edificação de uma base comum que serve de referência para a formação profissional. No entanto, cabe a cada instituição de ensino elaborar seu currículo pleno em consonância com as propostas das Diretrizes.

Constitui ainda como Diretrizes a igualdade de qualidade e desempenho entre os cursos diurnos e noturnos; o caráter interdisciplinar; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e entre estágio e supervisão acadêmica; o exercício do pluralismo e a ética como princípio formativo.

Dos conteúdos apresentados nas Diretrizes Curriculares, necessários à formação profissional, estão presentes três eixos de fundamentação: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Como já pontuado acima, o Projeto Profissional ao qual nos referimos experimentou um processo de construção coletiva que se expressou historicamente por meio de um longo movimento da categoria, que se inicia com um processo de organização política dos profissionais e vai se firmando por meio de uma construção de conhecimentos teóricos e se consolida enquanto processo de construção no âmbito jurídico de aprovação desses três documentos acima abordados

De acordo com Braz (2005), os elementos que dão materialidade ao Projeto Ético-Político são compreendidos em três dimensões:

- a) Dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social: É a esfera de sistematização das modalidades práticas da profissão, onde se apresentam os processos reflexivos do fazer profissional e especulativos e prospectivos em relação a ele. Esta dimensão investigativa da profissão tem como parâmetro a afinidade com as tendências teórico-críticas do pensamento social. Dessa forma, não cabem no projeto ético-político contemporâneo, posturas teóricas conservadoras, presas que estão aos pressupostos filosóficos cujo horizonte é a manutenção da ordem.
- b) Dimensão político-organizativa da profissão: Aqui se assentam tanto os fóruns de deliberação quanto as entidades representativas da profissão. Fundamentalmente, o conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal e Regionais de Serviço Social) a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e as

demais associações político-profissionais, além do movimento estudantil representado pelo conjunto de CA's e DA's (Centros e Diretórios Acadêmicos das escolas de Serviço Social) e pela ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social). É através dos fóruns consultivos e deliberativos destas entidades representativas que são tecidos os traços gerais do projeto, quando são reafirmados (ou não) determinados compromissos e princípios. Assim, subentende-se que o projeto ético-político (como uma projeção) pressupõe, em si mesmo, um espaço democrático, aberto, em construção e em permanente tensão e conflito. Esta constatação indica a coexistência de diferentes concepções do pensamento crítico, ou seja, o pluralismo de ideias no seu interior.

c) Dimensão jurídico-política da profissão: Temos aqui o aparato jurídico-político e institucional da profissão que envolve um conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados no seio profissional. Há nessa dimensão duas esferas diferenciadas, porém articuladas, são elas: um aparato político-jurídico de caráter estritamente profissional; e um aparato jurídico-político de caráter mais abrangente. No primeiro caso, temos determinados componentes construídos e legitimados pela categoria tais como: o atual Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e as novas Diretrizes Curriculares recentemente aprovadas pelo MEC. No segundo, temos o conjunto de leis advindas do capítulo da Ordem Social da Constituição Federal de 1988 que, embora não exclusivo da categoria, foi fruto de lutas que envolveram os assistentes sociais e, por outro lado, faz parte do cotidiano profissional de tal forma que pode funcionar como instrumento viabilizador de direitos, através das Políticas Sociais que executamos e/ou planejamos (BRAZ, 2005, p. 5-6).

São essas as dimensões constitutivas do Projeto Ético-Político, que incidem no universo da formação e prática dos assistentes sociais. Vale salientar, de acordo com Teixeira e Braz (2009), que os valores e princípios constitutivos deste projeto, colidem diretamente com a dinâmica da sociedade capitalista, razão pela qual não pode deixar de ser compreendida como inviabilizadora. Para os autores, é em tempos difíceis que devemos reafirmar nossos compromissos éticos e políticos em defesa dos direitos da classe trabalhadora.

No que consistem as duas primeiras dimensões acima citadas, verificamos através de Netto (1999), que na entrada da década de 1990, o Serviço Social já dispunha de uma bibliografia própria e de uma maturidade profissional sentida não só nas elaborações teóricas produzidas pela profissão, mas também na organização política da categoria. No entanto, embora a profissão tivesse avanços e acúmulos, as novas realidades societárias surgidas a partir de 90 do século XX, demandaram novas competências, inclusive de ordem teórica e ídeo-política. A grande lacuna identificada pelo autor se refere a uma discussão bem presente: à distância que

ainda se tem entre as vanguardas acadêmicas e os profissionais de campo, em relação ao conhecimento produzido (NETTO, 1999).

As dificuldades, entretanto não se limita a esse distanciamento, a década de 1990, o colapso do socialismo real, a ofensiva neoliberal e o debate da pós-modernidade na sua versão neoconservadora, formam o quadro sócio-histórico, cultural e político de novos desafios postos ao Projeto Ético-Político do Serviço Social. “Do ponto de vista dos parâmetros teóricos, o que é saliente, no Serviço Social no Brasil, na entrada dos anos 1990, é o fato de se registrar a emergência da crítica formal às correntes marxistas no campo profissional” (NETTO, 1996, p. 114).

É importante ressaltar que os componentes do Projeto Ético-Político, acima abordado (expressos nos documentos; código de Ética, Lei de Regulamentação da Profissão e Diretrizes Curriculares), por si só, não garantem uma atuação profissional nos marcos desse projeto. Os desafios a essa atuação já se fizeram presentes na conjuntura na qual foi construído o PEPSS, pois, a década de 1990, período no qual o Projeto Ético-Político se consolida, também é o de firmação do projeto neoliberal, tanto em níveis da economia, quanto do Estado.

Se a década de 1980 representou um avanço de conquistas e garantias de direitos, a conjuntura dos anos 1990 marca a entrada efetiva do neoliberalismo. A flexibilização da economia, a reestruturação do processo de trabalho, a minimização do Estado e da retração dos direitos sociais passam a constituir-se em uma conjuntura desafiadora à profissão (NETTO, 1999).

Neste cenário de retração, as Políticas Sociais são substancialmente alteradas em suas orientações e em sua funcionalidade. A estratégia do capital no enfrentamento a questão social é contra o princípio universalista, focalizando, privatizando e descentralizando administrativamente as Políticas Sociais. Associado a isso se encontra ainda um tratamento diferenciado em relação às necessidades dos indivíduos, o qual se dá de acordo com o seu poder aquisitivo. Trata-se das referências a “cidadão consumidor” e “cidadão pobre”, tratados por Motta (2010).

Essa configuração atual, por sua vez, repercute na profissão em três pontos centrais:

[...] 1) em sua *condição de trabalhador* – aumentando o desemprego profissional, precarizando o vínculo trabalhista, levando a uma tendência à “desprofissionalização”; 2) em sua *demanda direta e indireta* – aumentando e diversificando as manifestações da “questão

social" enfrentadas pelo assistente; e 3) em sua *prática de campo* – reduzindo os recursos para implementar serviços sociais; demandando o "tarefismo" ou o "ativismo" que subordina a qualidade do atendimento à quantidade; com a "desuniversalização" das Políticas Sociais, atuando o assistente social em microespaços; com tendência à "filantropização" e ao "assistencialismo" e, inclusive, à "mercantilização" dos serviços sociais (retirando-lhes a dimensão de direito de cidadania) (MONTNÕ, 2006, p. 5).

De acordo com Secon (2007), o Serviço Social não está alheio às reformas da sociedade capitalista, pelo contrário, enquanto classe trabalhadora está sujeita as transformações no mundo do trabalho e do seu mercado. A autora mostra que com a reforma do Estado, a profissão ao trabalhar com classes empobrecidas, deve responder propositivamente suas necessidades, sem perder de vista seu projeto coletivo de profissão, na viabilização de direitos sociais cada vez menos assegurados. Para a referida autora os desafios imperativos postos à profissão rumo à efetivação do Projeto Ético- Político são:

[...] construir coletivamente estratégias para que os fundamentos que orientam o Projeto ético-político sejam apreendidos pelo conjunto da categoria profissional; manter e aprofundar a direção hegemônica do Projeto ético-político; garantir a interlocução com os movimentos sociais de luta em defesa da classe trabalhadora (SECON, 2007, p.7).

Entretanto, são muitos os desafios enfrentados, na atualidade, para efetivar o projeto profissional. Nessa discussão, vários autores deram importantes contribuições, no sentido de esclarecer a natureza e as condições nas quais esse Projeto plasma e de apresentar alternativas na sua consolidação.

Netto (1999) mostra que o desafio atual do nosso Projeto reside na ofensiva neoliberal que vem liquidando os direitos sociais, privatizando o Estado, sucateando os serviços públicos e implementando uma política macro-econômica que penaliza a massa da população.

Iamamoto (2004) fomenta a discussão afirmando que o maior desafio para efetivar esse projeto é torná-lo um guia efetivo para o exercício profissional. Na perspectiva adotada pela autora, é necessário situar na análise o caráter contraditório da profissão, extraíndo dele efetivas consequências para a apreciação

das funções tradicionais e emergentes do assistente social nas experiências vigentes no mercado de trabalho.

Considerando as possibilidades diferenciadas de autonomia que dispõe o assistente social nos vários espaços ocupacionais e a força dos interesses sociais distintos que neles se refratam, a efetivação de um projeto profissional não pode depender de uma seleção de tipos seletivos de práticas; mas da direção social e política impressa ao trabalho nos diferentes espaços ocupacionais, consoante os limites e possibilidades de um fazer profissional que, embora denso de conteúdo político, distingue-se da arena da militância política (IAMAMOTO, 2011).

De acordo com Guerra (2005), as alterações ocorridas no capital refletem diretamente no mundo do trabalho, nas Políticas Sociais, nas expressões da questão social, nos espaços ocupacionais e nas formas de intervenção.

No atendimento as demandas - sejam elas do capital ou do trabalho- tem que ser consideradas as condições objetivas em que está gestada a prática do assistente social. Pois, as formas de atendimento as expressões da questão social dependem das condições oferecidas pelo Estado. Já que “o formato dos serviços sociais e/ou das Políticas Sociais, a maneira como estes espaços profissionais se configuram, exerce influência direta sobre a intervenção profissional” (GUERRA, 2005, p. 5).

A prática do assistente social se realiza mediada pelas instituições, sendo assim, os profissionais são condicionados a atuarem de acordo com as modalidades de enfrentamento da questão social, estabelecidas pelo Estado burguês, através das Políticas Sociais e dos programas sociais específicos e focalistas, como é o caso do Programa Bolsa Família, espaço sócio-ocupacional escolhido para a nossa pesquisa.

As demandas com as quais atuam os assistentes sociais são saturadas de determinações econômicas, sociais, políticas e ideológicas. Sendo assim, a intervenção profissional precisa entender esses complexos, já que essas determinações exigem mais do que ações imediatas e manipulatórias. Por exemplo, para se compreender o Programa Bolsa Família hoje e para intervir nesse campo de atuação, o profissional precisa estar atento à questão social nas suas diversas expressões, ter conhecimento do quadro de pobreza no Brasil e das formatações de Políticas Sociais, da luta dos trabalhadores, assim como da trajetória histórica de construção dos programas de transferência de renda no país e suas implicações

políticas e econômicas, a configuração dos seus limites e possibilidades, nos dias atuais.

A compreensão destes elementos como podemos observar, envolvem ensinamentos inerentes aos três núcleos temáticos das Diretrizes Curriculares. Assim, seria então “[...] uma competência teórica e fidelidade ao movimento da realidade; competência técnica e ético- política que subordine o “como fazer” ao “o que fazer” e, este, ao “dever fazer”, sem perder de vista seu enraizamento no processo social” (IAMAMOTO, 2008, p.80).

Diante disso, há dois fatores que incidirão na prática profissional aliada a tais compromissos: a formação profissional comprometida com às Diretrizes Curriculares da ABEPSS e a qualificação profissional continuada. No entanto, essa discussão nos leva a questionar as condições objetivas que tencionam essa formação profissional e a formação permanente, já que esta independe da vontade de seus agentes e se constitui como uma possibilidade também condicionada objetivamente.

Tudo isso nos leva ainda, fundamentalmente, a considerar as condições de trabalho desses profissionais que atuam na defesa e ampliação dos direitos, embora muitas vezes os seus próprios direitos (trabalhistas, sociais e previdenciários) são negados em decorrência da reestruturação produtiva e conjuntura neoliberal.

Quanto à qualidade da formação, são muitos os fatores que incidem na sua fragilização. Uma pesquisa realizada pela ABEPSS em 2006 revelou que mesmo as entidades filiadas, que dizem realizar uma formação profissional alinhada à orientação indicada pelas Diretrizes Curriculares, não o fazem na efetividade.

Nesse contexto, não se requisita o perfil das diretrizes curriculares, crítico, articulador político-profissional dos sujeitos, preocupado com os direitos e a cidadania, pesquisador que vai além das aparências dos fenômenos, profissional preocupado com a coletivização das demandas, com a mobilização social e a educação popular. Ao contrário, o que se requisita é um profissional à imagem e semelhança da política social focalizada e minimalista de gestão da pobreza e não do seu combate, politização e erradicação. Daí que é desnecessário o tripé ensino, pesquisa e extensão: nossa matéria vida, tão fina, é tratada com a velha indiferença do mercado (ABEPSS, 2009, p. 5-6).

Somado a essa ofensiva neoconservadora, presente na academia e nos espaços institucionais, está ainda à precariedade da Política de Educação brasileira. O Plano de Reestruturação das Universidades Federais- REUNI, tem acentuado

bastante esse quadro uma vez que ampliou enormemente o número de estudantes ingressantes, comparado à quantidade de professores e estrutura física das instituições. As mudanças revelam uma situação de extrema exploração do trabalho docente, uma vez que destes tem sido exigido uma carga horária excessivas de atividades, incluindo atividades de ensino, pesquisa e extensão, numa conjuntura de poucas condições objetivas.

O propósito da educação superior no Brasil está ancorado a lógica quantitativa em detrimento da qualidade do ensino. Nesse contexto, o crescimento da modalidade de Ensino à Distância, marcas de precarização e mercantilização da educação como garantia da expansão do acesso, tem sido utilizada estrategicamente pelos setores dominantes, que lucram com essa configuração criando uma massa de trabalhadores na perspectiva das necessidades tecnicista do mercado de trabalho, de modo que as próprias agências formadoras, no caso das privadas, passam a se constituir como espaços de reprodução do capital. Com a Educação a Distância- EAD “[...] Estamos produzindo um exército de reserva de trabalhadores de formação superior limitada e que mal tem condições de competir no mercado de trabalho” (ABEPSS, 2009, p. 6).

Acredita-se que a modalidade EAD está na contramão da concepção de formação defendida pelo Projeto Ético-Político, tendo em vista que esta modalidade não garante uma formação profissional comprometida com as dimensões teórico-prática, ético-política e técnico-operativa.

Ao lado do EAD, crescem os cursos privados, que muitas vezes são de baixa qualidade, em que pese os esforços de jovens e comprometidos docentes, em função das condições de trabalho: contrato horista, ausência de pesquisa e extensão, turmas enormes, estágios que não asseguram supervisão acadêmica e de campo, articuladas. Quanto à graduação à distância, sabemos que realiza no máximo adestramento, mas jamais formação profissional digna deste nome, como tem denunciado a ABEPSS, o CFESS e a ENESSO em suas notas públicas (ABEPSS, 2009, p. 4).

O avanço do ensino privado tem sido atualmente uma preocupação constante com a formação profissional qualificada, tendo em vista que o único critério de funcionamento adotado hoje é a autorização do Ministério da Educação. Nessas faculdades o Projeto Pedagógico de Formação pautado nas Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social não se configura como objetivo prioritário. Numa

pesquisa feita no site da ABEPSS, verificamos apenas que 117 unidades acadêmicas estão referenciadas nas Diretrizes Curriculares¹⁷, dentro do universo de 480 unidades de ensino de Serviço Social cadastradas no MEC¹⁸. Destas 480 unidades de ensino, 400 são privadas, 57 públicas e 23 na modalidade à distância.

De acordo com os números, fica comprovado o crescimento de cursos no campo do ensino privado, tanto em faculdades presenciais, quanto à distância. Esta realidade mostra o retrato da nossa educação superior no Brasil, no qual as últimas gestões do governo federal vêm estimulando o crescimento de cursos superiores e técnicos como uma forma de cumprir acordos com o Fundo Monetário Internacional-FMI.

De acordo com Boschetti (2011), essa contrarreforma¹⁹ do ensino superior no Brasil impacta na formação profissional e na prática profissional. Isso ocorre, sobretudo, porque a política social está subordinada à política econômica, interferindo na qualidade dos serviços públicos prestados à população, bem como nas condições de trabalho dos profissionais que atuam na área social.

Por sua vez, o trabalho de profissionais que atuam nos serviços sociais também está marcado pelo processo de mudanças no trabalho, tendo em vista que essas mudanças precarizam a vida das camadas mais pobres, usuárias dos serviços, desenvolvidos pelos assistentes sociais. E ainda porque a inserção contratual do assistente social está sendo precarizado, seguindo o padrão adotado de precarização nas relações de trabalho no setor produtivo, privado.

Sendo a prática do assistente social uma forma de atividade assalariado, este, também está marcado pela precarização do trabalho, que não se expressa apenas no setor privado, como também no setor público. Para Iamamoto (2009),

[...] a mundialização do capital tem profundas repercussões na órbita das Políticas Sociais, em suas conhecidas diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão do legado dos direitos do trabalho. Ela também redimensiona as requisições dirigidas aos assistentes sociais, as bases materiais e organizacionais de suas atividades, e as condições e relações de trabalho por meio das quais se realiza o consumo dessa força de trabalho especializada (IAMAMOTO, 2009, p. 26)

¹⁷ Dados em <http://www.abepss.org.br/paginas/ver/4>.

¹⁸ Dados disponíveis em busca avançada: <http://emec.mec.gov.br/>

¹⁹ As mudanças realizadas no Estado brasileiro e no campo das políticas Públicas são tratadas por Ivonete Boschetti como contrarreformas, por tratar-se de reformas que contrariam os interesses das classes populares que lutam por reformas que atendam suas necessidades.

Sabe-se que há várias expressões de precarização das relações de trabalho, tais como: contratos temporários, terceirizados, não concursados e sem estabilidade dos vínculos empregatícios, redução dos direitos trabalhistas e de aposentadoria, além das várias formas de precarização das condições, como níveis salariais baixos, infraestrutura não disponível para a realização do trabalho, enfim, requisitos necessários para a realização de um trabalho digno para o profissional.

Para Boschetti (2011), o crescimento de profissionais de Serviço Social se dá num quadro de crise estrutural do capital, em que os programas sociais, espaço sócio-ocupacional desses profissionais, aparecem como instrumentos de minimização dos efeitos da crise, sobre a classe trabalhadora.

São fartamente denunciadas nos Cress e nos eventos organizados pelo Conjunto CFESS/Cress, as condições precárias de trabalho, especialmente na Política de Assistência Social (SUAS), nas organizações não governamentais e no sistema sociojurídico. Nesses espaços, a não realização de concursos públicos em conformidade com as demandas do trabalho tem levado à terceirização do trabalho, à precarização, à superexploração da força de trabalho, à inserção dos (as) profissionais em dois ou três campos de atuação com contratos precários, temporários, o que tem causado adoecimento físico e mental (BOSCHETTI, 2011, p. 562).

Considera-se que esse quadro de fragilização e precarização de trabalho dos assistentes sociais também dificultam o desenvolvimento da formação profissional continuada, tendo em vista que, em decorrência das condições objetivas na qual os assistentes sociais atuam, os baixos salários muitas vezes inviabilizam a possibilidade dessa formação permanente.

Entretanto, diante da necessidade de qualificação, muitos profissionais acabam por procurarem cursos sem qualidade, aligeirados, à distância e ainda, voltados ao domínio de instrumentos técnicos. Nas instituições, sejam elas públicas ou privadas, os profissionais são muitas vezes submetidos a um treinamento voltado a conteúdos técnicos e comportamentais.

Assim, diante de todos esses fatores discutidos, que perpassam as condições, nas quais se moldam a formação e o exercício profissional, ampliam-se os desafios para a efetivação do projeto profissional crítico do Serviço Social, sobretudo, no redimensionamento das estratégias do capital, que refletem nas Políticas Sociais e nas possibilidades de atuação profissional.

2.5 REBATIMENTOS DA OFENSIVA NEOCONSERVADORA NO SERVIÇO SOCIAL

Para a compreensão da trajetória ídeo-teórica do Serviço Social e principalmente, para entendermos essa relação contraditória presente na prática profissional - expressa entre o pensamento crítico e o conservador – faz-se necessário estabelecermos o debate sobre as influências do pensamento pós-moderno na profissão.

A pós-modernidade, em termos teóricos, consiste na proposta de substituição do paradigma da modernidade por via de uma linha de pensamento que fragmenta e fluidifica o real, na definição dos processos sociais. Temos visto que, se a modernidade defendia a universalidade dos direitos, a pós-modernidade vai defender a setorialização e a fragmentação.

Para Santos (2007), os novos inventos tecnológicos interferem nos comportamentos, nas formas de relação e comunicação entre os homens, trazendo uma nova dimensão de tempo e espaço, de reação, uma nova ética e uma nova moral, haja vista, as influências da mídia, dos novos sistemas de comunicação, das novas formas de expressões artísticas resultantes do desenvolvimento tecnológico. Remete-se também aos novos padrões de cultura e de conhecimento, reduzidos a esquemas teóricos pontuais e técnicos.

A pós-modernidade se opõe ao pensamento revolucionário e a seus princípios de democracia, universalidade, cidadania e humanidade. Por isso, referencia-se pelos princípios do individualismo, da fragmentação a favor da classe dominante. É como se a modernidade tivesse sido partida em dois pedaços: os princípios e o modo de produção e é nessa direção que a pós-modernidade vai criticar os princípios e não o modo de produção.

O pensamento pós-moderno faz críticas à modernidade afirmando que esta não cumpriu os objetivos a que se comprometeu, da mesma forma em que também faz crítica ao marxismo, não por acaso, este se transformou no seu principal alvo das críticas. O marxismo é apresentado pelo pensamento pós-moderno como uma teoria crítica que não dá conta da realidade, as categorias marxianas são deturpadas, de modo que, “a totalidade aparece como totalitarismo, à ortodoxia como dogmatismo, à universalidade como estruturalismo” (SANTOS, 2007, p. 86).

De acordo com Coutinho (2010), o pensamento moderno no qual se pautou Marx é um pensamento fecundo, que toma a análise dos processos sociais, em totalidade parcial, buscando identificar suas determinações históricas, de modo que, quando estuda as relações sociais, não abandona as relações econômicas. Já o pensamento pós-moderno abandona essa racionalidade e passa a produzir e orientar-se por um conhecimento prático, tecnicista, rápido, dinâmico e metodologicamente light. A partir desse parâmetro, o ensino e a pesquisa, assim como a própria ciência são cada vez mais fragmentados em especializações.

Santos (2007) toma o pensamento da pós-modernidade como uma expressão do conservadorismo, afirmando que o seu primeiro impulso deve-se a duas perspectivas: a crise dos paradigmas e ao pluralismo metodológico. Sendo a crise do paradigma uma proposta da própria pós-moderna pra dizer que tudo que representa a modernidade é arcaico, velho, o que justificaria a necessidade de se criar um novo paradigma, caracterizado pela fluidez. Assim, ao invés de dizer que a burguesia traiu seus princípios, vai expor que o pensamento que sustentava esses princípios está em crise, de modo a justificar que, não são as relações de produção capitalista que estão em crise e sim o pensamento da sociedade.

No Serviço Social, a emergência da pós-modernidade surge nos anos 1980 ao mesmo tempo em que está surgindo o projeto de ruptura com o conservadorismo. Dado a esses fatos concomitantes, há uma confusão sobre aquilo que seja crítico, tendo em vista que em muitas situações o debate sobre o crítico aparece como se tudo que é crítico estivesse na perspectiva do rompimento com o conservador. No entanto a crítica nem sempre representa, necessariamente, uma ruptura, em muitas situações ela expressa até mesmo um avanço ao conservadorismo e a esses casos Santos (2007) denomina de neoconservadorismo.

Ainda de acordo com a referida autora *op. cit.*, nos anos 1980 nós tivemos críticas à crise, mas em direções opostas, uma tendência apontava para a recuperação do princípio revolucionário da modernidade, no sentido de avançar no projeto societário da classe trabalhadora, enquanto outra tendência dessa crítica seguia na busca de reafirmar o poder da classe dominante, criticando a modernidade naquilo que não deu certo.

Nos anos 1980 - período marcado pelo movimento de intenção de ruptura do Serviço Social- tivemos no interior da categoria, assim como na sociedade o fortalecimento de uma vanguarda marxista que intimidou os conservadores, os quais

diante da crítica recolheram-se, passando a negar suas posições. No entanto, na conjuntura dos anos 1990, revalidados pela política neoliberal, os conservadores recuperaram suas forças e ressurgiram na cena política.

Nesse sentido, o conservadorismo constitui uma das expressões do sincretismo do Serviço Social formando o que NETTO (1999) chama de caldo cultural do Serviço Social. O sincretismo inclui elementos do que podemos chamar de conservadorismo clássico, no Serviço Social, guardando espaço também, nos quais o neoconservadorismo se apoia. De acordo com Santos (2007), o conservadorismo e o sincretismo são antimodernos e expressam-se como substratos ídeo-teóricos que permitem a aproximação do Serviço Social com a pós-modernidade.

Os anos 1980 representando também o período de efervescência do debate sobre a pós-modernidade, vai se inserir no Serviço Social - imbricado com a atual crise do capitalismo que coloca em oposição às teorias sociais modernas, resultando em um movimento que apresenta o neoconservadorismo como numa alternativa à razão moderna.

Os autores de tendência pós-moderna, com influência no Serviço Social sustentam a ideia de que a teoria social de Marx, dada à complexidade das mudanças ocorridas no real, já não mais atende as expectativas de explicá-lo. Portanto, não esclarece o real porque ele é complexo e diverso. Assim sendo, Santos (2007) explica que para validar essa crítica, é preciso separá-los em três grupos de autores, todos com forte influência neoconservadora.

Um grupo de autores propõe que se alie ao pensamento de Marx outras teorias para que assim, seja possível explicar os mais diversos fenômenos sociais. Assim sendo, num verdadeiro ecletismo, neste é grupo de autores é possível juntar Marx a Foucault. No outro grupo, - o segundo - há uma forte rejeição do marxismo, tendo as teorias pós-modernas campo fértil e capaz de justificar a vida contemporânea. O terceiro e último grupo realiza as críticas da epistemologia pós-moderna e elegem o fragmento como o nível privilegiado de análise.

A ofensiva do pensamento pós-moderno pode ser entendida dentro do Serviço Social através do debate teórico e político, na sua estrutura sincrética. Pode ser compreendida enquanto uma perspectiva intelectual que tenta justificar que as mudanças ocorridas no trabalho, eliminaram o trabalho abstrato e, por conseguinte, a extração da mais-valia, tendo em vista, que quem trabalha são as máquinas e não

se tira mais-valia de máquina. Isso seria verdade se o trabalho dispensasse da previa-ideação e não existisse mais nenhuma forma de trabalho humano, mas apenas máquinas se alto criando. A pós-modernidade não se firma em nenhuma nova base econômica, logo, ela só existe no plano ideológico e cultural.

Hoje as incorporações das concepções pós-modernas da realidade vêm brigando pelo mesmo espaço do marxismo porque os postos de atuação profissional reforçam a singularidade, a positividade e a intervenção imediata. Desta forma, os profissionais cada vez mais estão aderindo à perspectiva do pensamento pós-moderno porque ele legitima, enquanto teoria, as intervenções no campo da imediatividade e da singularidade presentes nas Políticas Sociais do Estado burguês.

De acordo com Netto (2011), o limite da prática do Serviço Social não é endógeno, mas sim é dado pelas condições sociais da sua intervenção. Se por um lado, os profissionais são chamados para uma reflexão mais crítica nas suas intervenções, por outro, as instituições trabalham com a fragmentação, burocracia e tecnicismo. “A apreensão fragmentada da realidade e a percepção de que as relações sociais são efêmeras e instáveis decorrem de vivências objetivas, num contexto de empobrecimento e de instabilidade e desregulamentação das relações de trabalho” (BARROCO, 2011, p.2).

Num parecer social, por exemplo, é complicado para o assistente social realizar análise socioeconômica, política e cultural de um determinado quadro em estudo, tomando em suas reflexões os fundamentos do pensamento dialético de Marx para compreender as determinações dos fatos, tendo em vista a numerosa demanda mensal determinada pelas instituições e/ou programas. Assim, às condições de trabalho, a falta de tempo, e a cobrança das instituições levam o profissional a cair na armadilha do tecnicismo.

De acordo com Santos (2007), a pós-modernidade representa um vazio ideológico, com ênfase na tecnicidade dos conhecimentos fragmentados e pontuais, desvinculado de um debate filosófico, ideológico e político. No cotidiano profissional, interessa muito mais as instituições os números de pareceres, relatórios, visitas domiciliares, estudos socioeconômico, atendimentos individualizados e/ou em grupo desempenhados durante o expediente, do que a qualidade e reflexão teórica destes. O assistente social precisa resolver as demandas no imediatismo para que o usuário não volte a demandar esse mesmo serviço. Na prática, aquele assistente social que

pensa as suas intervenções é penalizado, mas o que consegue bons resultados em curto prazo de tempo recebe prêmio do tipo “funcionário do mês” (MONTAÑO, 2011).

Para Netto (2011) é próprio da sociedade burguesa, instaurar uma pseudo-objetividade nas suas relações. Desta forma, tanto no plano intelectual (vertente teórica), quanto no plano prático operacional e profissional, há uma sintonia destes planos na reprodução do pensamento formal-abstrato burguês. Sendo assim, “num caso como no outro, na explicação como na intervenção, este referencial não rompe com a positividade com que se apresentam os processos sociais na moldura societária burguesa – não rompe fundamentalmente porque não supera sua imediaticidade” (LÚCKAS, 1979, *apud* NETTO, 2011, p. 101).

O processo de formação profissional é o momento ideal para se plantar os fundamentos da teoria social de Marx. Sendo assim, a prática dos futuros assistentes sociais será inspirada nesses referenciais teóricos que nos consentem perceber as contradições sociais e não permitirá que façamos um caminho de volta ao passado.

A qualidade na formação profissional é um dos desafios enfrentados pela categoria, num momento em que a política governamental abriu espaço à mercantilização do sistema de ensino brasileiro. Outro desafio presente, desta vez na prática, é de manutenção do direcionamento ético-político hegemônico na profissão e a elaboração de respostas profissionais teórico-metodológicas críticas, por meio da materialização qualificada dos valores defendidos no Projeto Ético-Político da profissão.

Os princípios da pós-modernidade se opõem aos princípios do Projeto Ético-Político, pois enquanto o princípio da totalidade permite que se cheque as determinações históricas e a essência dos fatos, as referências da pós-modernidade apoia-se no aparente.

Assim, a luta empreendida pela direção crítica da profissão contra o conservadorismo, não se limitam às suas dimensões estritamente práticas e às da sua produção teórica, antes, lançam-se ao embate contra as diversas manifestações estratégicas que o pensamento conservador utiliza para se fazer hegemônico como expressão da lógica pós-moderna.

O assistente social que fundamenta sua prática no pensamento social crítico, que é capaz de saturar as possibilidades de conhecimento do real, consegue

direcionar a sua prática, sobretudo se estiver atento aos principais desafios que lhe são postos, tanto pelas demandas que lhe são postas, como pelas condições dadas pelas Políticas Sociais do Estado burguês.

Por fim, é importante finalizar afirmando que a luta da categoria hoje tem sido pelo fortalecimento da razão moderna, na sua perspectiva crítica e em defesa da emancipação, no debate que enfrenta o retrocesso posto pela pós-modernidade.

2.6 CONFIGURAÇÃO NEOCONSERVADORA NAS POLÍTICAS SOCIAIS: enfoque na Política de Assistência social e no Programa Bolsa Família

A manutenção da ordem vigente sempre delegou ao Estado à função de regular as relações de classe, desenvolvendo políticas direcionadas para o controle dos segmentos populares da classe trabalhadora e fortalecimento do poder e ideologia dominante.

O fato de a burguesia, visando sempre garantir os superlucros, ter passado inicialmente a incrementar maquinarias no processo de produção em contrapartida a regulamentação da jornada de trabalho, comprova o fato do capitalismo sempre criar os instrumentos necessários para manter a classe trabalhadora sob controle.

Assim, os mecanismos de regulamentações de trabalho e as tímidas medidas de proteções sociais do Estado são instâncias utilizadas como forma de garantir a acumulação de capital e, ao mesmo tempo, neutralizar as forças de reivindicações da classe trabalhadora.

De acordo com Behring; Boschetti, (2011), um elemento necessário ao entendimento da generalização das Políticas Sociais são as crises capitalistas, sobretudo a de 1929-1932, que põe em xeque o papel do Estado. Até então este era somente um garantidor de acumulação, no entanto, em decorrência dos ciclos de crise do capital, o Estado passou a desempenhar um novo papel. Naquele momento, além de continuar garantindo os altos padrões de acumulação, por meio de instrumentos de regulações, ele passa, também, a intervir na economia, criando um conjunto de condições necessárias a acumulação capitalista. Dentro dessas condições figuram as Políticas Sociais que ganham certa “centralidade” nas funções do Estado.

Para Netto (2011), o Estado capitalista é uma garantia de manutenção das condições gerais de produção e reprodução do capital. Sua intervenção nesse sentido vai ser pautada em mecanismos capazes de transformar os recursos públicos em meios de favorecer e estimular o capital, criando a infraestrutura necessária para os investimentos e circulação de mercadorias. Nessa perspectiva, ele cria facilidades jurídicas para garantir créditos e investimentos em grandes empreendimentos.

Nessa direção, o Estado capitalista, como afirma Faleiros (1985), realiza o interesse geral do capital e isso o coloca numa situação contraditória, obrigando-o a atender as distintas frações da burguesia e da classe trabalhadora.

No processo de constituição das Políticas Sociais, não se pode desconhecer o papel fundamental da classe trabalhadora na luta por melhores condições de vida e de trabalho, sabe-se, entretanto, que as Políticas Sociais só foram desenvolvidas quando passaram a ser uma possibilidade histórica/ política para o capital.

Na interpretação Keynesiana²⁰ a Política Social, teria a função econômica de subsidiar o consumo ou o subconsumo estimulando uma demanda efetiva das classes subalternas. Ancorado a política econômica do Keynesianismo, o Fordismo²¹ surgiu como modelo de produção em massa para um consumo em massa. Nas interpretações de Gramsci (2001), percebemos que o pacto Keynesianismo-Fordismo não foi somente uma mudança nas formas de produção através de linha de montagem e da eletricidade, ele também regulou as formas de relações sociais com Políticas Sociais específicas, que requisitou profissões para adequar um “novo homem” a uma “nova sociedade”.

Vale salientar que o surgimento e desenvolvimento das Políticas Sociais ocorreram de forma diferenciada nos diversos países, o que esteve sujeito ao grau

²⁰ De acordo com Behring; Boschetti (2011), o Keynesianismo caracteriza-se pela intervenção do Estado na Economia, na busca de desenvolver saídas democráticas da crise. Keynes propunha uma nova relação do Estado com o sistema produtivo e rompia parcialmente com os princípios do liberalismo. “O Estado com o Keynesianismo, tornou-se produtor e regulador, o que não significava o abandono do capitalismo ou a defesa da socialização dos meios de produção” (p. 84).

²¹ O termo “fordismo” foi utilizado na década de 1930, por Antônio Gramsci em seus *Cadernos do Cárcere* para pensar no capitalismo praticado nos Estados Unidos e suas diferenças em relação ao capitalismo europeu. Nos anos de 1980 generalizou-se como modelo de gerenciamento da produção, a partir da corrente sociológica francesa conhecida como “teoria da regulação”. É tratado como um paradigma da relação entre empresários e operários, típico do capitalismo posterior a 1929, impondo alto grau de disciplina do trabalho, institucionalização das reivindicações operárias, salários altos, produção em série, linha de montagem, que corresponde ao sistema inaugurado com a empresa automobilística liderada por Henry Ford (DICIONÁRIO MARXISTA, p. 6).

de organização da classe trabalhadora, do desenvolvimento das forças produtivas e da própria conjuntura política e cultural de cada país.

No Brasil, as Políticas Sociais não obedeceram ao mesmo tempo histórico dos países do capitalismo central. Como descrito por Gomes (2011),

É obvio que em países periféricos como o Brasil, que ficou de fora do horizonte societário instaurado pelas experiências welfarianas, as bandeiras de luta por direitos de cidadania assumem um significado maior e mais complexo, em função dos níveis de super-exploração das classes subalternas e o contínuo processo de contrarreformas instituídos por governos conservadores e antidemocráticos, o que faz sugerir que toda medida ou qualquer ganho de direitos é sempre um avanço para o conjunto dos trabalhadores. (p. 103);

É dentro desse espírito que a política sócio-econômica do pós 1930, vai trazer o conceito de Cidadania, tratada enquanto uma Cidadania Regulada, para fazer a passagem da esfera da acumulação para a esfera da equidade. A partir das análises de Santos (1979), a cidadania regulada se dá pela forma como o Estado vai tratar a classe trabalhadora, adequando-a a um padrão. Nesses parâmetros, são cidadãos as pessoas que estão dentro do mercado formal e possuem carteira de trabalho. Os direitos desses cidadãos correspondiam aos direitos das profissões e dependendo do grau de organização e importância dessas profissões para o mercado, umas apresentavam mais direitos do que outras, mas todas se restringiam aos direitos previdenciários e, por conseguinte, de saúde, já que nesta época saúde e previdência estavam no mesmo “pacote”.

Ainda de acordo com Santos (1979), quando o conflito social se estruturou politicamente, os grupos sociais urbanos e rurais aproveitaram o ambiente político instável e iniciaram um movimento reivindicatório. Vai ser no cenário do Estado Novo com Getúlio Vargas, que se iniciam os movimentos reivindicatórios, independentemente do seu reconhecimento cívico-profissional. São as ligas camponesas, no nordeste e as explorações de violência urbana, no centro-sul, que sinalizam os limites da democracia regulada até então vigente.

Esse movimento organizativo continua se expandindo para outras categorias e ampliando suas forças nas décadas subsequentes, de modo que no final dos anos de 1950 e primeira metade dos anos de 1960, esse movimento, agora denominado de movimento por reformas de base, é usado para justificar o golpe militar de 1964.

O referido golpe militar representou uma mudança política e econômica que se inicia pela reformulação do aparato do Estado e no setor produtivo que de economia agroexportadora passa a investir em um mercado interno, tendo sua ação pautada para o controle das relações entre o capital e o trabalho. “Manter o capital em uma posição hegemônica e o trabalho em uma posição subordinada é uma constante histórica da teoria e da prática do Estado brasileiro” (SANTOS, 1979, p.20).

Os fundamentos do regime militar foram feitos a partir da Doutrina de Segurança Nacional e do Desenvolvimentismo. Mediante essa situação, a política social era vinculada a política econômica, numa percepção de que o crescimento social seria consequência do crescimento econômico.

Neste período o modelo econômico e político adotados garantiram um crescimento econômico, apresentado a sociedade como “milagre econômico”, realizado mediante repressão de tensões sociais e de medidas nas relações de trabalho como abolição de direito a greve, arrocho salarial e substituição do sistema de estabilidade no emprego pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS. “Em consequência a política social se coloca como estratégia para atenuar sequelas do desenvolvimento do capitalismo monopolista no país, marcado pela superexploração da força de trabalho e pela forte concentração de renda” (OZANIRA, 2011, p. 51).

Durante o regime militar a questão social foi enfrentada através do binômio repressão-assistência, encarada como um problema de administração, cabendo a Política Social legitimar o sistema autoritário, sendo a esta definida em termos de integração social, que visava à descentralização dos centros urbanos, a fim de desmotivar as organizações populares.

A Assistência Social, desenvolvida através da filantropia e do clientelismo era assumida pela Legião Brasileira de Assistência- LBA e pela Fundação do Bem- Estar do Menor- FUNABEM em nível nacional e pelos Estados, as Secretarias de Bem Estar Social passaram a avançar em todo o país.

As empresas também assumiam medidas de Política Social, complementares ao do governo, usadas como estratégia de salário indireto, efetivando a dependência, a subordinação do trabalhador e a contenção dos salários.

Com o crescimento da questão social em decorrência do processo de urbanização e das péssimas condições de vida e de trabalho da classe operária, a

partir de 1978 acentuaram-se as mobilizações contra o regime, marcado por greves e reivindicações contra o autoritarismo que posteriormente deram impulso ao processo de redemocratização do país.

No Brasil, só foi possível pensar em cidadania²² como sinônimos de direitos a partir de um contexto político e histórico específico: a redemocratização. De acordo com Vianna (2008) a expressão Seguridade Social foi empregada pela primeira vez na Constituição Cidadã de 1988, colocando o Brasil como um país inserido no universo dos Estados de bem-estar social, onde pela primeira vez na história do país a Assistência Social para a ser vista como política pública.

O padrão de proteção social previsto na Constituição brasileira de 1988, continha princípios Beveridgianos²³, presentes no contexto do *Welfare-State*²⁴ dos países desenvolvidos. No entanto, esse padrão welfariano não foi implantado no Brasil por vários motivos, sobretudo pelo peso das forças agrárias e industriais que se constituíam como classe dominante no Estado brasileiro.

No entanto, apesar dessa conquista democrática e de uma nova visão para a cidadania e os direitos previstos pela Seguridade Social - Saúde, Assistência Social e Previdência -, o Neoliberalismo²⁵, dá nova feição à política econômica passando a eliminar a conquista desses direitos. E mais, o grande capital internacional passa, de forma ainda mais perversa, a ditar o ideário e os programas a serem implementados pelos países capitalistas, contemplando a reestruturação produtiva, privatização

²² De acordo com Marshall (1967), o conceito de cidadania possui três elementos: o Civil- está ligado aos direitos individuais de liberdade, de imprensa, de pensamento; o Político- relacionado ao direito de votar e ser votado e por fim, o Social- este se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem estar econômico e segurança e o direito de levar a vida como um ser civilizado, sendo o sistema educacional e os serviços sociais, algumas marcas desta conquista. Esses elementos foram incorporados de forma gradual, sendo que os direitos sociais só foram possíveis no século XXI à medida que o liberalismo foi perdendo terreno e o Estado passou a assumir alguns encargos sociais.

²³ Esses princípios são os seguintes: 1) responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos, por meio de um conjunto de ações em três direções: regulação da economia de mercado a fim de manter elevado nível de emprego; prestação pública de serviços sociais universais, como educação, segurança social, assistência médica e habitação; e um conjunto de serviços pessoais; 2) universalidade dos serviços sociais; e 3) implantação de uma "rede de segurança" de serviços de assistência social (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 94).

²⁴ Também conhecido como a idade do ouro das Políticas Sociais, o *Welfare State* designa a generalização das Políticas Sociais após a Segunda Guerra Mundial, implementadas sob a orientação do Keynesianismo- fordismo (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

²⁵ O contexto acima marca uma era na qual o Estado brasileiro passa a orientar sua atuação pelos parâmetros do projeto neoliberal, cujo objetivo principal é inserir o país na competitividade da economia mundial globalizada, embora se saiba que o que vem ocorrendo é uma inserção seletiva e subordinada. Nesse sentido, a chamada reforma do Estado brasileiro passou a lhe atribuir profundas transformações no seu perfil e no seu formato, assumindo como principal função a de Estado ajustador da economia nacional à economia internacional (SILVA. e Silva Maria Ozanira; YASBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, di Geraldo; 2012, p. 28-29).

acelerada, enxugamento e desmontagem do Estado e das políticas públicas, elevando a patamares ainda mais altos as expressões da questão social (MOTA, 2010).

Neste cenário, os organismos internacionais de desenvolvimento, como o Banco Mundial (BIRD), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ditam as diretrizes gerais para as Reformas do Estado, reforçando as características de Estado mínimo para o social e máximo para o capital (BEHRING, 2003).

Os direitos sociais consagrados na Constituição Federal de 1988 foram colididos com um cenário neoliberal o qual se articulava através do trinômio: flexibilização, focalização e descentralização.

[...] a seguridade social brasileira, ao incorporar uma tendência de separação entre a lógica do seguro (bismarckiano) e a lógica da assistência (beveridgiana), e não de reforço à clássica justaposição existente, acabou materializando políticas com características próprias específicas que mais se excluem do que se complementam, fazendo com que, na prática, o conceito de seguridade fique no meio do caminho, entre seguro e assistência (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 160- 161).

O cenário dos anos 1990 foi marcado pela inserção do Brasil na economia mundial, este era o maior objetivo do país e para tanto, atribuiu-se prioridade às áreas econômicas. Em decorrência:

[...] registra-se evidente descaso em relação à integração da população brasileira, como um todo, aos possíveis benefícios do processo de ajuste econômico, tendo-se, por conseguinte, um Estado submetido à lógica do mercado, dificultando o processo da luta social por conquistas sociais que possam elevar o padrão de vida da sociedade brasileira. Assim, vem sendo descartadas conquistas sociais, decorrentes de lutas sociais da década de 1970 e 1980, considerando os direitos sociais e trabalhistas conquistados como obstáculo ao ajuste da economia às exigências da economia internacional (SILVA. e Silva Maria Ozanira; YASBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, di Geraldo; 2012, p. 29).

Nessas condições afinadas com o projeto neoliberal e, por conseguinte, com os propósitos de negação dos direitos sociais, coloca-se “[...] em crise a própria instituição dos direitos humanos, pois, suas universalidade e objetivação não estão sendo garantidas praticamente, ao mesmo tempo em que servem – como discurso –

para controle ideológico e ocultamento de iniciativas que são sua própria negação” (BARROCO, 2004, p. 39).

Sob a ótica do capital as Políticas Sociais tornam-se objeto de intervenção das organizações filantrópicas e de benemerência, que se institucionalizam através da privatização das políticas públicas com o consentimento do Estado.

A reconfiguração das Políticas Sociais nos anos 1990 caracteriza-se pela privatização da Saúde e da Previdência, bem como pela transferência de responsabilidade para a sociedade civil, sob a justificativa do voluntariado e solidariedade, num quadro que Yasbek (2000) denomina como refilantropização das Políticas Sociais.

Por sua vez, Mota (2010) nos apresenta o debate atual, no qual ela trata da centralidade que a Política de Assistência Social ganha em face da privatização da Política de Saúde e da Previdência, afirmando que essa centralidade consiste em um mecanismo de proteção social no qual os programas de transferência de renda²⁶ são usados como carros chefes nas agendas governamentais, tendo em vista que focaliza e atinge os segmentos mais pobres da sociedade.

Consiste em um arranjo, dentro do qual, a cidadania ganha outra configuração denominada de “cidadão consumidor” e “cidadão pobre”, este ultimo objeto da Política de Assistência Social (MOTA, 2010).

Ora, se historicamente a política de assistência social, no caso da seguridade social, ocupava uma posição residual, a sua ampliação e reorganização expressa na Política Nacional de Assistência Social e no SUAS recomporiam a lógica da universalidade da proteção social brasileira [...] Mas não é isso que a realidade está apresentando: de um lado o mercado passa a ser uma mediação explícita; de outro a ampliação a assistência social recoloca duas novas questões: o retrocesso no campo dos direitos já conquistados na esfera da saúde e da previdência e a relação entre trabalho e Assistência Social em tempos de desemprego e precarização do trabalho. O desdobramento no *Brasil real* parece indicar que, mais uma vez, o grande capital utiliza o social como pretexto para ampliar seu espaço de acumulação (p.137).

Embora a Constituição Federal de 1988 traga uma nova concepção para a Assistência Social ao incluí-la no âmbito da Seguridade Social e regulamentá-la pela

²⁶ São considerados Programas de Transferência de Renda aqueles destinados a efetuar uma transferência monetária, independentemente de prévia contribuição, a famílias pobres, assim consideradas a partir de um determinado corte de renda *per capita* familiar [...] (SILVA; YAZBEK; GIOVANI. 2012, p. 137).

Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – em dezembro de 1993, como política social pública. E ainda, consolida o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, construído em 2005 como um sistema descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira. É importante ressaltar que a Assistência Social é a política pública que vem sofrendo maiores desafios para superar suas características históricas de instrumento da ação conservadora, tanto ao nível do Estado, quanto das ações privadas.

Embora se encontre hoje apoiada em toda uma legislação que lhe consolida como uma política pública de proteção social, a condução de diversos serviços vem sendo ofertado por instituições privadas, as quais funcionam com o incentivo do Estado, em que grande parte das ações destinadas a idosos e deficientes, assumem essas características.

De acordo com Behring; Boschetti (2011), a base da desigualdade social manifestada na divisão de classes sociais não é apontada como uma questão determinante na elaboração de uma política pública. Isso fica claro, por exemplo, quando nos deparamos com a definição de usuários da Política Nacional de Assistência Social (2004), que definem categorias como vulnerabilidade, risco social e abordagem com família, grupo e indivíduo.

Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: família e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho no mercado formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (PNAS, 2004, p. 27).

Como se pode observar a definição do público não determina as causas das situações que caracteriza a condição de ser desse público. Isso representa dizer que os determinantes das condições de pobreza que os define como usuários da Assistência Social não é objeto da política, nem dos serviços.

Interessante observar que a intrincada e complexa relação entre política econômica e social nem de longe figura como eixo norteador das estratégias de enfrentamento da pobreza na Política de Assistência Social que, na sua formatação legal, se reconhece como direito do cidadão e dever do Estado.

No Brasil, a implementação dos Programas de Renda Mínima demonstra a incapacidade do país de promover transformações estruturais significativa de superação da pobreza. Entretanto, tem sido mais fácil para o governo utilizar o discurso de que programas de transferência de renda condicionada irão ajudar muitas famílias a superarem o quadro de pobreza e exclusão do que investir em medidas que altere a estrutura de propriedade e o padrão de acumulação do capital, ou mesmo investir em Políticas de Saúde, Habitação Educação, de modo a criar condições de inserção no mercado de trabalho. Atribuir a tais programas, caracterizado como emergencial e focalizado, a responsabilidade de retirar o Brasil da linha de miséria, parece-nos mais falácia do que um propósito real.

O maior programa de transferência de renda do mundo, o Programa Bolsa Família-PBF²⁷, que constitui a marca registrada nos últimos governos do Partido dos Trabalhadores- Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff -, possui essa característica. O referido programa destina-se à transferência de renda a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, definidas a partir de renda *per capita* de R\$70, 00 e R\$140, 00.

O PBF atinge atualmente cerca de 13,8 milhões de famílias em todo o país, possuindo o Cadastro Único como o instrumento de identificação socioeconômica. O total de recursos direcionados para o pagamento de beneficiários corresponde a um total de R\$10.546. 291.500,00 dos recursos da União²⁸. Esse quantitativo representa

²⁷ No Brasil, a ideia de Programa de Transferência de Renda passa a integrar a agenda pública a partir de 1991, quando é apresentado e aprovado no Senado Federal o Projeto de Lei de autoria do senador petista Eduardo Suplicy, propondo a instituição do *Programa da Garantia de Renda Mínima-PDRM*, destinado a todos os brasileiros residentes no país, maiores de 25 anos de idade que auferissem uma renda que corresponda, a cerca de três salários mínimos nos valores de 2007. A partir de então se inicia um longo caminho que se constrói marcado por especificidades, identificadas no desenvolvimento de cinco momentos históricos, os quais vão da instituição de uma renda mínima, representada por um número elevado de programas de iniciativa de municípios, Estado e do Governo Federal, à implementação de um Programa que se propõe a unificar os Programas de Transferência de Renda dispersos nos três níveis de governo, denominado *Bolsa Família*, cuja implementação se iniciou em outubro de 2003, culminando com a sanção, pelo Presidente da República, do *Programa de Renda Mínima*, no dia 8 de janeiro de 2004. Esse, prevendo para todos os brasileiros, e estrangeiros residentes no país há mais de cinco anos, um benefício que atenda às despesas mínimas de cada pessoa com alimentação, saúde e educação (SILVA; YASBEK; GIOVANNI; 2012, p. 17).

²⁸ Dados disponibilizados no site: <http://www.portaltransparencia.gov.br>

um volume considerável para os gastos públicos e a prioridade que o governo dá a programas de transferência de renda e ainda, demonstra o quadro de impactação na economia, uma vez que os beneficiários passam a ter mais poder aquisitivo para a compra de mercadorias, bens e serviços.

Não queremos negar a magnitude deste programa e o quanto ele vem favorecendo as famílias brasileiras, mas é necessário enfatizar que o mesmo está em perfeita sintonia com a programática neoliberal e a perspectiva pós-moderna de focalização da questão social em aspectos isolados.

Esse programa ou política, como vem sendo tratado por Aldaíza Sposati, atua na contra mão das expectativas das famílias, haja vista que muitas acabam não se enquadrando aos critérios de renda *per capita* estabelecidos pela regulamentação legal do programa, por uma diferença mínima de valor.

O mesmo atua também na contra mão da prática dos assistentes sociais, uma vez que na perspectiva ética e política, essa prática profissional está comprometida com a universalização dos direitos, no entanto, no PBF o assistente social precisa selecionar as famílias que devem ser beneficiadas ou não, o que não quer dizer que as famílias desconsideradas legalmente, não estejam em situação de risco e vulnerabilidade. Esse processo seletivo, em si, já expressa uma ação de exclusão e na medida em que ele também funciona como regulação dos níveis de pobreza, revela sua feição de reprodução das contradições sociais, caracterizando-lhe como uma medida de natureza conservadora.

Na Política de Assistência Social existem alguns procedimentos com ideias que aparentam serem progressistas, mas que na verdade é um retorno aquele velho discurso de integrar o indivíduo ao sistema. No campo do desenho que o Estado imprime às Políticas Sociais, as refrações neoconservadoras que incidirão diretamente sobre a prática profissional fazem-se sentir em alguns temas que passam a compor a agenda governamental.

A matricialidade sócio-familiar, por exemplo, termo bastante usado na Política de Assistência Social, aparece como central no objetivo de responsabilizar a família pelo tipo de cidadão que ela produz. No Programa Bolsa Família, as condicionalidades²⁹ impostas através da frequência escolar e da saúde à família,

²⁹ A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à

vão figurar como condições necessárias para fabricar bons cidadãos. Com o valor recebido pelo programa, a família tem a responsabilidade de manter a integralidade de seus membros. Por sua vez, essa estruturação da família não beneficia apenas seus membros, como também, e, principalmente o funcionamento do capital.

Sob o quadro de desmonte dos direitos e diante das reformas neoliberais do Estado, e sua tendência de ampliar ações compensatórias no trato da questão social, da precarização e flexibilização do trabalho, da herança do clientelismo e, ainda, da impossibilidade de se garantir direito ao trabalho, ver-se a “impossibilidade de organização da classe trabalhadora, fato que tem aprofundado o processo de passivação das relações entre Estado e Sociedade Civil, provocando um novo conformismo que tende a neutralizar com mais vigor as lutas políticas de caráter classista e emancipatório” (GOMES, 2011, p. 105).

Diante disso, é possível constatar que a Política Social dirigida aos excluídos dos bens elementares à vida e inscrita no campo dos direitos sociais representa estratégias do capitalismo para garantir sua reprodução e não para superar as contradições por ele mesmo criada. Portanto, este não tem como objetivo erradicar a pobreza, mas reproduzi-la, reside nessa intenção a sua natureza conservadora, ainda que ela nos apareça como crítica à sua natureza contraditória.

A histórica e profunda concentração de renda decorrente dos modelos de desenvolvimento no Brasil e a sobre-exploração da força de trabalho vêm se aprofundando apesar da adoção de um conjunto amplo de programas sociais que são marcados por um caráter essencialmente compensatório, pouco contribuindo para amenizar as condições de pobreza de largo contingente da população brasileira. Isso ocorre apesar do volume elevado de recursos e da grande quantidade e variedade de programas (Draibe et al., Draibe, 1990). Esse sistema, historicamente, a população beneficiária no campo do não direito para o terreno do mérito, além de servir como instrumento para a corrupção, demagogia, fisiologismo e clientelismo político (SILVA. e Silva Maria Ozanira; YASBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, di Geraldo; 2012, p. 20).

É dentro dessa configuração que se pautam a prática dos assistentes sociais, na qual, de um lado nos temos um Estado mínimo e precárias Políticas Sociais e do outro, temos uma classe trabalhadora que está preocupada com suas necessidades mais urgentes. Deste modo, a prática dos assistentes sociais assume essas

condições postas, reproduzindo as determinações de um projeto neoconservador de perspectiva neoliberal assumida pelo Estado e suas políticas.

Nesse sentido, acreditamos que os elementos neoconservadores presentes no Programa Bolsa Família como: focalização, seletividade, padrões quantitativos, reprodução manipulatória de dados, enquadramento às exigências do programa, tratamentos rotineiros e burocráticos; acabam sendo incorporada a prática do Serviço Social, uma vez que são essas as atividades desenvolvidas e postas a prática profissional dentro do programa.

Sendo assim, embora o discurso do Programa Bolsa Família tenha um caráter crítico, sua execução está no campo do conservadorismo. Desta forma, o limite da prática do Serviço Social não é endógeno, mas sim é dado pelas condições sociais nas quais sua intervenção acontece. Se por um lado, os profissionais formados numa linha mais crítica, tenham em seus discursos reflexos dessa criticidade, sua prática realizada dentro das instituições que trabalham com a fragmentação, burocracia e tecnicismo, acaba sendo absorvida por esse conservadorismo (NETTO, 2011).

Essa realidade então requer do profissional um alto poder de mediação e compreensão do seu papel na divisão social e técnica do trabalho, como também do papel que cumpre dentro do seu espaço sócio-ocupacional e ainda, do seu compromisso ético-político, para que as exigências do Programa Bolsa Família não transformem a prática do assistente social apenas em uma realização tecnicista e rotineiro sem análise crítica da realidade.

CAPÍTULO III - A FORMAÇÃO E A PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL NA RELAÇÃO ENTRE O CRÍTICO E O CONSERVADOR

Como já foi discutida nos capítulos anteriores, a história do Serviço Social tem se desenvolvido entre o pensamento crítico e o conservador. A princípio a profissão se institucionaliza no lastro do pensamento conservador, como uma expressão da necessidade da classe dominante exercer o seu controle sobre a força de trabalho, numa conexão direta com os processos sociais, sobretudo aqueles que no campo da organização política expressam o conflito de classe. A partir da segunda metade do século XX, a profissão inicia um processo de autocrítica, o qual vai resultar em uma tentativa de ruptura com seus compromissos ético-políticos com os segmentos dominantes, a quem devia a sua legitimidade e, por conseguinte, direcionar a categoria dos assistentes sociais para um processo de organização política e construção do seu novo projeto profissional, comprometido com a classe trabalhadora.

Essa perspectiva de ruptura envolve, também, o esforço da categoria profissional, na construção de uma instrumentalidade teórico-metodológica, capaz de iluminar a compreensão da realidade, a partir do método crítico-dialético e adoção de instrumentos técnico-operativos, capazes de dar respostas profissionais mais qualificadas às demandas da prática.

Entretanto, tem-se observado alguns desafios em nível dessa operacionalização, sobretudo, na direção das três dimensões do Projeto Ético-Político: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Observamos que, se no plano teórico e metodológico este projeto conseguiu grandes avanços, a dimensão técnica-operativa não obteve o mesmo alcance, tendo em vista os desafios de ordem objetiva e subjetiva, os quais estão condicionados aos processos sociais contemporâneos, inerentes às relações capitalistas de natureza neoliberal.

Isso se dá tanto no campo da produção e distribuição das riquezas sociais, quanto no campo da reprodução social, nos espaços sócio-institucionais do Estado e da sociedade civil, os quais obedecem à lógica conservadora de funcionalidade da sociedade moderna. Essa lógica vai de encontro à formação dos profissionais, apoiada e direcionada no compromisso assumido pelo Projeto Ético- Político do Serviço Social- PEPSS.

Nesse sentido, o presente capítulo se propõe, a partir dos dados coletados durante o processo de pesquisa, explicitar os desafios postos a operacionalização do referido projeto (PEPSS), como também dedicar-se ao esforço de elucidar a dinâmica da relação entre o pensamento crítico da formação e a prática plasmada em uma perspectiva conservadora, inerente ao padrão neoliberal.

Assim, o estudo estabelece um termo comparativo entre essas duas condições - a da formação e a da prática. Para tanto, a análise dos dados da pesquisa supõe o conhecimento dos sujeitos pesquisados, nesse sentido, torna-se necessário a partir de agora, resgatar o perfil dos sujeitos entrevistados, entendendo que as condições de formação acadêmica e de vida interferem na conformação desse perfil, o qual constitui também parte das condições objetivas e subjetivas, nas quais as profissionais intervêm na realidade social.

Feito isso, o passo seguinte é o de buscar compreender o que os assistentes sociais do Programa Bolsa Família-PBF pensam sobre o objeto de suas práticas, suas posturas teóricas e políticas, seus compromissos e propriedade de instrumentais, decorrentes do seu processo de formação, dos conhecimentos acumulados e das referências adquiridas, assim como da classe a qual se vinculam no contexto do seu exercício profissional.

No tocante ao quadro profissional, os dados revelaram que o Serviço Social do PBF de João Pessoa é composto inteiramente por mulheres³⁰. Conforme tratamos no capítulo anterior deste trabalho, essa questão evidencia e confirma a tendência histórica de composição social da profissão, atravessada pela questão de gênero, produzindo a imagem de subalternidade que a profissão carrega (MONTAÑO, 2011).

A pesquisa inicialmente levantou o processo e as condições de formação profissional, identificando a unidade formadora e sua qualidade, segundo a opinião das profissionais, tendo sido constatado que todas as entrevistadas formaram-se na Universidade Federal da Paraíba-UFPB, entre os anos de 2005 a 2009. Esse período nos revela que todas as assistentes sociais tiveram sua formação profissional à luz do Projeto Ético-Político, e isso implica compreender que neste período, a formação profissional na UFPB já estava ancorada as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-

³⁰ Relembramos aqui que a pesquisa entrevistou 10 (dez) assistentes sociais, dentre o universo de 13 (treze) profissionais que atuam no PBF de João Pessoa-PB.

ABEPSS, construídas a partir da proposta de 1996. Assim, o Projeto Político Pedagógico implantado na UFPB em 2001, já se orientava nas referidas diretrizes. A partir dessa proposta da ABEPSS, a formação acadêmica em Serviço Social propõe a construir o seguinte perfil profissional:

[...] um profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de Políticas Sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho; [...] que desenvolve trabalho coletivo e comprometido com os valores e princípios da ética, dos direitos humanos e do Projeto Ético Político da profissão (UFPB/PPP, 2003 *apud* NOGUEIRA, *et. al.*, 2008, p. 55).

No que diz respeito ao processo e a qualidade da formação, a pesquisa buscou dados sobre os conteúdos e as experiências de estudo, pesquisa e extensão, vivenciadas pelas profissionais durante o período de formação acadêmica. A busca desses dados partiu da compreensão de que a formação profissional pode ser tratada através de:

[...] disciplinas, seminários temáticos, oficinas, laboratórios, atividades complementares, como monitorias, pesquisa, extensão, intercâmbios etc. Todos estes componentes curriculares são reconhecidos como mecanismos formativos do assistente social (IAMAMOTO, 2008, p. 73).

Nesse sentido, as entrevistadas ressaltaram em suas falas que vivenciaram as seguintes atividades acadêmicas: 30% das entrevistadas participaram de pesquisa; 20% de extensão, 10% de encontros de estudante; 30% fizeram estágio extracurricular e 40% que participaram apenas das atividades de ensino.

Nesse sentido, verificamos que esses mecanismos formativos não foram vivenciados por todas as entrevistadas, uma vez que 40% demonstraram não ter tido nenhuma participação. Essa situação atingiu, sobretudo, aquelas profissionais que trabalhavam durante o dia e estudavam a noite.

Embora a proposta do Currículo da ABEPSS não diferencie os cursos diurnos e noturnos, exceto na carga horário das disciplinas semestrais³¹, é notório que o perfil dos alunos destes turnos diferencia-se. Nos cursos de Serviço Social noturno encontram-se, majoritariamente, os alunos que trabalham indo à universidade apenas para assistirem aulas, o que os impossibilita da oportunidade de outras experiências acadêmicas como monitoria, pesquisa, extensão e participação em eventos acadêmicos.

Somado a isso, está o perfil socioeconômico dos alunos ingressantes no curso de Serviço Social, que em sua maioria provém de segmentos mais populares da denominada classe média, aqui tratada como classe trabalhadora. Esses alunos precisam trabalhar e estudar para se manterem, o que acaba problematizando as suas condições de formação profissional, tendo em vista que, quanto mais precárias as condições de vida e de trabalho dos estudantes, mas fragilizadas sua possibilidades de aprendizagem.

Ainda sobre a qualidade da formação, 20% das entrevistadas levantaram problemas relativos ao estágio curricular, questionando a sua realização apenas no final do curso. De acordo com opinião destas entrevistadas, o estágio deveria acontecer já no início da formação, ou em vários momentos durante o seu processo, para que assim o aluno de Serviço Social tivesse a oportunidade de sair da universidade conhecendo as diversas áreas de atuação da profissão.

Isso revela uma natural ansiedade do estudante para entrar logo em contato com a prática, mesmo antes de se apropriar de um conhecimento que lhe capacite para entender as relações sociais, objeto dessa prática. Sabemos que na contemporaneidade, a lógica pós-moderna que alimenta a ideia de que o conhecimento deve ser pontual, objetivo, especializado, portanto, fragmentário e rápido, tem fortalecido o sentimento de que as teorias mais aprofundadas são enfadonhas e desnecessárias às atividades práticas, rotineiras, realizadas em grande parte das instituições.

Outros 30% das entrevistadas abordaram sobre o aprendizado em relação às disciplinas do núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, conforme verificamos nas seguintes falas a baixo:

³¹ O turno da noite por ter as disciplinas com carga horária menor estende-se por um semestre a mais.

O problema que tive em relação às disciplinas de fundamentos foi à falta de um professor permanente, algumas dessas disciplinas foram dadas por professores substitutos que entravam e saiam a toda hora, ou por aqueles que estão envolvidos em muitas atividades e aí não conseguiam dedicar-se ao conteúdo das aulas e de uma transmissão com maior segurança (fala de entrevista).

Eu acho que há uma deficiência muito grande na nossa formação, pois, algumas das disciplinas de Fundamentos Teórico e Metodológico foram dadas de qualquer jeito, questioneei muito isso na graduação porque é algo extremamente importante sabermos a história do Serviço Social, até pra sabermos se estamos com uma postura conservadora ou não. Muitas dessas disciplinas foram dadas através de seminários, se o professor não sabe passar aquele assunto, imagine um aluno. E no final quando você vai fazer concursos, percebe a deficiência no ensino. Fundamentos não foi um conteúdo que eu tenha assimilado e tive muita dificuldade de aprender (fala de entrevista).

Diante do conteúdo das falas acima, e antes de iniciar a análise teórica de seus depoimentos, vale à pena apresentar aqui o conteúdo ementário recomendado para as disciplinas desse núcleo de Fundamentos Teóricos-Metodológico do Serviço Social, aos quais as entrevistadas acima se referem:

Análise da trajetória teórico-prática do Serviço Social no contexto da história da realidade social e as influências das matrizes do pensamento social. O trabalho profissional no processo de produção e reprodução social em relação às refrações das questões sociais nos diferentes contextos históricos (ABEPSS, 1996, p. 14).

Assim, os conteúdos apresentados nas disciplinas que compõem esse núcleo, requerem um domínio teórico sobre o conjunto de conhecimento que permitam ao assistente social compreender o surgimento e desenvolvimento da sociedade burguesa, do Estado, das Políticas Sociais e o significado social da profissão na divisão social e técnica do trabalho. O estudo das matrizes teóricas que fundamentam a formação profissional fica, sobretudo, a cargo das disciplinas de Fundamentos, responsáveis, portanto, pelo acervo de conhecimento teórico que devem permitir ao profissional compreender a dinâmica e as contradições da sociedade burguesa.

Os conteúdos apresentados nestas disciplinas são, de fato, densos e carregados de elementos históricos, econômicos, social, cultural e político. No entanto, as próprias falas das entrevistadas denunciam a rotatividade de professores

não permanentes, em situação de contratos precarizados, assim como o excesso de responsabilidades assumidas por estes, como um dos fatores que prejudicam a qualidade do ensino e problematizam a relação ensino/aprendizagem.

Este quadro atualmente vem se tornando cada vez mais complexo em decorrência das exigências de ampliação dos níveis de produtividade impostos aos docentes, a partir da implantação do processo de reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI. Isso tem implicado em um grande número de alunos ingressantes sem a existência de condições objetivas necessárias como: número de professores (permanentes) suficientes; salas adequadas; uma maior articulação entre ensino, pesquisa e extensão, de modo a ampliar as oportunidades de inserção dos alunos em atividades de formação acadêmica; mais recursos bibliográficos e didáticos e a promoção de mais eventos científicos, ampliando os espaços de debate e intercâmbio de conhecimento, dentre outros.

Todos estes fatores concorrem para a fragilização da aprendizagem, e nesse sentido, algumas disciplinas são mais penalizadas, como é o caso de Fundamentos, acabando por deixar uma debilidade no aprendizado, que repercute na prática dos assistentes sociais formados em tais condições.

Assim, dadas às condições de precarização da estrutura das universidades públicas e, por conseguinte do ensino, o processo de ensino das disciplinas fica fragilizado, o que repercute na segurança do profissional formado nessas condições, ficando este vulnerável as armadilhas institucionais, nas quais realizam sua prática profissional e que os levam a reproduzir práticas conservadoras que se contrapõe ao projeto profissional.

Além da avaliação do conteúdo da formação, as profissionais entrevistadas manifestaram também os seus sentimentos, com relação à segurança para o exercício profissional adquirida no processo de formação acadêmica, em nível de graduação. Sobre esse aspecto, 80% das entrevistadas disseram não se sentirem preparadas pela universidade para o exercício profissional, ressaltando, sobretudo, dificuldades na adoção e elaboração dos instrumentos técnico-operativos do Serviço Social. Dentre as entrevistadas, também foi significativo os depoimentos daquelas que reconheceram como causa de sua insegurança a própria desatenção para com os conteúdos ministrados em aulas. Essas questões ficam claramente expressas nas seguintes falas:

A formação acadêmica não preparou para o mercado de trabalho, embora a formação seja boa em relação a outras universidades e a carga de teoria seja muito grande, quando a gente sai da universidade e cai na prática encontra muitas dificuldades, principalmente na elaboração dos instrumentos. [...] Eu tive que busca outras estratégias, inclusive, fiz outros cursos de capacitação para conseguir desenvolver, pois, embora o curso, na universidade, conte com disciplinas que tem esse conteúdo, não dei tanta atenção e quando fui para a prática senti muita dificuldade. Talvez pela imaturidade de estudante, ou até mesmo pela fragilidade da universidade. [...] Apesar da fragilidade que o curso deixou na minha formação, me deu essa visão crítica que já me ajuda bastante (fragmentos de entrevistas).

Esse grupo majoritário ainda demonstrou a necessidade de realização de cursos de capacitação, capazes de melhorar níveis de conhecimentos não assimilados na formação. Outra tendência de 20% é formada por aquelas entrevistadas que disseram sair da universidade sentindo-se preparadas para atuarem na prática, conforme verificamos na fala apresentada:

A formação profissional na graduação foi necessária para que eu me sentisse preparada para intervir na prática. Não senti muita dificuldade (fala de entrevista).

Embora essa primeira tendência, majoritária, apresente um posicionamento reconhecidamente crítico ao processo de formação, ela também expõe uma argumentação avaliativa, mais relacionada com as exigências tecnicista do mercado de trabalho do que com o reconhecimento de que a boa qualidade da formação consiste no desenvolvimento de uma capacitação bem mais ampla e abrangente, que envolve competências teórica e metodológica para leitura e entendimento do real e diante deste, ser capaz de elaborar os instrumentos técnico-operativos necessários às respostas demandadas.

O papel da formação profissional é, portanto, desenvolver uma competência para compreender as relações e os processos sociais, a correlação de forças sócio-institucionais, as necessidades e demandas do público, o que exige a apreensão da instrumentalidade necessária para leitura do real e intervenção prática.

Deste modo, acreditamos que a crítica ao processo de formação profissional realizada pelas entrevistadas, decorre de apreensão da lógica institucional que

sobrepõe o fazer técnico à capacidade ético-política e teórico-metodológica. Tudo isso, aproxima-se mais de uma lógica e de um referenciamento conservador do que crítico, uma vez que ao equiparar a qualidade da formação apenas a capacidade de construção e adoção dos procedimentos técnicos, acaba por abandonar a compreensão de totalidade do processo da formação.

Ainda assim, reconhecemos pontos importantes na crítica ao processo de formação, sobretudo quanto aos questionamentos acerca dos conteúdos das disciplinas, caracterizando-os como insuficientes para possibilitar a compreensão da relação entre a instrumentalidade do Serviço Social, que envolve competência teórica e metodológica, e os instrumentos da prática profissional. Tudo isso reafirma a ideia de Guerra de que:

A instrumentalidade do Serviço Social é um campo saturado de mediações que não foram suficientemente discutidas na e pela categoria profissional [...]. A ausência ou a insuficiência da tematização desta dimensão da profissão produz, por um lado, o discurso que a nega; por outro, intervenções que se reduzem a ações finalísticas, repetitivas, modelares. (GUERRA, 2005, p. 38)

Essa problemática relacionada à qualidade da formação acadêmica está fortemente vinculada ao modo como nesse processo a relação teoria-prática tem sido trabalhada, de modo que o formando desenvolva uma capacidade de compreender como ela se dar e quais as mediações que permitem operar a passagem de uma a outra reciprocamente.

Diante dessa compreensão, a pesquisa buscou verificar junto às profissionais, como elas vêm percebendo e desenvolvendo essa relação teoria-prática no seu exercício cotidiano. Assim, diferente da questão anterior, as falas das profissionais indicaram haver um reconhecimento da importância da teoria, como instrumentalidade para a compreensão das situações determinantes dos problemas sociais, objeto de sua prática, ainda que reconheçam as dificuldades de operacionalizar. Alguns depoimentos põe a teoria corretamente associada à ideia de reflexão sobre o real, quando diz que ela ajuda a refletir sobre “*a situação de vida*

dos usuários e os determinantes sociais, econômico, cultural e de vínculo familiares”

³².

Os conhecimentos teóricos vistos na universidade tem utilidade na prática, embora seja uma tarefa complexa fazer a associação da teoria a nossa prática, mas tento fazer essa associação tendo um olhar crítico e reflexivo com a minha prática (fala de entrevista).

Alguns depoimentos revelaram certa confusão sobre o papel da teoria frente à prática, principalmente na forma de relacioná-las, como demonstra a fala que põe a necessidade de “colocá-la em prática”, como se a teoria pudesse se transformar imediatamente em ação. Outros depoimentos ainda relacionam a capacidade de formar posturas frente à prática. Vejamos os depoimentos:

Reflito a partir das leituras que venho fazendo sobre o assunto, mas não é tarefa simples, porém a partir do momento que eu atuo na política de assistência, eu preciso conhecer a teoria e colocá-la em prática nos atendimentos, no olhar sobre os usuários, na medida em que estou fazendo as visitas domiciliares, e assumo uma posição de bloquear ou conceder os benefícios. Porém, antes de tomar a decisão reflito a situação de vida deste usuário e os determinantes sociais, econômico, cultural e de vínculo familiar (fala de entrevista).

Quando chega à prática percebemos que temos muitas disciplinas, cujos conteúdos têm tudo a ver, mas a gente ver que a prática vai muito mais além do que vimos na universidade (fala de entrevista).

Conforme vimos, no que pesa as confusões no entendimento dessa relação, os depoimentos acima além de reconhecer a importância da teoria na explicitação do real, apontam a complexidade deste, o que se deve a insuficiência de teorias para explicitá-la. Essa percepção parece ter sido desenvolvida na relação direta com a prática, o que mais uma vez comprova o pensamento de Marx (2011) de que o pensamento resulta da relação dos homens com o mundo real.

A carga teórica vista na universidade contribui para a prática, pois, se não fosse essas leituras nós iríamos achar que pobreza é só falta de dinheiro quando não é. A teoria te faz entender sobre esse universo

³² As frases e expressões destacadas no corpo do texto em fragmentos de depoimentos de entrevistas são apresentadas aqui como forma ilustrativa da opinião das entrevistadas e também entrega as mesmas a autoria dos seus pensamentos.

no qual atuamos, entendendo o nosso papel profissional, as contribuições que a profissão traz para o PBF e na inserção dos usuários nos serviços de qualidade. Aqui é um espaço extremamente contraditório. A teoria é base de tudo, inclusive é muito fácil identificar um profissional que não tem teoria, a forma de atuação é muito diferente. Se não soubermos da teoria, vamos ser aquele profissional que tanto faz como tanto fez e ainda, passamos a impressão de que qualquer um pode fazer nossa função (fala de entrevista).

O dilema da relação entre teoria e prática está presente no contexto de atuação profissional. É uma deficiência que já vem da própria formação profissional, a teoria vista na universidade ensina o porquê para que o profissional em campo saiba o que fazer.

Como é possível verificar nas falas supracitadas, está demonstrando entre linhas que a teoria também está relacionada a uma perspectiva de concepção. Isso está explícito quando a entrevistada afirma que através da teoria, ela entende que a pobreza não é apenas falta de dinheiro. Assim, podemos compreender que as entrevistadas possuem uma percepção de teoria que tem haver com a concepção que as mesmas possuem sobre o real. O relato acima mostra que a entrevistada compreende o real como um espaço contraditório, expressando um entendimento de contradição, de diretrizes, de princípios, ou seja, de teoria sendo tudo aquilo que traz uma concepção de mundo e da profissão.

Segundo Iamamoto (2004), as dimensões teóricas e metodológicas devem ser de domínio dos profissionais, o que lhes concede competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, na superação dos desafios na articulação entre teoria e prática. Muito tem repercutido dentro da própria categoria a ideia de que a atuação do assistente social consegue ser desenvolvida por qualquer pessoa, e de fato, a partir do momento que o profissional não consegue relacionar teoria a uma prática com significado sócio-político, o mesmo tende a exercer um limitado atendimento funcional à necessidade imediata, beneficiando somente o projeto social das classes que contratam os seus serviços.

Assim, um sólido suporte teórico-metodológico é necessário para o estabelecimento de estratégias de ação e o campo da investigação constitui-se um eixo primordial da qualificação profissional, na medida em que funciona como objeto de análise para produção de conhecimento sobre as questões do seu campo de atuação. A pesquisa é fundamental na articulação teoria-prática, pois dá suporte

para o conhecimento da realidade social em nível micro e macro (IAMAMOTO 2004). Dentro do Programa Bolsa Família é esperado que o profissional utilize, estrategicamente, uma metodologia de atuação que lhe permita partir do conhecimento para a intervenção, na resposta às demandas.

Ao se discutir qualificação profissional, alguns fatores devem ser tomados como condicionantes: a questão contratual e da estabilidade profissional, do reconhecimento social da profissão, da remuneração, bem como da abertura que o campo de atuação oferece para o profissional acompanhar a realidade que se processa. Levando em consideração esses fatores, analisam-se as possibilidades de qualificação que as assistentes sociais têm, seja por vontade própria ou como incentivo institucional.

Assim, com relação ao primeiro aspecto, verificamos que todas as entrevistadas trabalham sob a forma de prestação de serviço sem concurso público, de modo que almejam alcançar estabilidade; quanto à remuneração veremos mais adiante que, embora os salários recebidos sejam baixos, a maioria das profissionais vem investindo na formação permanente, ou capacitação profissional. Um avanço apresentado pela instituição consiste na liberação de profissionais, especificamente os que se encontram em ação de base, para participarem de eventos, palestras, fórum e eventos realizados pelas universidades.

Nesse sentido, a formação continuada é entendida enquanto uma estratégia que possibilita a superação de velhas práticas para a consolidação do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Diante dessa perspectiva, a pesquisa buscou dados sobre a participação das profissionais em cursos de pós-graduação, cujos resultados demonstraram que 50% possui especialização em Políticas Sociais, destas, 10% está cursando Mestrado em Serviço Social na UFPB e outras 10% cursaram disciplinas como aluna especial no referido programa de pós-graduação. 30% estão realizando curso de especialização e 20% não fez nenhum curso de pós-graduação porque o salário recebido não é suficiente para investir em cursos de qualificação, tendo em vista serem as provedoras da família. Estas afirmaram que o único tipo de capacitação feita dá-se através de atividades de qualificação oferecidas pela Secretaria de Assistência Social do município de João Pessoa/SEDES, Secretaria de Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba/SEDH e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome-MDS, conforme vemos nos depoimentos seguintes:

Não fiz nenhuma especialização, apenas participo das capacitações que são promovidas pela prefeitura e pelo estado em relação à cadastro único, SUAS, PBF, tudo em termos do nosso serviço [...] O salário recebido não é suficiente para mantermos a família e ainda investir em cursos, temos que escolher entre um ou outro. (falas de entrevista).

Todas as assistentes sociais que atuam no Programa Bolsa Família têm tido a oportunidade de participar desses momentos de capacitações promovidas pelas próprias secretárias, prefeitura, estado e MDS, as quais têm sido reconhecidas como de significativa importância para os profissionais. Vale ressaltar que nessas capacitações não há um direcionamento exclusivo para a prática do Serviço Social, uma vez que nelas não se discute a particularidade da profissão, mas as ações técnicas do PBF.

Durante a pesquisa as entrevistadas relataram que uma vez no mês a categoria se reúne para discutir sua prática, suas dificuldades e posicionamentos, utilizando textos acadêmicos na busca de compreender a realidade com as quais trabalham, podendo assim construir estratégias de atuação. Acreditamos que essas reuniões mensais das profissionais, realizadas na última sexta-feira de cada mês, funcionem como forma de qualificação profissional, pois, parece ultrapassar a prática imediata solicitada pelo programa, ao passo que nesses momentos as profissionais discutem textos acadêmicos que abordam a realidade da prática do assistente social no programa.

Todas nós participamos das capacitações promovidas pela prefeitura e pelo MDS via internet, reuniões de categoria que acontecem mensalmente também figuram como capacitações, pois antes de discutirmos acerca da nossa prática, entramos com a discussão de algum tema, seja via texto ou vídeo conferência (fala de entrevista).

E tudo isso pode ser melhor esclarecido nas análises de Fernandes (2007) quando afirma que é através do ângulo da educação que se descortina as possibilidades existentes para o desenvolvimento de competências teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas, necessárias para o exercício da profissão, uma vez que:

[...] a discussão de educação permanente pressupõe a transformação dos espaços sócio ocupacionais em locais de desenvolvimento através da interlocução de saberes, onde o processo de trabalho possa ser objeto de análise e de problematização. Ainda, deve-se considerar que é o processo de trabalho que pode indicar quais saberes são necessários para qualificação dos atendimentos e serviços prestados aos usuários de nossos serviços (FERNANDES, 2007, p. 213).

O processo de qualificação continuada é basilar para a manutenção do profissional no mercado de trabalho, dando conta das alterações e novas demandas que surgem nesses espaços. Nesse âmbito, o movimento de estudo e pesquisa deve estar presentes no cotidiano do profissional, resgatando os elementos orientadores do questionamento das demandas e do acompanhamento do movimento de mudanças da realidade social e institucional. A não atualização desse profissional acaba por enfraquecer sua capacidade de acompanhar às reflexões críticas e a renovação do debate teórico-metodológico e ético-político.

Ainda no patamar da qualificação profissional, procuramos saber das entrevistadas se estão realizando leituras e as respostas indicaram que 70% das profissionais fizeram referência às seguintes bibliografias: *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* e *Serviço Social na Contemporaneidade* de Marilda Yamamoto; *Política Social Fundamentos e Histórica* de Behring e Boschetti; *A Política Social no século XX: a prevalência dos programas de transferência de renda* de Ozanira, Yazbek e Giovanni e outros livros com temáticas em saúde, laudos, pareceres e transferência de renda.

Tenho sempre o cuidado de fazer leituras, a minha última leitura foi o livro Relações Sociais e Serviço Social no Brasil de Yamamoto [...] na verdade eu sempre estou estudando para concurso, então, estou sempre lendo. Aquele livro do Curso de Direito em Serviço Social, Serviço Social na Contemporaneidade, o de ética que estou utilizando na pós-graduação. Agora também fico fazendo leituras pontuais de alguns capítulos interessantes, é difícil ler o livro todo por causa do tempo [...] minhas últimas leituras foram de autores do Serviço Social que discutem essa estratégia de transferência de renda. Li recentemente o livro 'Prevalência dos programas de transferência de renda' de Ozanira (fragmentos de entrevistas)

Outros 30% disseram que as únicas leituras que realizavam estavam relacionadas às regulamentações jurídicas do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único.

Lemos muito sobre as normativas do programa, faço leituras em relação as leis do PBF e Cadastro Único, a internet ajuda muito, principalmente em relação ao PBF, as leis, os decretos (fala de entrevista).

Diante dos dados, percebemos que as leituras realizadas pelas entrevistadas estão relacionadas com os cursos de pós-graduação em nível de especialização e mestrado que as entrevistadas fizeram ou estão fazendo e ainda, que essas leituras são indicadas como bibliografia nos concursos públicos, aos quais muitas entrevistadas estão se submetendo. Já com relação à parcela de profissionais que disseram realizar leituras apenas sobre as regulamentações que regem o Programa Bolsa Família e o Cadastro Único, é importante considerar que esse distanciamento do debate profissional revela uma preocupação com os aspectos regulatórios do programa e não com uma avaliação crítica.

Durante a pesquisa foi perguntado às assistentes sociais com que frequência elas participam dos eventos da categoria. A maioria, correspondente a 90% relataram que participam apenas dos eventos direcionados ao Programa Bolsa Família e muito timidamente dos eventos promovidos pelo Conselho Regional de Serviço Social-CRESS, na semana do assistente social. Outras 10% frisou que além desses, tem participado de eventos acadêmicos como Oficinas da ABEPSS e Seminários sobre Políticas de Proteção Social. Para a maioria que não participa dos eventos da categoria, as falas apresentaram diversas justificativas como: os eventos são caros para a realidade salarial recebida e a vinculação com outros espaços dificulta a participação.

Sobre os eventos da profissão tenho participado de algumas coisas como a semana do assistente social e das conferências [...] quando o meu trabalho dá oportunidade eu participo, me privo de muita coisa por causa do tempo, é do trabalho pra casa (falas de entrevista).

Não participo de eventos da categoria, o CBAS, por exemplo, é fora da realidade do assistente social brasileiro, é um evento caro para uma minoria privilegiada. É muito difícil participar desses eventos da categoria, o que eu tenho participado são os eventos do CRESS na semana do assistente social (fala de entrevista).

Depois de formada, sempre que posso, participo dos eventos da categoria. Quando a gente trabalha, tem que cumprir a carga horária. Aqui sempre fazemos uma escala, quem está no atendimento não pode sair para fazer atividade extra, mas quem está em ação de base tem essa oportunidade. E, por eu ter outro vínculo, no setor privado, às vezes, dificulta (fala de entrevista).

Ao analisar os motivos que justificaram esse distanciamento das profissionais dos eventos da categoria, podemos constatar quão baixa é a remuneração do profissional que atua na Política de Assistência, e quão distante dessas condições econômicas são os eventos da categoria, muitas vezes bastante caros, não condizentes com a realidade salarial dos assistentes sociais, dificultando, portanto, a participação desses profissionais nos eventos da categoria.

Dada às discussões realizadas até agora a partir dos dados da pesquisa, pudemos delinear o perfil do profissional de Serviço Social que atua no Programa Bolsa Família de João Pessoa, como também demonstrar seus posicionamentos acerca da formação profissional, as possibilidades de formação continuada e suas análises sobre a relação teoria/prática. Agora, passaremos a abordar as condições da prática profissional, compreendendo suas demandas, limites, possibilidades e direcionamento ético-político.

3.1 CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DE ATUAÇÃO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

As condições de realização da prática profissional estão atravessadas por fatores de ordens objetivas e subjetivas, as quais determinam o modo como os agentes irão se reproduzir material e socialmente. Entendemos como condições objetivas, aquelas relativas à produção material da sociedade, que envolve dentre outros, os objetos e campos de intervenção, o espaço sócio ocupacional e as relações e condições materiais de trabalho. Já as condições subjetivas envolvem a escolha dos profissionais, sua qualificação e competências teórico-metodológica e ético-política (GUERRA, 2000).

A pesquisa permitiu investigar alguns elementos no âmbito das condições objetivas e subjetivas que pudessem desvendar os determinantes e limites da prática do Serviço Social no Programa Bolsa Família. Para tanto, consideramos a

realidade institucional na qual as assistentes sociais atuam como condições objetivas que imprimem contornos à profissão.

Assim, entendemos como condição objetiva a constituição de seus vínculos empregatícios, seus salários, grau de satisfação, as demandas com as quais trabalham, as condições de autonomia profissional, as dificuldades enfrentadas na realização da sua prática, como também a existência de situações de subordinação de suas escolhas. Por sua vez, a subjetividade da prática será expressa no seu preparo técnico, nas suas referências teóricas e metodológicas, no seu compromisso ético-político, presentes nas atividades para as quais são chamadas a intervir no seu cotidiano.

Como já nos referimos acima, um dos aspectos objetivos da prática profissional está na vinculação empregatícia das profissionais. Nesse sentido, os dados revelaram que todas as assistentes sociais possuem vínculo empregatício precarizado, uma vez que são prestadoras de serviço, pagas pelo Índice de Gestão Descentralizado do Programa Bolsa Família-IGD³³.

A partir deste IGD, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome-MDS repassa os recursos aos municípios, os quais estão regulamentados pela Portaria nº. 754/2010, a qual define as formas como este recurso pode ser utilizado e dentre as suas determinações está o pagamento de técnicos que atuam na gestão do benefício e nas ações de cadastramento e atualização do Cadastro Único para os programas sociais do Governo Federal. Deste modo, os vínculos dos profissionais são caracterizados por uma precarização na qual o trabalhador não possui direitos como décimo terceiro salário e férias, conforme se pode ver no depoimento seguinte:

[...] aqui não tenho nenhum tipo de vínculo, sou paga pelo IGD do programa, o que é muito precário porque não tenho direito a décimo terceiro salário, férias e demais direitos trabalhistas (fala de entrevista).

³³ Segundo pesquisa realizada no site do MDS, verificamos que o Índice de Gestão Descentralizada do município de João Pessoa para o apoio às atividades de gestão dos benefícios correspondia em 2010 a um valor de R\$ 142.740,00. Informação disponível em: http://www.mds.gov.br/adesao/mib/matrizview.asp?IBGE=2507507&z_IBGE=%3D%2C%2C

Esse quadro de prestação de serviço é ainda melhor entendido quando analisamos o tempo de atuação das profissionais no Programa Bolsa Família, situação na qual a pesquisa identificou que 60% das profissionais possuem apenas dois anos de atuação no programa, contrapondo-se a 20% que possuem sete anos, 10% com cinco anos e outros 10% com oito anos de atuação.

Sabendo que o PBF de João Pessoa não tem realizado concurso público e o fato de a maioria das profissionais possuírem pouco tempo de atuação no programa, implica compreender que a inserção das profissionais se dá através de indicação (políticos ou de gestores), portanto, sem estabilidade no emprego, resultando na grande rotatividade de profissionais no programa. Nesse processo, são contratados os profissionais recém-formados, de modo que, 40% das entrevistadas formaram-se recentemente e tem o PBF como primeira experiência de atuação.

Ainda nesse patamar, encontramos os baixos níveis salariais das profissionais que atuam no Programa Bolsa Família, onde verificamos que os salários recebidos correspondem a R\$1.200,00 (um mil e duzentos reais) para as assistentes sociais técnicas no programa e R\$2.000,00 (dois mil reais) para a coordenadora do setor de Serviço Social. Esses salários pagos pelo IGD aos assistentes sociais correspondem a uma espécie de piso salarial dos profissionais que atuam na Política de Assistência Social, realidade presente em todos os municípios da Paraíba.

Ao cruzar esses dados relativos aos salários das profissionais com a existência ou não de outros vínculos empregatícios, verificamos que 30% possuem outros empregos, dentre eles nas áreas da Saúde, da Educação e outro na Assistência Social, especificamente no Programa Bolsa Família pertencente a outro município da região metropolitana de João Pessoa. Esse quadro de outros empregos decorre quase sempre do nível salarial, considerado baixo para a manutenção da família, sobretudo, quando se trata de uma profissional responsável pelo provimento familiar. Como o Serviço Social é uma profissão que possui carga horária de trabalho de trinta horas semanais, regulamentado pela Lei 12.317/2010, o assistente social pode atuar legalmente em outros espaços como forma de melhorar a condição salarial.

Compreendemos que os determinantes dessa questão possui profunda relação com o processo de reestruturação produtiva, uma vez que no campo do trabalho, temos observado que esse processo tem suas relações de trabalho ainda

mais precarizadas, o que se expressa numa baixa de salários, na redução dos níveis de desemprego e na desregulamentação das relações trabalhistas. Podemos identificar então, a partir do vínculo institucional e da remuneração recebida pelas profissionais, um quadro de precarização do trabalho do Serviço Social no Programa Bolsa Família, como resultado das transformações societárias no mundo do trabalho e nas novas formas de funções assumidas pelo Estado e pelas Políticas Sociais (BEHRING, 2003).

Vale salientar que concorrem ainda para essa precarização a não existência de um piso salarial regulamentado por lei, fazendo como que cada município pague os profissionais da forma que bem entenderem, como também a não realização de concursos públicos, principalmente na Política de Assistência Social.

De acordo com Boschetti (2011), numa pesquisa realizada pelo Conselho Federal do Serviço Social, o mercado de trabalho de assistentes sociais vem se ampliando gradativamente, sobretudo a partir da criação do Sistema Único de Saúde-SUS e do Sistema Único de Assistência Social-SUAS criado em 2005. A criação do SUAS impactou o mercado de trabalho do Serviço Social uma vez que com este a Assistência Social passou a ter base municipalizada, através dos Centros de Referência de Assistência Social.

Com a centralidade dada aos programas de transferência de renda no país nos últimos anos, o Programa Bolsa Família também vem empregando um grande número de profissionais de Serviço Social, sendo a profissão requisitada para atuar na administração da pobreza através da gestão de benefícios. Sabemos, hoje, que a Política de Assistência Social é a área que mais emprega profissionais de Serviço Social, ainda que essa ampliação do mercado de trabalho não condiz com as condições adequadas ao exercício profissional, exigidas pelo Projeto Ético-Político, conforme como demonstraram os dados apresentados.

Essas condições tem se caracterizado pela precarização do trabalho, o que pôde ser melhor entendida diante das avaliações das profissionais acerca dos recursos humanos, material e financeiro disponibilizados na realização de suas práticas. Assim, verificamos que apesar da Política de Assistência Social empregar muitos assistentes sociais, 100% das profissionais reclamaram do reduzido número de assistentes sociais, suficientes para atender as demandas do Programa Bolsa Família. Já em relação aos recursos materiais, 50% das entrevistadas afirmaram que o PBF não possui carro suficiente para a realização das visitas domiciliares,

dificultado, assim, a qualidade e o andamento dos atendimentos. Outros 30% apontaram a estrutura física como insatisfatória, pois, o número de beneficiários é muito grande, estando o espaço físico inadequado à quantidade de pessoas, sendo a principal reclamação das profissionais a falta de espaços (salas) destinada aos atendimentos individualizados. Outros 20%, ainda, questionaram a falta de equipamentos, como computadores, além de materiais de expediente. Em relação aos recursos financeiros, 100% das entrevistadas apontaram a questão salarial e a burocratização das compras de materiais como problemáticos. Conforme constatamos nos fragmentos de depoimento seguintes:

A equipe é pequena em relação à quantidade de demanda, precisamos de mais colegas para trabalhar, como também de mais carros para fazer a vista [...] Necessitamos também de um espaço maior, de uma sala adequada para fazer os atendimentos e de mais material de trabalho como computadores. [...] O carro também é insuficiente porque são duas profissionais pela manhã e duas à tarde para um número de visita que é muito grande [...] A Política de Assistência deixa muito a desejar na questão salarial e de vínculos, pois, a maioria dos profissionais são prestadores. A questão de compra de materiais também é complicada, pois, temos que esperar processos licitatórios que muitas vezes prejudicam a realização do trabalho (fragmentos de falas de entrevistas).

A precarização do trabalho, a burocratização e a escassez de recursos, são reflexos dos ajustes neoliberais que assolam toda e qualquer realidade institucional, sendo posto como limites concretos da prática profissional, isso por que “as condições de trabalho e as relações sociais em que estão inscritos os assistentes sociais são indissociáveis da contrarreforma do Estado” (BEHRING, 2003 *apud* IAMAMOTO, 2004). Assim, entendemos que o desenvolvimento do trabalho profissional, nesse contexto, torna-se precarizado porque a estrutura institucional e as Políticas Sociais são precárias.

Para Cavalcante e Prêdes:

[...] o mercado profissional de trabalho recebe os impactos das transformações realizadas nas esferas produtivas e estatal, que alteram diretamente as relações entre Estado e seus funcionários, principalmente o assistente social, que é um profissional que trabalha com os direitos sociais e os meios de acessá-los. À medida que esses direitos são desmontados, atinge-se a ação profissional e reduz-se a qualidade de prestação dos atendimentos (CAVALCANTE & PRÊDES, 2010, p. 19).

Dessa forma, o assistente social como sujeito viabilizador de direitos vê-se limitado, uma vez que o mesmo necessita do material e financeiro das instituições para realizar sua prática. Esse limite imposto à prática constitui-se como um desafio a profissão na defesa e ampliação dos direitos e na realização dos compromissos ético-políticos, assumidos e defendidos pela categoria, no seu projeto profissional.

Na pesquisa, as entrevistadas apontaram fatores que, no campo sócio-ocupacional, tem rebatido profundamente no desenvolvimento de suas práticas. Assim, 60% declararam que se sentem limitadas pela focalização e fragilidade das Políticas Sociais; outros 20% disseram que a limitação da prática é dada, sobretudo, pelos critérios de elegibilidade impostos pelas regulamentações jurídicas do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único; por fim, 10% novamente enfatizou a escassez dos recursos materiais, humanos e financeiros, como dificuldades para a realização da prática profissional.

Como demonstrado até aqui, são múltiplos e bem diversificados os aspectos levantados pelas entrevistadas, que se põe como fatores determinantes de uma prática profissional limitada, realidade que podemos analisar a partir dos seguintes depoimentos de entrevista:

O que mais limita o meu fazer profissional é a questão dos recursos [...] Tem coisas que independem da gente, que ultrapassa a nossa vontade e toda nossa prática, nós precisamos das Políticas Sociais para atuar, mas elas são fragilizadas [...] O programa é focalizado e os seus critérios limita muito a nossa prática [...] As condicionalidades, eu particularmente, questiono, se é realmente para ampliar direitos ou se é uma forma de fazer uma rotatividade dentro do programa, porque se identificamos que uma família está vulnerável e, até por isso, em descumprimento de condicionalidades, por que será que justamente essa é prejudicada (fragmento de falas de entrevistas).

Nas instituições o assistente social depende dos recursos, das condições e meios de trabalho que garantam uma intervenção satisfatória. Os condicionantes internos e externos problematizados por Iamamoto (2008) tencionam diretamente o desenvolvimento do exercício profissional. Para a referida autora isso significa:

[...] focar o trabalho profissional como partícipe de processos de trabalho que se organizam conforme as exigências econômicas e sociopolíticas do processo de acumulação, moldando-se em função

das condições e relações sociais específicas em que se realiza, as quais não são idênticas em todos os contextos em que se desenvolve o trabalho do assistente social (IAMAMOTO, 2008, p.94).

Assim, percebemos que no patamar da limitação estão questões que envolvem vínculos empregatícios, precarização e focalização das Políticas Sociais, além das condições estruturais das instituições. Isso porque a prática do Serviço Social depende de como esses fatores estão postos socialmente.

Guerra (2005) aponta para o fato de que o assistente social no seu universo de trabalho se pauta por uma prática social ou institucional que nem sempre assegura os direitos que lhes são demandados pelo público, tendo em vista que, as condições objetivas e subjetivas comprometem o resultado da ação profissional. Para a autora no quadro adverso das condições objetivas:

Acentua-se a tendência neoconservadora, focalista, controlista, localista, de abordagem microscópica das questões sociais, transformadas em problemas ético-morais. Dadas essas condições efetivamente precárias, o atendimento da demanda real ou potencial fica prejudicado, comprometendo o processo e, fundamentalmente, os resultados da intervenção profissional (GUERRA, 2005, p.24).

Esses aspectos de natureza objetiva, principalmente as condições empregatícias, geram um profundo sentimento de impotência e insatisfação nos profissionais. Confirmando essa análise, os dados da pesquisa revelaram que 100% das entrevistadas manifestam essa insatisfação com as condições de trabalho. No entanto, mesmo desgostosas com tais condições, 40% relataram em suas falas que estão satisfeitas com o seu exercício profissional, sobretudo, pela autonomia conseguida, conforme podemos constar nos depoimentos a abaixo:

Em termos de instituição, estou satisfeita porque tenho autonomia, fazemos um trabalho sem interferência, mas o vínculo empregatício deixa muito a desejar. Infelizmente temos um vínculo muito precário e a estrutura física também deixa a desejar. São coisas que como profissional não devo me acomodar e achar que estou satisfeita com tudo, trabalhamos com responsabilidade, para assegurar direitos, mas muitas vezes nossos próprios direitos são negados, como o 13º salário e férias (fala de entrevista).

Segundo Cavalcanti (2011), a questão da satisfação profissional deve ser discutida na esteira de variáveis objetivas e subjetivas. Relaciona-se diretamente do ponto de vista objetivo com as condições de trabalho endógenas e exógenas à

prática profissional. Articula-se por outro lado, a construção subjetiva que cada assistente social faz da profissão. Tal construção é permeada por fatores inerentes ao direcionamento ético-político como o projeto profissional adotado pelo profissional, bem como por fatores ídeo- culturais tais como: crenças, valores, concepção de mundo e de sociedade, projeções que realiza para o exercício profissional e principalmente, com qual concepção de profissão o assistente social está materializando sua prática.

Outra questão investigada na pesquisa foi à autonomia profissional, sabendo que esta se dá pela “forma de condução de seu atendimento junto a indivíduos e/ou grupos sociais, o que requer compromisso com valores e princípios ético norteadores da ação profissional, explicitados no Código de Ética Profissional” (IAMAMOTO, 2008, p. 95).

Nesse sentido, a pesquisa revelou que 70% das entrevistadas afirmaram ter autonomia profissional, enquanto 30% disseram que a autonomia depende de outros setores. Analisando as falas da parcela majoritária que afirmaram ter autonomia, verificamos alguns indicadores como grau de autonomia na elaboração dos instrumentos técnicos, tomada de decisão, prestação de serviço e planejamento.

Quanto à autonomia na elaboração dos instrumentos técnico-operativos do Serviço Social, todas as entrevistadas ressaltaram que elaboram seus instrumentos de acordo com sua concepção, não sendo, imposto qualquer direcionamento por parte da instituição. Já em relação à tomada de decisão nas atividades da prática cotidiana, 50% frisaram que possuem autonomia, já outros 50% afirmaram que essa tomada de decisões resulta sempre da relação de interação com os demais profissionais, que se reúnem e pensam juntos. Em relação à prestação de serviços, 60% relataram que exercem com autonomia a prestação de seus serviços, já outros 40% disseram que depende das condições disponibilizadas pela instituição. Quanto ao planejamento 50% disseram ter autonomia na realização deste, já 20% afirmaram não haver autonomia no planejamento, tendo em vista que o mesmo é feito pela direção do Programa Bolsa Família. Todas essas afirmações podem ser constatadas nos trechos de falas de entrevistas abaixo:

Temos total autonomia no uso dos instrumentos, na prestação dos serviços e na tomada de decisões referente ao atendimento, mas se for algo maior que possa fugir do atendimento que é feito com o usuário, a decisão é debatida com o conjunto dos profissionais,

principalmente em momento de realização de mudanças de instrumental, e de melhorias nas condições de realização dos atendimentos [...] Na tomada de decisões nossa autonomia é em parte, porque tem a questão da hierarquia, nas decisões maiores nós dependemos da instituição, mas no que diz respeito as ações propriamente do Serviço Social nós temos autonomia [...] (fragmentos de falas de entrevista).

Cabe mais uma vez ressaltar que o Serviço Social no Programa Bolsa Família realiza mensalmente uma reunião dos profissionais, a qual acontece na última sexta-feira do mês na parte da tarde. Nesses encontros a categoria discute a sua prática e delibera sobre algumas decisões referentes à própria categoria. Assim, quando acontecem as reuniões de planejamento, a coordenadora do Serviço Social discute as propostas apresentadas pela categoria que são pleiteadas junto a Direção do PBF e Diretores da Secretaria de Assistência Social. Foram através dessas reuniões de categoria que o Serviço Social pôde construir melhores intervenções a partir da conquista de espaço.

Segundo Iamamoto (2004), mesmo diante das condições nas quais o exercício profissional é desenvolvido, ele goza de certa autonomia, através do uso da linguagem como instrumento básico, que estabelece um vínculo com os sujeitos sociais. Esse instrumento pode propiciar sua autonomia. Para a autora:

Embora o assistente social disponha de uma relativa autonomia na condução de seu trabalho – o que lhe permite atribuir uma direção social ao exercício profissional – os organismos empregadores também interferem no estabelecimento de metas a atingir. Detêm poder para normatizar as atribuições e competências específicas requeridas de seus funcionários, definem as relações de trabalho e as condições de sua realização – salário, jornada, ritmo e intensidade do trabalho, direitos e benefícios, oportunidades de capacitação e treinamento, o que incide no conteúdo e nos resultados do trabalho. E oferecem o *background* de recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos para a realização do trabalho no marco de sua organização coletiva. Portanto articulam um conjunto de condições que informam o processamento da ação e condicionam a possibilidade de realização dos resultados projetados (IAMAMOTO, 2004, p. 22).

Ao passo que compreendemos as condições objetivas que tencionam e desafiam a prática profissional do assistente social, procuramos saber das profissionais seus posicionamentos sobre o perfil profissional necessário para atuar no Programa Bolsa Família diante de tal situação. Assim, a partir das informações dadas na pesquisa, podemos identificar nos depoimentos das entrevistadas o perfil

profissional, necessário para atuar no Programa Bolsa Família, a partir de suas concepções. Assim, as profissionais revelaram que para atuar no PBF o assistente social precisa estar comprometido ética e politicamente com os direitos dos usuários, ser propositivo, disposto a atuar com segmentos vulneráveis e exercer sua prática em áreas de risco, não assumir postura de investigar ou fiscalizar a pobreza das famílias, conhecer bem as normativas que regem o programa para que possa criar suas estratégias de atuação e, saber ser compreensivo com o usuário, como também falar de forma que o usuário entenda, usando, se necessário, a sua própria linguagem.

Assim, a análise feita pode ser ilustrada com o seguinte depoimento:

Os profissionais que atuam no programa devem ter um perfil de compromisso ético e político, pois são muitas as críticas ao programa e nós trabalhamos com famílias que precisam de uma renda, mas as suas necessidades são muitas. Os profissionais têm que conhecer o programa, a realidade dessas famílias, ser uma pessoa humana e saber falar com o usuário. Profissional que acham que o PBF é favor ou que temos que ser fiscais da pobreza não deve trabalhar aqui. Pois o nosso compromisso é viabilizar o acesso dessas famílias aos seus direitos (fala de entrevista).

Diante deste perfil sugerido pelas entrevistadas, percebemos que as profissionais compreendem e reproduz, em suas práticas, o compromisso ético-político assumido pela profissão com a classe que demandam os seus serviços, assim como adotam a postura profissional necessária a uma atuação qualificada. Esses dados revelam a subjetividade da prática do assistente social que atua no Programa Bolsa Família de João Pessoa, deixando claro suas escolhas e direcionamento teórico e político.

3.2 APROPRIAÇÕES DA MATERIALIDADE DA PRÁTICA PROFISSIONAL NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

A materialidade da prática profissional dos assistentes sociais será apresentada aqui a partir dos elementos determinantes das suas condições objetivas. Nesse intuito, a pesquisa procurou saber dos profissionais, inicialmente, o tipo de demanda com as quais trabalham, cujos depoimentos nos revelaram que as demandas postas ao Serviço Social apresentam-se por duas vias. A primeira,

indicada por 60% dos profissionais, revela que a principal demanda ao Serviço Social, no Programa Bolsa Família/PBF, vem da própria gestão de benefício, compreendida, portanto, como uma demanda do PBF à profissão.

Segundo Guerra (2005), o assistente social ao vender sua força de trabalho submete-se às normas da instituição, ficando ora atendendo as demandas dos seus usuários, ora atendendo aos interesses e objetivos da instituição. No Programa Bolsa Família o Serviço Social é requisitado para exercer a função de executor dos instrumentos técnicos do programa, relacionados aos dois sistemas eletrônicos disponibilizados no site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, como também no site da Caixa Econômica Federal. Os principais sistemas utilizados são: Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família-SIGPBG e o Sistema de Benefícios ao cidadão- SIBEC, pelo qual são realizados os bloqueios, desbloqueios, cancelamentos e reversões de cancelamento de benefícios. Esses sistemas envolvem também a gestão de benefícios³⁴, incluindo também o Cadastro Único vinculado a Caixa Econômica Federal. Nesses sistemas as profissionais têm a possibilidade de inserirem as famílias no PBF, permitindo alterar e inserir dados sobre os membros da família, mudança de responsável, como também fazer bloqueio, desbloqueio e cancelamento de benefício, casos que se dão em decorrência do não cumprimento de condicionalidades impostas pelo próprio programa. Esse entendimento pode ser visto a partir dos seguintes depoimentos:

As principais demandas do PBF são atualização cadastral dos usuários com benefícios cancelados, bloqueados, que vem mudar o responsável familiar, incluir ou retirar pessoas do cadastro [...] A demanda do Serviço Social é a mesma, só que existe um filtro, nós acompanhamos as famílias que estão em descumprimentos de condicionalidades e fazemos a mudança de responsável familiar. Isso só quem faz é o Serviço Social, através da visita familiar e o parecer autorizam ou não esta mudança (fragmentos de entrevista).

Considerando-se que as normativas do Cadastro Único e do PBF limitam o fazer profissional, as demandas institucionais ao Serviço Social, apresentadas pelo programa acabam por assumir uma natureza rígida de imposição, desconectadas de

³⁴ A Gestão de Benefícios do Programa Bolsa Família corresponde a um conjunto de processos e atividades que garantem a continuidade da transferência de renda às famílias beneficiárias. Essa gestão compreende atividades de bloqueio, desbloqueio, cancelamento, reversão de cancelamento, suspensão e reversão de suspensão de benefícios, conforme está estabelecido na Portaria GM/MDS nº 555, de 11 de novembro de 2005.

suas determinações, uma vez que, o assistente social, em sua prática, não fica com poder de decisão diante de sua prática, controlado pelas normativas.

Assim, entendemos que essas normativas legais³⁵ que definem os critérios de elegibilidade para o acesso aos benefícios, levam a uma subordinação da intervenção profissional às suas determinações. Desta forma, tem sido normal os profissionais assumirem as demandas do programa como demandas da profissão. Esse enquadramento dos profissionais as exigências normativas do estado neoliberal pode ser entendida como um dos determinantes neoconservadores do PBF, uma vez que são requisitados dos assistentes sociais procedimentos instrumentais de resolução pontual e imediata, ou relativa a medidas que impossibilitam a garantia de direitos legítimos aos usuários.

Nos depoimentos de algumas entrevistadas identificamos alguns posicionamentos críticos em relação ao limite e a subordinação que caracterizam a prática profissional diante dos critérios estabelecidos nas leis. Essa compreensão crítica é vista a partir dos depoimentos a seguir:

Eu particularmente questiono essas normas legais, pois existem situações em que a família necessita da renda, mas por questões de centavos ela ultrapassa a per capita estabelecida pelo programa, então a família não tem direito de acessar o benefício porque está fora dos critérios. Não vejo a renda como o único critério para analisar a concessão de benefício, existe todo um contexto social no qual a família vive. Mas, infelizmente não se pode fazer muita coisa quando existe uma lei que te diz o que fazer e ponto final [...] Quando não encontro brechas legais dentro dos critérios estabelecidos pelo programa, eu procuro outras vias de acesso a essa família, seja através de encaminhamentos a outros serviços e orientações (fragmentos de entrevista).

Assim, mesmo atuando num programa social focalista, fragmentado, criterioso e burocrático, parcela das assistentes sociais percebem essas situações como determinantes objetivos que tencionam a prática profissional, uma vez que o que se opera são manipulações de dados previamente estabelecidos.

A outra via de demandas ao Serviço Social se da na sua relação com o usuário, através dos atendimentos social e/ou visitas domiciliares. É o que podemos

³⁵ As normativas legais utilizadas pelo Serviço Social são: a lei do Programa Bolsa Família de Nº 10.836/2004; o Decreto nº 5.749/2006 que se referente à atualização dos valores referenciais para caracterização das situações de pobreza e extrema pobreza, no âmbito do Programa Bolsa Família; como também instruções normativas e instruções operacionais.

identificar quando percebemos que 30% das profissionais veem na situação real das famílias as demandas à profissão. Nesse sentido podemos dizer que o Serviço Social não se limita apenas a preencher dados nos sistemas, mas elabora formas de intervenções.

Quando o usuário chega geralmente procura o Serviço Social para alguma atividade de gestão de benefício, no entanto conversando com ele descobrimos outras situações que demandam nossa intervenção. Inicialmente o usuário chega solicitando uma coisa, mas quando percebemos ele faz parte de uma família usuária de droga, com presença de violência, são casos de negligência, de relações conflituosas, enfim, são variadas situações e diante disso nós orientamos e fazemos encaminhamentos. Conseguimos identificar nossas demandas e vamos encaminhando e quando se percebe, já está na justiça, em violência contra a mulher, idoso, criança e adolescente (fala de entrevistista).

Segundo Pontes (2000), quando o profissional está orientado por uma visão teórica pautada em uma concepção histórica, ele torna-se capaz de reconhecer às transformações sociais e formular práticas que reforcem a defesa dos direitos, aliados às lutas sociais. Assim, ele se caracteriza como profissional capaz de ultrapassar a imediatez dos fenômenos, relacionado às legalidades sociais para então chegar, mediante aproximações sucessivas, a essência do fenômeno, num movimento onde a razão, usada como instrumentalidade volta à questão com uma intenção. Adequado dessa competência, ele adquire capacidade para desvendar as suas demandas, entendendo-a na sua totalidade.

A partir da fala da entrevistada compreendemos que o usuário inicialmente demanda ao Serviço Social as atividades do próprio programa, ou seja, demanda exatamente o desenvolvimento de intervenções manipulatórias e burocráticas, realizadas através de sistemas eletrônicos. No entanto, quando na prática, o profissional, consegue articular competência técnico-operativa e teórico-metodológica com compromisso ético-político, que perpassa as escolhas e vontades dos agentes, os profissionais conseguem extrapolar a demanda estabelecida pelo programa e realiza uma intervenção em nível mais macroscópico, permitindo-lhe identificar as necessidades das famílias e a partir dessas, fazer orientações e encaminhamentos que envolvem outras Políticas Sociais.

Vejamos que a legitimidade da prática do Serviço Social no PBF é dada pela sua prática, que recai não na particularidade desta, no interior das relações sociais,

mas sim pela demanda a qual atende. O usuário do PBF não quer saber quem é o responsável pela prestação direta do serviço, mas a partir do momento que o Serviço Social assume essa função, então é ao assistente social que o usuário recorre, e aí está a legitimidade dada à profissão no programa.

Cruzando esses dados, relativos às demandas, com os depoimentos relacionados ao reconhecimento das necessidades dos usuários, a pesquisa revelou que 60% das profissionais identificam a permanência do beneficiário no programa como a maior necessidade dos usuários, já 40% relatam que a maior necessidade dos usuários é o acesso igualitário e de qualidade aos serviços e programas da Política Social, conforme podemos constatar nestes depoimentos:

As necessidades das pessoas que procuram o programa é permanecer com o benefício, as mesmas buscam sempre continuar com o benefício, elas procuram o Serviço Social para garantir isso [...] As maiores necessidades das pessoas decorrem a ausência de renda, da qual deriva todas as outras [...] Necessidade de acessar Políticas Sociais e serviços de qualidade (fragmentos de entrevista).

Tomando as falas acima com o debate teórico, verificamos que, segundo Iamamoto (2008), “o assistente social atua a partir de necessidades sociais, traduzidas nas dimensões coletivas da ‘questão social’ tais como se expressam na vida dos indivíduos singulares e suas famílias” (IAMAMOTO, 2008, p. 20). Nessa direção, o assistente social deve ter clareza das demandas institucionais decorrentes da questão social, analisando-as a fim de identificar nestas as demandas sócio-profissionais. O assistente social, comumente, desenvolve um tipo de prática que leva em consideração, além das demandas vindas do empregador, as demandas dos usuários, apresentando respostas críticas, que demonstram a compreensão das verdadeiras causas das necessidades/demandas da população. Tudo isso representa uma intervenção na perspectiva de totalidade, que vai além das demandas finalistas e emergenciais do Programa Bolsa Família.

Diante das condições objetivas presentes no Programa Bolsa Família, buscou-se saber ainda quais as dificuldades que as profissionais encontram para atenderem a essas demandas e de quem ou de que dependem para realizarem os atendimentos. Assim, 50% disseram que nem todas as demandas são atendidas por falta de recursos materiais e humanos, já 30% afirmaram que as demandas que chegam ao Serviço Social não são atendidas em sua totalidade porque muitas vezes

os sistemas SIGPBF, SIBEC e Cadúnico com os quais trabalham ficam sem funcionar. Já outros 20% das entrevistadas disserem que todas as demandas são atendidas.

Algumas entrevistadas ressaltaram a impossibilidade de se responder a todas as demandas apresentadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, tendo em vista que, a recomendação de realização de certo número de visitas domiciliares em um curto período de tempo, bem como a atualização do cadastro das famílias em um limite de tempo são impossíveis de serem cumpridas. Assim, diante das dificuldades apresentadas relativas ao número insuficiente de profissionais em comparação com o grande o número de usuário, como também da falta de recursos materiais, muitas dessas demandas postas pelo MDS deixam disserem atendidas. É o que podemos verificar a partir de fragmentos das seguintes falas:

Não conseguimos atender 100% do que é determinado, por exemplo, revisão de quantidade x de visitas que tem um prazo para ser feito. Mas, já tem coisas que conseguimos atingir, por exemplo, no acompanhamento familiar nós temos a nota máxima [...] As demandas que não são atendidas de imediato são aqueles que apresentam erro no sistema. Então para atender essas demandas dependemos do sistema e do tipo de prática que o profissional tem [...] Nós dependemos do MDS e da Caixa Econômica Federal [...] Para atender essas demandas nós dependemos do carro disponível, nesse caso demandamos mais carro e profissionais. A dificuldade é atender a demanda que é muito grande com poucos profissionais e somente um carro para as visitas (fragmentos de entrevista).

Vejamos que as exigências burocráticas, tecnológicas e de cumprimento de padrão quantitativo em detrimento ao qualitativo, são elementos neoconservadores com os quais os assistentes sociais atuam no seu cotidiano de prática. Conforme discutimos no segundo capítulo desta dissertação, o limite da prática do Serviço Social não é endógeno, mas sim é dado pelas condições objetivas da sua intervenção. Se por um lado, os profissionais são chamados para uma reflexão mais crítica nas suas intervenções, por outro, as instituições trabalham com a fragmentação, burocracia e tecnicismo (NETTO, 2011).

Nesse sentido, foi relevante para a pesquisa questionar a instrumentalidade do Serviço Social no Programa Bolsa Família, entendendo essa instrumentalidade tanto como uma condição necessária a prática, quanto como categoria constitutiva

de um modo de ser que a profissão adquire no interior das relações sociais, dentro dos conflitos, desafios e possibilidades inerentes à profissão. Por meio da instrumentalidade é possível que o assistente social atenda os seus objetivos profissionais e sociais, constituindo uma condição concreta para o reconhecimento social da profissão. Por isso, compreendemos que a instrumentalidade no Serviço Social não é somente o uso de instrumentos necessários ao agir do profissional, mas sim capacidade que a profissão vai adquirindo a partir dos processos sociais (GUERRA, 1999).

É importante lembrar que a perspectiva teórica determina a direção da intervenção e o comprometimento ético-político dos profissionais. Esse elemento é essencial na construção e escolhas dos instrumentos de intervenção “que estão relacionados aos princípios, método, natureza, condições objetivas e dos objetivos da profissão, do profissional e da instituição” (SANTOS, 2010, p. 90).

Partindo desse ponto, foi interesse da pesquisa ter ciência quanto ao uso e o conhecimento dos instrumentos técnico-operativos adotados pelas assistentes sociais em seu campo de trabalho. Foram apontados na pesquisa vários instrumentos como a entrevista social, a elaboração de pareceres, encaminhamentos, estudos socioeconômicos, relatório social e visita domiciliar. A pesquisa também revelou que as assistentes sociais utilizam em sua prática os instrumentos técnicos regulatórios do Programa Bolsa Família, tais como: declaração de renda, formulário de gestão de benefício, formulário de exclusão de pessoas do cadastro, formulário de atualização cadastral, acompanhamento familiar e formulário de mudança de responsável familiar e de desvinculação voluntária.

Na análise das falas, percebemos que 60% das profissionais fazem confusão sobre o que sejam instrumentos da profissão e instrumentos reguladores do programa. Já 40% apresentam suas falas explicitando quais são os instrumentos técnico-operativos do Serviço Social e quais são os do programa que elas adotam no seu cotidiano.

Os instrumentos mais utilizados aqui são o parecer social, os formulários de mudança de responsável familiar, de acompanhamento familiar, de visita domiciliar, de estudo socioeconômico e declaração de renda (fala de entrevista).

Os instrumentais privativos do Serviço Social são visita domiciliar, do parecer social, estudo socioeconômico, relatório social e orientações. Estes são os instrumentais que só o Serviço Social utiliza, mas

existem outros instrumentos que são do programa, os quais utilizamos como os formulários de declaração de renda, de FPGb, formulário de exclusão de pessoas, de atualização cadastral, entre outros (fala de entrevista).

Como tratado por Pizzol (2008), o principal instrumento de trabalho de qualquer profissional é o conhecimento sobre sua área de atuação, conhecimento esse que se acumula e se renova. A pesquisa mostra que a maioria das profissionais possui um conhecimento equivocado sobre os instrumentos com os quais o profissional intervém frente às demandas. Confundem instrumentos da profissão com os do programa, estes respondem aos objetivos institucionais, pautados no imediatismo e na rotina institucional caracterizando-se um fim em si mesmo, enquanto os instrumentos técnico-operativos da profissão possuem uma dimensão prática-interventiva nas quais devem estar presentes os valores e compromissos assumidos pela categoria.

Uma intervenção metodológica, técnica e operativa depende de dois fatores: primeiro, o profissional precisa saber adequar o instrumento a demanda; segundo, ter propriedade teórico-metodológica suficiente para que consigam analisar a realidade social e intervir na demanda. A prática do Serviço Social envolve necessariamente: competências ético-política, envolvendo a formação de um posicionamento, do assistente social, frente às demandas, capaz de indicar a direção social de sua prática; competência teórico-metodológica, que permita ao profissional a qualificação necessária para o conhecimento da realidade tornando-o capaz de atuar nela, apreendendo sua essência, sua dinâmica e, assim, pensar em novas possibilidades de atuação; por fim, uma competência técnico-operativa, a partir da qual o assistente social deve conhecer a realidade na qual atua e ao mesmo tempo desenvolver habilidades técnicas que o auxiliem no desempenho de ações direcionadas aos usuários e às instituições (GUERRA, 1999).

O desenvolvimento dessas competências supõe a preocupação do assistente social em se qualificar continuamente, a fim de responder de maneira mais eficaz as demandas que chegam até ele, tendo em vista que através do conhecimento é possível garantir as bases para uma intervenção que privilegie o fortalecimento do projeto societário da classe trabalhadora.

Essa forma de intervenção supõe a necessidade de que o assistente social a compreenda realidade a partir da relação entre três dimensões: a da singularidade, da universalidade e da particularidade. A articulação entre essas três dimensões

fará com que o conhecimento teórico-metodológico aliado a uma habilidade técnica e a um compromisso ético-político, auxilie o profissional na atuação refletida sobre a dimensão social da vida humana. Entendemos que, através da relação entre singularidade e universalidade é possível apreender as particularidades de uma dada situação. Este seria o “método de investigação” ou “método dialético”, que tem a preocupação em fazer as mediações necessárias para se entender o movimento do real (PONTES, 2000).

No patamar dessas três dimensões, a instrumentalidade do Serviço Social assume papel fundamental no desenvolvimento dessas competências e, ainda expressa o tipo de prática que o profissional realiza. É importante registrar que o Programa Bolsa Família-PBF também possui seus instrumentos, os quais são apropriados pelo Serviço Social no seu cotidiano. Nesse sentido, sabendo que os instrumentos metodológico do PBF são pontuais, fragmentados e imediatos, a pesquisa procurou saber se há uma padronização no uso desses instrumentos, e se o Serviço Social utiliza de uma padronização, ou não, no desenvolvimento dos instrumentos da profissão.

Deste modo, a pesquisa revelou que, quanto aos instrumentos do PBF, estes são burocráticos e padronizados, uma vez que os mesmos são formulados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, cabendo aos profissionais apenas preenche-los com as informações prestadas durante o atendimento individual ou visita domiciliar. Quanto aos instrumentos do Serviço Social, a pesquisa revelou dados bem interessantes. Tínhamos previamente essa resposta em mente, no entanto, no decorrer da pesquisa nos deparamos com a seguinte fala:

Existe uma padronização em relação aos instrumentos do programa, que são os disponibilizados pelo MDS em relação ao cadastro único e ao Programa Bolsa Família. Mas os instrumentos do Serviço Social não são padrões, nós construímos juntas a partir das nossas discussões em reunião de categoria. Fizemos essa construção devido à dificuldade que as profissionais têm de desenvolver algum instrumental, principalmente quando é formada recentemente. Assim, nós construímos um norte para a elaboração de parecer, mas a prática é individual [...] Existe uma padronização nos instrumentos do Serviço Social, mas nada que não seja flexível, tenho liberdade para fazer da forma que eu quiser (fragmentos de entrevista).

A tendência de resposta dessa fala pode ser vista em 70% das entrevistas, as quais deixaram claro que os instrumentos do Serviço Social foram construídos coletivamente pela categoria em reunião, e que os mesmos são reformulados

sempre que há necessidade. Os demais 30% das entrevistadas embora afirmando não existir uma padronização deixaram clara em suas respostas que os instrumentos da profissão foram construídos pelas mesmas.

A partir desses dados relativos à padronização no uso dos instrumentos, procuramos conhecer também as referências e critérios adotados pelas assistentes sociais na construção dos mesmos. Assim, os dados revelaram que, quanto às referências utilizadas, 100% das entrevistadas relataram que utilizam a Lei 10.836 a qual regulamenta o Programa Bolsa Família, no entanto, 40% destas disseram que não se pautavam exclusivamente nessa lei, também analisavam a situação da família de forma crítica, compreendendo todo o contexto social, econômico e político envolvidos. Portanto, a maioria, correspondente a 60% afirmaram que utilizavam apenas a lei e descreviam a situação da família. Verificamos essa realidade nos trechos de depoimentos mostrados abaixo:

Utilizo sempre as normativas do programa, teoricamente, acho que depende de cada profissional. Por mais que tenhamos orientações sobre a elaboração do parecer, a prática é individual, particularmente eu analiso a situação de forma crítica, direcionando sempre para a defesa e ampliação de direitos, não vejo a pobreza apenas como falta de renda e essa é uma ideia de Ozanira [...] Procuro analisar cada situação de forma crítica, existe a lei, mas têm situações que não podemos nos pautar somente nela para compreender a situação e defender direitos, o posicionamento do profissional também é muito importante, se ele for comprometido com a defesa dos direitos vai encontrar uma forma de garanti-lo (fragmentos de entrevista).

Não adoto nenhuma referência teórica na construção dos pareceres, apenas descrevo a situação da família, a história que vemos e dou o parecer favorável ou não [...] Nós fazemos tanto no dia-a-dia que nem paramos pra pensar nisso, somente fundamento os pareceres na lei que rege o programa (fragmentos de entrevista).

Os principais critérios adotados na realização dos parecer, na verdade me pauto no código de ética. Eu entendo o parecer social como um instrumento usado para alargar direitos e não para tirar direitos. Na elaboração desse parecer eu busco essa visão crítica de sociedade, do funcionamento do Estado. Procuro sempre entender o que está por trás da realidade, e nunca culpar o indivíduo, quando ele senta na minha frente ele está mostrando o aparente, mas quando converso com ele, tento buscar o real, o que está por trás. Muitas vezes também não conseguimos porque aqui os atendimentos devem ser feitos muito rápido, então a escuta qualificada muitas vezes não acontece (fala de entrevista).

Constatamos nestas falas acima a diferença de posicionamentos profissionais, verificando que aqueles que conseguem realizar leituras são capazes de analisar teórico- metodologicamente a situação da família e criar propostas de intervenção, diferente daqueles profissionais que apenas descrevem a situação e deliberam, em um parecer, sem sequer questionar a situação da família.

Com o propósito de garantir os direitos dos usuários na realização dos pareceres 100% das entrevistadas relataram que adotam como critério principal a renda familiar, analisando se a família está dentro dos critérios de elegibilidade do PBF. Outras profissionais apontaram também como critério a composição familiar, a condição de vulnerabilidade e/ou risco social e o acesso das famílias as políticas de Saúde, Educação, Habitação e Trabalho. É o que podemos verificar a seguir:

Na elaboração dos pareceres, o principal critério utilizado é a realidade socioeconômica e estrutural das famílias, porque o que conta é a renda, os nossos pareceres estão direcionados a garantir que a família permaneça no programa [...](depoimento de entrevista).

Critério de renda não diz quem é pobre e quem é extremamente pobre, por ter esse entendimento é que temos que fazer todo um jogo de cintura [...] Analisamos a questão do acesso ao trabalho, se o mesmo é precarizado ou não, vemos a questão habitacional da família, acesso a educação e saúde, se existe algum fator de risco [...] Vejo o que a família está tendo de acesso aos direitos sociais. Via de regra, trabalhamos para a inclusão dos usuários, só bloqueamos nos casos gritantes em que a família não necessita mesmo [...] Analisamos a questão da vulnerabilidade social, a composição familiar porque nós trabalhamos com cadastro único (fragmentos de entrevista).

Assim, com base nesses depoimentos, percebemos que o instrumento técnico mais utilizado pelas assistentes sociais no PBF é o parecer social, compreendido pelas profissionais como um instrumento de viabilização de direitos, como também um meio de compromisso profissional com os usuários do programa. Apesar da dimensão tecnicista e operacional imposta pela visão legalista e seletiva do PBF, parcela das profissionais consegue demonstrar em suas ações competências ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, para analisar as situações de vida das famílias, de acesso ao trabalho e aos direitos sociais. Devemos ter clareza, ainda, de que os instrumentos operativos da profissão também expressam a direção política assumida pelo profissional, uma vez que neles estão presentes escolhas e posicionamento dos agentes.

Ao emitir um parecer social, o assistente social precisa ter clareza dessas questões, pois, como afirma Yazbek ao desvelar a mediação Estado, instituição e classe subalternas é que se dará a compreensão das políticas sócio-assistenciais como espaços contraditórios onde, ocorre o controle, o enquadramento dos subalternos, também ocorre a luta por direitos de cidadania e também, embora de modo precário, o acesso real a serviços e recursos que essa população não consegue alcançar (YAZBEK, 1999 *apud* CFESS, 2011, p. 55).

Quanto à análise de sua própria prática, a pesquisa buscou verificar se essa análise revelava uma capacidade crítica ou conservadora, cujo resultados apresentados revelaram que 80% das entrevistadas disseram desenvolver uma prática crítica, tendo em vista não se posicionarem como fiscais da pobreza e entenderem o seu papel na instituição e as contradições do programa e da sociedade. Já 20% declararam disseram ter uma prática crítica e conservadora ao mesmo tempo. Vejamos os relatos.

O Serviço Social no PBF reproduz mais formas críticas de prática, apesar de todos os limites postos, como os critérios do programa, a seletividade e focalização da Política Social. Temos autonomia, o conservadorismo não faz parte do nosso discurso [...] Até porque se estamos preocupados em fazer leituras e questionamentos sobre a nossa prática para entender a lógica disso tudo, principalmente para não sermos fiscais da pobreza, não estamos sendo conservadoras. Entendendo, sobretudo, que o Serviço Social está aqui porque existe uma demanda [...] Entretanto, em decorrência da sociedade em que vivemos, das formas como são pensadas as políticas, dos critérios do programa, por tudo que está no entorno, nós temos uma prática que é tensionada a reproduzir o conservador. Mas, enquanto profissional nós temos a possibilidade de reproduzir outro tipo de prática, não é a toa que nós temos as reuniões de categoria e as formações. Nesses encontros, nós avaliamos nossa prática e estamos o tempo todo nos puxando pelos cabelos para não cair nesse mecanicismo. Pelo menos, tentamos fazer a prática do Serviço Social no PBF, de forma crítica. (fragmentos de entrevista).

A atuação do Serviço Social aqui é crítica e também conservador, acredito que temos as duas coisas, como já falei, tem coisas que fazemos que não deveria ser feitas, mas temos que fazer para o bem das famílias, porque a lei do programa já é bem determinada. Vejo uma parte crítica na hora de analisar o critério de renda, porque às vezes as famílias perdem o programa por causa de centavos. Nós buscamos de alguma forma garantir que essa família continue recebendo o benefício, porque nós vemos que a família está precisando e ao contrário do como alguns discursos são postos, o programa bolsa família não acomoda ninguém. Tem essa questão da visita para verificar a renda, mas de alguma forma nós incentivamos

a família a buscar os seus direitos, entretanto, quando percebemos que realmente ela não tem mais perfil, nós as conscientizamos à buscar outras coisas, outros benefícios [...]

Acredito que nossa prática é mais conservadora, porque nós queremos vincular às famílias a um benefício que também atende a fins políticos, e nós trabalhamos para que as famílias permaneçam com o benefício, mesmo sabendo que seja uma prática que puxa mais para o conservadorismo. A crítica só no nosso conhecimento na hora de estudar para fazer um relatório, mas na prática é conservadorismo mesmo porque o programa em si é conservador (fragmentos de entrevista).

Os depoimentos das entrevistadas demonstram um posicionamento crítico frente a sua própria prática, na medida em que nas reuniões avaliam esses dois direcionamentos possíveis da profissão dentro do PBF, que pode ser o de fiscalizador da pobreza ou de garantia de acesso aos direitos. Assim, as profissionais assumem a postura de que vão se postar diante da realidade na perspectiva de defesa e garantia de acesso dos usuários do programa. No entanto, essa postura não garante que o direcionamento da prática siga esse caminho, tendo em vista os limites postos pelas condições objetivas do programa, que, por exemplo, não oferta o benefício para todos que necessitam e que existe um conjunto de critérios aplicados nos quais os assistentes sociais são obrigados a cumprir. Assim, as próprias regras que regem o programa limita essa postura crítica e comprometida dos assistentes sociais.

A partir do exposto, podemos constatar que o conservadorismo, hoje, existente na prática do Serviço Social não se deve apenas a uma postura conservadora dos profissionais, ainda que essa continue existindo, pois, ela se deve, sobretudo, a estrutura de funcionalidade conservadora das instituições e das Políticas Sociais. Para que o assistente social possa assegurar benefício do Programa Bolsa Família, ele precisa inclusive, burlar os regulamentos do programa, para desenvolver sua prática comprometida com os objetivos do Projeto Ético-Político e isso demonstra claramente que a lógica na qual a Política Social está programada, vai de encontro ao que o Serviço Social defende em seu projeto profissional.

Vemos claramente a partir destes depoimentos que o conservadorismo não aparece no discurso das profissionais, mas na prática, porque o programa conduz, a partir de seus critérios regulatórios, para o desenvolvimento desse tipo de postura. Percebemos que as entrevistadas deixaram claro que seus discursos são críticos,

mas sua prática está no campo do conservadorismo, dada as condições objetivas do PBF.

As assistentes sociais do PBF reconhecem o peso que a estrutura social e as Políticas Sociais e institucionais têm no direcionamento da prática do Serviço Social. Conforme já discutimos neste trabalho, a qualidade de atuação do assistente social está vinculada a condições de ordem objetivas e subjetivas³⁶, tais como “as relações de poder institucional, as Políticas Sociais específicas, os objetivos e demandas da instituição empregadora, a realidade social da população que busca por serviços e as condições materiais concretas nas quais a intervenção profissional se realiza” (SANTOS, 2010, p. 80).

No entanto, apesar do Serviço Social depender das condições dadas pelo Estado, pelas Políticas Sociais e pelas instituições empregadoras, no que refere ao acesso dos usuários aos serviços/benefícios, tais condições objetivas e subjetivas não deve ser assumido como obstáculos, mas sim como particularidade da prática profissional.

De acordo com Santos (2010), a prática do assistente social é resultado da formação teórica, política, ética e técnica, mas também é produto da organização social e institucional. É preciso ter clareza de que o posicionamento ético-político defendido pelo Serviço Social vai de encontro à direção ético-política e socioeconômica dominantes nesta sociedade e que esses fatores limitam os meios para uma prática profissional na direção do Projeto Ético-Político defendido pela categoria.

3.3 NÍVEL DE CONHECIMENTO DAS ASSISTENTES SOCIAIS SOBRE O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Conforme apresentamos no segundo capítulo desta dissertação, o Projeto Ético-Político do Serviço Social- PEPSS constitui-se em um dos pontos de fundamental importância no debate profissional, uma vez que o mesmo está

³⁶ Para Mônica Santos, “o fator subjetivo se integra no movimento dos fatores objetivos e vice-versa, ou seja, os objetivos são exteriores aos homens e existem sem eles, mas só adquirem sentido em sua relação com os homens. [...] É o apropriar-se das objetivações postas socialmente que constitui as subjetividades- o ser social só pode constituir sua subjetividade porque é objetivo, não o contrário” (2010, p.79).

vinculado ao debate da formação e da prática profissional pautados no pensamento marxista - que expressa o novo paradigma que orienta a direção social da profissão.

Como já sabemos as profissionais entrevistadas se formaram à luz das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS, com base nos princípios e valores presentes no PEPSS. A pesquisa permitiu investigar o nível de conhecimento das profissionais acerca do Projeto Ético Político do Serviço Social, revelando em que medida as assistentes sociais se vinculam aos princípios e diretrizes desse projeto e conseguem efetivá-lo no seu cotidiano de prática.

De acordo com Braz (2005), o sucesso do referido projeto depende das condições objetivas e subjetivas para a realização dos compromissos políticos da profissão. Isso quer dizer que a vontade do agente que escolhe assumir posicionamentos éticos e políticos, nem sempre conta com as condições necessárias para desenvolver uma prática que envolva os interesses e necessidades dos usuários.

Compreendemos que a intencionalidade das profissionais está vinculada a capacidade teórico-prática que envolve competência na elaboração de proposições teóricas, políticas e técnicas. No entanto, temos acompanhado, a partir do desenrolar da realidade descrita nesta pesquisa, que, de fato, o cotidiano de prática do Serviço Social está inserido numa lógica burguesa na qual as Políticas Sociais e os serviços sociais obedecem a essa racionalidade de natureza conservadora. Assim, analisando o nível de conhecimento dos sujeitos da pesquisa sobre o PEPSS, tomamos mais um elemento subjetivo dessa prática profissional, a partir do qual poderemos compreender como essa subjetividade se realiza diante das condições objetivas presentes nos espaços sócio-ocupacionais, as quais estão fora do domínio dos profissionais.

Inicialmente, perguntamos às entrevistadas se elas conheciam o Projeto Ético Político do Serviço Social, os resultados obtidos foram os seguintes: 40% afirmaram ter participado da discussão sobre o projeto (PEPSS) durante a formação acadêmica e que conhecem o conteúdo deste projeto, conforme depoimento;

O PEP é um direcionamento na realização da prática profissional, não esquecendo que esse direcionamento é uma escolha da categoria em defender determinados princípios [...] Ele articula o código de ética, a lei que regulamenta a profissão e as diretrizes da

ABEPSS, e a gente enquanto profissional tem que ter uma noção do que você está fazendo no seu campo de atuação. Meu direcionamento político é de defesa da classe trabalhadora que são usuários do PBF (falas de entrevista).

A parcela de profissionais que disseram conhecer o PEPSS ressaltou elementos fundamentais deste projeto como a escolha da categoria de construir um projeto profissional que está vinculado a um projeto social. No nosso caso defende os interesses da classe trabalhadora e se articula no apoio à construção de seu projeto societário. Esses profissionais também indicaram os documentos que expressam e materializam esse projeto: O Código de Ética, A Lei que Regulamenta a Profissão e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Outros, 30 % das entrevistadas reconhecem o termo Projeto Ético Político, mas desconhece o seu conteúdo;

Sobre o Projeto Ético Político eu conheço, mas não sei dizer do que se trata o seu conteúdo (fala de entrevista).

Por outro lado, 20% disseram desconhecer o PEPSS, conforme verificamos nas falas seguintes:

Sobre o Projeto Ético- Político do Serviço Social eu nunca me aprofundei, na verdade eu não conheço e não sei falar (fala de entrevista).

Com relação a esses profissionais que não conhecem o conteúdo do PEPSS, a pesquisa constatou também que a maioria possui cursos de pós-graduação, ainda assim, eles permanecem sem conhecer o caráter político da profissão e a capacidade de construir respostas teórico-metodológicas e ético-políticos.

Desmembrados e explicitados os conteúdo do projeto, em questões postas aos profissionais, à pesquisa verificou os níveis de conhecimento das entrevistadas sobre o Código de ética, a Lei que Regulamenta a Profissão e as Diretrizes Curriculares. Nesse sentido, também foram questionadas quais as orientações mais importantes do Código de Ética no cotidiano profissional no Programa Bolsa Família. Os resultados revelaram com 90% dos depoimentos, que as orientações mais necessárias ao trabalho das profissionais no Programa Bolsa Família correspondem ao sigilo profissional, seguido da defesa dos direitos, presente em 80% das falas e a igualdade de condição, direito e acesso mencionada em 20% das falas das entrevistadas, de acordo com os depoimentos seguintes:

A orientação mais necessária é o sigilo profissional porque atendemos famílias vulneráveis com variadas situações de vida. Então, no mínimo, deve-se garantir o sigilo na hora dos atendimentos quando essa família está expondo seus problemas e suas necessidades [...] Outra orientação bastante importante é a defesa na garantia de direitos, vejo como mais relevante aqui dentro, até por que o desconhecimento sobre os direitos é tão grande que muita gente chega aqui achando que estamos fazendo um favor e não garantindo um direito [...] A questão da igualdade é fundamental, no sentido fazermos os atendimentos, tratando a todos em condições de igualdade, independentemente de raça, cor ou sexo, porque aqui trabalhamos com todas as expressões de demandas, seja ela LGBT, mulheres, então é essa luta pela igualdade, do acesso a todos que são necessárias (fragmentos de falas de entrevistas).

Para Netto (1999), o projeto hegemônico de uma categoria supõe um acordo entre seus membros sobre os aspectos que o autor denomina de imperativos (são no geral, objeto de regulação jurídico-estatal) e os aspectos indicativos (são aqueles que não têm um consenso que garanta sua efetivação por todos os membros). De acordo com o autor o Código de ética do assistente social “apesar de ser um componente imperativo, são comuns nos debates e nas da prática, as discrepâncias acerca de alguns de seus princípios e indicações” (NETTO, 1999, p.8).

O Código de Ética se mostra para o Serviço Social como uma forma de materialidade de ideias e projeções profissionais e societárias, enquanto categoria organizada. “Os profissionais participam eticamente de um projeto profissional quando assumem individual e coletivamente a sua construção, sentindo-se responsáveis pela sua existência, como parte integrante do mesmo”. (BARROCO, 2005, p.13).

Além de indicarem as orientações mais importantes do Código de Ética no seu exercício no PBF, as assistentes sociais também apresentaram as orientações deste código que são difíceis de realizar. Nesse sentido, verificamos que o sigilo profissional, também é apontado como uma das orientações mais difíceis de realizar, dada as condições objetivas nas quais os atendimentos sociais são realizados.

A questão do sigilo é complicada porque não temos uma estrutura adequada e isso é bastante questionado na nossa reunião de categoria. Ele é quebrado na medida em que estamos fazendo um atendimento e quem está do outro lado escuta e às vezes, interrompe. Então, essa relação do sigilo entre o profissional e o usuário é quebrada nesse momento pela falta de estrutura adequada para esse atendimento. Essa é ainda uma deficiência e também um objetivo a ser alcançado. Não me sinto bem diante disso, pois sei

que estou agredindo uma orientação ética. Mas, eu já fui estagiária daqui e eu percebo a evolução da profissão aqui dentro, porque antes o Serviço Social só tinha uma salinha entre os digitadores e hoje nós temos duas salas, houve um avanço, e sabemos que as vitórias são feitas aos poucos, e o mais importante disso é que essa questão é bastante discutida nas reuniões de categoria e vemos a necessidade de mudanças (fala de entrevista).

Outra dificuldade de orientação apresentada foi a igualdade e universalização dos direitos:

A orientação mais complicada para se seguir aqui é a garantia da igualdade entre os usuários, já que trabalhamos com a política social que temos que realizar seleção dos casos mais complicados [...] a universalização dos direitos também é um princípio ético profissional, o qual estamos impossibilitadas de exercer, pois o programa é seletivo (fragmentos de falas de entrevista).

De acordo com o que está posto no Código de Ética de 1996, a inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo constitui-se num direito profissional. Sabemos que o sigilo profissional é reconhecido, tanto como uma orientação necessária, quanto como uma ação impossibilitada, dada às condições objetivas do espaço de atuação do assistente social, o qual limita o exercício desse direito.

O posicionamento do princípio ético defendido em favor da equidade e da justiça social, como condição de universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e Políticas Sociais, bem como sua gestão democrática, enfrenta também grandes desafios com as limitações da prática, haja vista os critérios de seletividade impostos pelas políticas e programas sociais.

O Projeto Ético Político do Serviço Social pauta-se em princípios democráticos e universalizantes, que estão na contra mão do projeto neoliberal e das formas de Políticas Sociais desenhadas a partir dessa lógica de redução e fragilização dos direitos sociais. Nessa lógica os direitos são garantidos minimamente através da execução de políticas e programas cada vez mais seletivas e fragmentados.

Embora os direitos sociais sejam universais por determinação constitucional, as instituições governamentais tendem a pautar-se pela “lógica do contador”: se a universalidade é um preceito constitucional, mas não se tem recursos para atender a todos, então que se mude a constituição. Essa é a lógica contábil, da “entrada” e “saída” de dinheiro, do balanço que se erige como exemplar, em detrimento da lógica dos direitos, da democracia, da defesa dos

direitos coletivos da sociedade, a que as prioridades orçamentárias deveriam submeter-se (IAMAMOTO, 2009, p. 37).

Assim, diante dessas condições objetivas colocadas a partir da própria estrutura de Estado Neoliberal, a prática do assistente social comprometida eticamente com a universalização dos direitos, vê-se comprometida por uma situação que independe da vontade dos sujeitos, uma vez que é colocada como uma realidade posta, na qual o profissional precisa atuar sem jamais perder o horizonte dos princípios coletivamente defendidos pela categoria profissional. O compromisso com a defesa e ampliação dos direitos dos trabalhadores está presente não só no discurso da categoria, mas também na elaboração intelectual e nas suas competências profissionais.

Seguindo o estudo, no interesse de saber o nível de conhecimento das assistentes sociais, a cerca do Projeto Ético Político do Serviço Social, constatou-se que, com relação ao conhecimento da Lei 8662/93 que regulamenta a profissão no Brasil e descreve competências e atribuições privativas ao assistente social, 60% dos profissionais reconhecem a importância e o conteúdo desta lei, apresentando, inclusive algumas competências e atribuições privativas da profissão, principalmente no que se refere à elaboração de parecer social, supervisão de estágio e coordenação da profissão.

Essa lei é muito importante, pois nos ajuda a se situar enquanto profissional. Com ela sabemos que só quem pode coordenar a equipe do Serviço Social é o próprio assistente social. Sabemos que parecer social é uma atribuição específica nossa. Essa lei nos ajuda a conquistar e garantir espaço [...] São atribuições nossa planejar, executar as políticas e realizar determinados tipos de encaminhamentos. Em relação às atribuições privativas, nós realizamos o parecer social, que é do Serviço Social, então, fazemos isso com total autonomia. Realizamos projetos, trabalhando sempre para a melhoria do público usuário [...] A lei que regulamenta a profissão é uma base de regulação, o que é privativo do Serviço Social é muito óbvio, parecer social por ser privativo é muito bom, nos ajuda muito enquanto profissional a se posicionar dentro do espaço institucional e também em relação aos outros profissionais. Quanto às competências, nós conseguimos desenvolver muita coisa, a instituição é quem limita (fragmentos de entrevista).

Já 30% demonstrou certo desconhecimento sobre o conteúdo desta lei, afirmando, sobretudo que apenas tinham realizado leitura para efeito de concurso público:

Sobre a Lei que Regulamenta a Profissão, no momento, eu não me lembro, só estudei quando estava na universidade, o dia a dia é uma correria danada e o meu erro é não buscar e deixar essas regulamentações ao lado para está consultando quando achar necessário (fala de entrevista).

Outros 10% confunde a lei que regulamenta a profissão com a lei que regulamenta a carga horária de trabalho do Serviço Social. Vejamos os relatos a seguir que expõe esta realidade:

Conheço essa lei, é a de 30h que está sendo efetivada (fala de entrevista).

A Lei de Regulamentação do Serviço Social constitui um dos componentes do Projeto Ético-Político do Serviço Social, instituindo de um lado deveres e de outro, competências e atribuições privativas. É sabido que essa Lei é de importância fundamental para os profissionais, uma vez que se desdobra num aparato legal nos requisitos do que é de competência ou não da profissão.

A pesquisa nos mostra que o conhecimento da Lei que Regulamenta a Profissão-8662/93 não é universal na categoria, havendo situações nas quais as profissionais pesquisadas demonstraram conhecimento, outras apresentaram confusões, sobretudo ao relacioná-la com a regulamentação da carga horária de trabalho da profissão, demonstraram falta de conhecimento a seu respeito. Mesmo aquelas que tiveram acesso a seu conteúdo demonstraram não estarem interessadas em acompanhar o conteúdo desta lei no seu exercício profissional.

Quanto as Diretrizes Curriculares, 30% das entrevistas evidenciaram conhecimento desta enquanto um componente do PEPSS e que sua formação profissional esteve vinculada a um trato teórico, histórico e metodológico como pilares dessa formação profissional, enquanto 30% tiveram respostas evasivas, demonstrando, assim, um desconhecimento do papel que as diretrizes curriculares desempenham dentro do projeto de natureza crítica ao conservadorismo, na formação dos profissionais.

São muitos os desafios enfrentados na atualidade para efetivar o projeto profissional. Nessa discussão, vários autores deram importante parcela de contribuição no sentido de esclarecer a realidade desse Projeto e de apresentar alternativas na sua consolidação.

Netto (1999) nos mostra que o desafio atual do nosso Projeto reside na ofensiva neoliberal que vem liquidando os direitos sociais, privatizando o Estado, sucateando os serviços públicos e implementando uma política macro- econômica que penaliza a massa da população.

Iamamoto (2004) fomenta a discussão afirmando que o maior desafio para efetivar esse projeto é torná-lo um guia efetivo para o exercício profissional, sob o risco de integrar o dever abstraído da realidade histórica.

Para finalizar, diríamos que as assistentes sociais que atuam no Programa Bolsa Família de João Pessoa, possui um conhecimento relativo sobre o Projeto Ético Político da Profissão, uma vez que os dados da pesquisa revelaram que essas profissionais reconhecem a defesa dos direitos como uma postura ética e política da profissão, entretanto, no geral, elas conscientemente ou não, por não possuírem conhecimento mais aprofundado, sobre o PEPSS e ainda, diante das condições objetivas nas quais desenvolvem suas práticas, acabam inviabilizando a materialidade do PEPSS, enquanto instrumentos de combate ao conservadorismo na profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, apresentamos o contexto da formação e da prática do Serviço Social e como estas refletem na atuação do Serviço Social no Programa Bolsa Família. Nossa análise apresenta as relações estabelecidas pelas assistentes sociais no cotidiano de prática, analisando as possibilidades de transformação ou de reprodução da ordem social vigente de racionalidade conservadora. Assim, o estudo estabelece um termo comparativo entre essas duas condições - a da formação e a da prática.

Para tanto, foram retomados alguns pontos que emergiram do processo de formação profissional vivido pelas entrevistadas, suas experimentações e aprendizagens voltadas a relação entre a teoria e a prática. Também apresentamos as condições objetivas na qual se plasma a prática do assistente social no Programa Bolsa Família, onde podemos perceber que a configuração e desenvolvimento deste programa possuem natureza conservadora que implica numa prática focalizada, mediatista e seletiva, que constituem-se em limites e desafios a prática do assistente social comprometido com o Projeto Ético- Político da profissão.

Assim, dentro do Programa Bolsa Família o Serviço Social possui sua prática marcada por diversas limitações objetivas decorrentes das mudanças conjunturais que são resultados do processo de reestruturação produtiva e da política neoliberal do Estado, trazendo fortes implicações na execução das Políticas Sociais, uma vez que o atual quadro sócio- histórico “atravessa e conforma o cotidiano do exercício profissional do assistente social afetando as suas condições e as relações em que se realiza o exercício profissional, assim como a vida da população usuária dos serviços” (IAMAMOTO, 2004, p.7).

Diante dos dados, as limitações da prática das assistentes sociais são reveladas através da falta de recursos básicos como materiais técnicos de trabalho, à precária estrutura física, a fragilidade de vínculo empregatício, a subordinação da prática a execução de normas que estabelecem a concessão de benefício, como também a prática de intervenções quantitativas estabelecidas pela gestão do programa. Constitui-se ainda como um dos obstáculos o reduzido número de profissionais que atuam nesse programa, que são poucos, diante do elevado

número de beneficiários, o que se torna um entrave para um exercício profissional de qualidade.

Os dados deram um panorama da condição subjetiva das assistentes sociais, onde foi revelado que as entrevistadas vêm investindo em cursos de capacitação profissional em nível de especialização, como também de capacitações relativas às ações do Programa Bolsa Família. Nesse compromisso de qualificação, também destacamos as reuniões de categoria realizadas pelo Serviço Social uma vez a cada mês, no intuito de qualificar suas práticas, fato onde são utilizados, como podemos perceber nas entrevistas, discussões teóricas desenvolvidas por autores do Serviço Social que discutem a Política de Assistência Social e em particular, a transferência de renda.

Dentro desse contexto, a pesquisa ainda revelou o cotidiano de prática do Serviço Social onde podemos visualizar o tipo de atividade para o qual o assistente social é chamado a intervir. Nesse sentido, a pesquisa pode concluir que as demandas ao Serviço Social se dão por duas vias: A primeira, expressa na gestão de benefício, que é compreendida como uma demanda do PBF que é imposta a profissão. Assim, as demandas ao Serviço Social que são impostas pelo programa refletem em intervenções de natureza manipulatórias, desconectadas de suas determinações.

A outra via de demandas ao Serviço Social se dá na sua relação com o usuário através dos atendimentos social e/ou visitas domiciliares. Aqui podemos dizer que o Serviço Social não se limita apenas a preencher dados nos sistemas, mas elabora formas de intervenções de forma que incorpora posições ético- políticas e prático- interventivas. Deste modo, ao compreendermos as vias de demandas a profissão, concluímos que a legitimidade da prática do Serviço Social no PBF é dada pela sua prática, que recai não na particularidade desta no interior das relações sociais, mas sim pela demanda a qual atende.

Dentro dessa perspectiva, acreditamos que as assistentes sociais que atuam no PBF, possuem grande esforço em realizar uma prática que [...] contribua para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária (CFESS, 1994, p. 16).

Partindo do entendimento de que as ações e direções da profissão são dotadas de dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, vinculadas ao projeto crítico da profissão, a pesquisa buscou identificar a direção

dada à prática das assistentes sociais. Nesse sentido, a pesquisa revelou que as entrevistadas demonstram um posicionamento crítico frente a sua própria prática, na medida em que nas reuniões avaliam esses dois direcionamentos possíveis da profissão dentro do PBF, que pode ser o de fiscalizador da pobreza ou de garantia de acesso aos direitos.

Assim, as profissionais assumem a postura de que vão se postar diante da realidade na perspectiva de defesa e garantia de acesso. No entanto, essa postura não garante que o direcionamento da prática siga esse caminho, tendo em vista os limites postos pelas condições objetivas do programa.

Vemos claramente que o conservadorismo não está no discurso das profissionais, mas sim na prática porque o programa empurra para o desenvolvimento desse tipo de postura que é intrínseca a estrutura de funcionalidade conservadora das instituições e das Políticas Sociais.

Percebe-se ainda que mesmo diante dos esforços depreendidos ao longo dos anos 1990 até agora, não foram suficientes para tornar o Projeto Ético- Político- PEPSS hegemônico dentro da categoria. Um dos desafios presentes para os profissionais é a busca mesmo da ruptura com posições conservadoras e o acompanhamento da realidade através de uma atualização teórica e metodológica que ofereça suporte a sua intervenção. Por não possuírem conhecimento mais aprofundado sobre o PEPSS e ainda, diante das condições objetivas nas quais desenvolvem suas práticas, acabam inviabilizando a materialidade do PEPSS, enquanto instrumentos de combate ao conservadorismo na profissão.

Assim, diante dessas condições objetivas colocadas a partir da própria estrutura de Estado Neoliberal, a prática do assistente social comprometida eticamente com a universalização dos direitos, vê-se comprometida por uma situação que independe da vontade dos sujeitos, uma vez que é colocada como uma realidade posta, na qual o profissional precisa atuar sem jamais perder o horizonte dos princípios coletivamente defendidos pela categoria profissional.

Ressalta-se, portanto, a capacitação permanente dos profissionais, pois a velocidade com qual se processa as mudanças, exige dos profissionais uma incessante busca pelo aprimoramento à luz dos princípios do Código de Ética profissional como forma imprescindível na afirmação do Projeto Ético-Político e na qualidade dos serviços prestados, possibilitando decodificar as demandas e

auxiliando na formulação de propostas que avigorem a legitimação social da profissão.

Esta análise ofereceu a oportunidade de conhecermos e refletir sobre as condições objetivas de trabalho das assistentes sociais no Programa Bolsa Família, como também nos possibilitaram compreender como é realizada a prática de um profissional formado numa perspectiva crítica, mas que atua em espaços de racionalidade conservadora, nos proporcionando entender suas limitações, desafios, perspectivas e posturas políticas.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/graduacao.php>>. Acesso em: 20 de out. de 2013.

_____. **Desafios à Formação Profissional em tempos de crise mundial** - a ABEPSS nas atividades comemorativas de 15 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.cressrj.org.br/download/arquivos/Documento_da_ABEPSS_.pdf> Acesso em: 15 de set. de 2013.

_____. As entidades do Serviço Social brasileiro na defesa da formação profissional e do projeto ético-político. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 108, 2011, p. 785-802. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n108/a13n108.pdf>> Acesso em: 2 de out. 2013.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social** – fundamentos Ontológicos. São Paulo. Cortez Editora, 3ª ed. 2010.

_____. **Ética e Serviço Social** – fundamentos Ontológicos. São Paulo, Cortez, 3 ed. 2010.

_____. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez. N.106, p.205-218, abr./jun. 2011.

BARDAN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições 70, 1997.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 9 ed. São Paulo, Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine. **Brasil em Contra- reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo. Cortez, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. Condições de trabalho e a luta dos(as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 107, p. 557-584, jul./set. 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 20 de nov. 2013.

_____. **Lei de Regulamentação Profissional**, 8.662 de 07/06/1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em 12 de fev. 2013.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Sistema eletrônico do MEC**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>> Acesso em: 25 de fev. de 2014.

_____. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de

2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 25 de fev. de 2014.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS**, lei nº 8742 de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 15 de Jan. de 2014.

_____. **Programa Bolsa Família**, lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm>. Acesso em: 20 de Fev. de 2014.

BRAZ, Marcelo. **Notas sobre o projeto ético-político do Serviço Social**. In: CRESS 7a. Região. Assistente social: ética e direitos. Rio de Janeiro: CRESS/7a. Região, 2005.

CAVALCANTE, Girlene Maria Mátis; PRÉDES, Rosa. **A Precarização do Trabalho e das Políticas Sociais na Sociedade Capitalista**: fundamentos da precarização do trabalho do assistente social. Libertas, v.10, Juiz de Fora 2010.

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia científica**. 6. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CIGNOLLI, Alberto. Estado e desenvolvimento capitalista no Brasil. In: **Estado e Força de Trabalho: introdução à política social no Brasil**. Brasiliense S. A. São Paulo, 1985, p. 16 a 43.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2ª ed. São Paulo. Expressão Popular, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL-CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**, CFESS Resolução nº 273 DE 13/03/1993.

_____. O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos: contribuição ao debate no judiciário, penitenciário e na previdência social. 10ed. São Paulo, Cortez, 2011.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2011.

ESCORSIM, Leila Netto. **O Conservadorismo Clássico**: Elementos de Caracterização e Crítica. São Paulo, Cortez, 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula. As funções da Política Social no capitalismo. In: **A Política Social no Capitalismo**: as funções da previdência e assistência social. 4ª ed. Cortez, São Paulo, 1985.

FERNANDES, Rosa Maria Castilho. **Educação permanente**: um desafio para o Serviço Social. Revista Textos & Contextos, V. 6 Porto Alegre, 2007.

FREDRIC, Jamerson. **Modernidade Singular**: ensaio sobre a ontologia do presente. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005. (tradução de Roberto Franco).

GRAMSCI, Antônio. Americanismo Fordismo. In: **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GOMES, Cláudia. O caráter reificado da modalidade de enfrentamento da “questão social”, no campo contraditório de negação e afirmação de direitos. In: **Direitos Humanos e Serviço Social**. (orgs). Valéria Fortiet ali. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2011.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. 4 ed. São PAULO: Cortez, 2005.

_____. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, 2010. Nº104, P. 715-735.

_____. O Serviço Social frente à crise contemporânea: demandas e perspectivas. In: **Revista Agora**, ano 2, nº3, 2005. Disponível em <<http://www.assistentesocial.com.br>>. Acesso em: 27 out. de 2013.

_____. A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social. In: **Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais**, “Capacitação em Serviço Social e Política Social”, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ABEPSS UNB, 2000. Disponível em: <http://ucbweb2.castelobranco.br/webcaf/arquivos/13053/11225/A_INSTRUMENTALIDADE_NO_TRABALHO_DO_SERVICO_SOCIAL___Yolanda_Guerra_1_.PDF> Acesso em 04 de agos. de 2014.

HARVEY, David. **A condição pós- moderna**. São Paulo. Editora Loyola, 1994. (tradução de Adail UbajaraBobral). Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=8bcTGHbGP_MC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false> Acesso em 18 de setembro de 2013.

HELLER, Agnes; FEHÉK, Ferenc. **A Condição Política Pós- Moderna**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002. (tradução de MARCOS Santarrita). Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=5x4wNo_W4PwC&printsec=frontcover&dq=A+CONDI%C3%87%C3%83O+POS+MODERNA+Lyotard&hl=ptBR&sa=X&ei=vtEkVPKrCpHjASNV4CwAQ&ved=0CCQQ6AEwAQ#v=onepage&q=A%20CONDI%C3>

%87%C3%83O%20POS%20MODERNA%20Lyotard&f=false>. Acesso em 2 de fev. 2014.

IAMAMOTO; CARVALHO. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 27 ed. São Paulo, Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A Questão Social no capitalismo. In: **Temporalis/ABEPSS**. Ano 2, n.3 Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

_____. As Dimensões ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. - **Texto base da conferencia magistral do XVIII Seminário Latino-americano de Escuelas de Trabajo Social**. San José, Costa Rica. 2004.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. São Paulo, Cortez 2007.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 15 ed. São Paulo, Cortez, 2008.

_____. **Serviço Social em tempos de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 6 ed. São Paulo, Cortez. 2011.

JAMERSON, Fredric. **Modernidade Singular**: ensaio sobre a ontologia do presente. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005. (tradução de Roberto Franco). Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=JI79cbx6kMC&printsec=frontcover&dq=fredric+jamesonh=ptBR&sa=X&ei=L9QkVJz8EumRsQT2sYD4Dw&ved=0CC4Q6AEwAg#v=onepage&q=fredri%20jameson&f=false>> Acesso em: 3 de fev. de 2014.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Os pensadores. Vol. I, São Paulo, Nova Cultural, 1987.

KONDER, Leandro. O que é a Dialética. 25ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1998. Disponível em: <http://araguaia2.ufmt.br/professor/disciplina_arquivo/16/20110814530.pdf> Acesso em: 15 de jan. de 2014. Acesso em: 15 de jan. de 2014.

_____. **Marxismo e Alienação**: contribuições para um estudo do conceito marxista de alienação. 2 ed. São Paulo. Expressão Popular, 2009.

_____. Em torno de Marx. São Paulo. Boitempo, 2010. Disponível em: <<http://copyfight.me/Acervo/livros/KONDER,%20Leandro.%20Em%20Torno%20de%20Marx.pdf>> Acesso em 10 Mar de 2014

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. 2ª ed. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

MANDEL, Ernest. **O lugar do marxismo na história**. São Paulo. Xamã, 2011, p. 09 a 46.

MARTINELLI, Maria Lúcia, KOUMROUYAN, Elza. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**. N.º 54. São Paulo: Cortez, 1994.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Trad. Maria Lúcia Cosmo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998. (coleção leitura).

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. In: **Marx, Engels: obras escolhidas em três tomos**. Lisboa: Avante, 1982. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2012.

_____. **O 18 Brumário de Louis Bonaparte**. 2 ed. Lisboa: Avante, 1984. Disponível em: <<http://marxist.org/portugues/marx/1852/brumario/index.htm>>. Acesso em: 27 jul. 2011.

_____. **O Capital**. Primeiro livro, vol. 1. 1996, São Paulo, Editora Nova Cultural. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf> Acesso em dez 2013.

_____. **Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel**. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/criticafilosofiadireito/index.htm>>. Acesso em: 28jul. 2011.

_____. **Ideologia Alemã**. 1 ed. Expressão Popular. São Paulo, 2009.

_____. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo, Boitempo, 2011. p. 39 a 64.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro, Zahar editores, Biblioteca de Ciências Sociais, 1967.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; LIMA, Telma Cristiane Sasso de. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo**. Revista Textos & Contextos Porto Alegre, 2009.

MINAYO, Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis. Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Política Nacional de Assistência Social- PNAS: Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004**. Brasília: MDS, 2004.

_____. **Norma Operacional Básica- NOB -**: Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005. Brasília: MDS, 2005.

MONTAÑO, Carlos. **Um projeto para o Serviço Social crítico**. Rev. katálisis, vol. 9 nº 2. Florianópolis, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 15 de novembro de 2012.

_____. **A natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2011.

MOTA, Ana Elisabete. A centralidade da assistência social na seguridade social brasileira nos anos 2000. In: **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo, Cortez, 2010, p. 133 a 146.

MOTA Ana Elisabete; AMARAL Ângela Santana. **Reestruturação do Capital, Fragmentação do Trabalho e Serviço Social**. [s.d.] Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ve0CBwQFjAA&url=http%3A%2F%2Ffiles.o-oficio-da-historia.webnode.com.br%2F2000003635e8555f7f0%2FReestrutura%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520do%2520capital%2C%2520fragmenta%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520do%2520trabalho%2520e%2520servi%25C3%25A7o%2520socia.pdf&ei=TS2qU53LEMGEqgaUyIKAAg&usg=AFQjCNFG2GFy4ILv9UTJztuXEDcMMnWUxg&sig2=CCOWfRAuCuL51amdp3l4FQ>> Acesso em 20 de jun. 2014.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Imperialismo. In: **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo, Cortez, 2011, p. 178 a 216.

Neto, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, v. 10, n. 30, p. 89-102, 1989.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo, Cortez, 1991.

_____. **A Construção do Projeto Ético- Político do Serviço Social**. Módulo 1 de capacitação em Serviço Social e Política Social, Brasília, 1999.

_____. **Curso sobre o Método de Marx**. Pós- Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2002. Aula 1 DVD 1(1h 58min 27seg).

_____. Introdução ao Método da Teoria Social. In: **Serviço Social Direitos Sociais e Competências Profissionais**. CEAD-CFESS. 2009a.

_____. **III CBAS**: Algumas referências para a sua contextualização. In: 30 anos do Congresso da Virada. CFESS/CRESS/ABEPSS/ENESSO. Brasília, 2009b. p. 15 a 39.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 4 ed. Cortez, São Paulo, 2011

NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 10 ed. São Paulo, Cortez, 2012.

NOGUEIRA, et. al. A Política de Formação do Assistente Social na UFPB: uma via participativa para o Projeto Político Pedagógico. **Teoria e Política Social**, v.1, n.1, p.

53-63. 2008. Disponível em:
<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tps/article/download/2948/2509>. Acesso em 22 de Julho de 2014.

OZANIRA, Maria da Silva e Silva. **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 7ª ed. São Paulo, Cortez, 2011.

OLIVEIRA, F. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendências globales y experiencias nacionales. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires: 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C08DeOliveira.pdf> >. Acesso em: 16 junho. 2014.

PASCAL, G. **O pensamento de Kant**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

PÉREZ, R. G. **História básica da Filosofia**. São Paulo, Nerman, 1988.

PIZZOL, Alcebir Dal. **Estudo Social ou Perícia Social?** – um estudo teórico-prático na Justiça Catarinense – Florianópolis: Insular, 2008.

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. In: **capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais**. Mod. 4: o trabalho do assistente social e políticas sociais. CEAS, Brasília 2000.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro, 1979.

SANTOS, Joseane. **Neoconservadorismo pós- moderno e serviço social brasileiro**. São Paulo, Cortez, 2007. – (coleção questões da nossa época; v132).

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na Prática a Teoria é Outra?** Mitos e Dilemas na Reação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social. 3ª edição. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2010.

SECON. Mileni Alves. **Serviço Social e Projeto Ético-político**: desafios à categoria profissional. Disponível em: www.cpihts.com. Acesso em: 21 de agosto de 2011.

SILVA, José Fernando Siqueira. Teoria e prática no trabalho do assistente social: falsos e verdadeiros dilemas. In: **Serviço Social & Realidade**, v.14, n. 02. França, Unesp, p. 133-154. Disponível em <<http://academicobifinho.blogspot.com.br/2007/03/algumas-consideraes-sobrerelao-teoria.html>>. Acesso em: 26 de set. de 2012.

SILVA, e Silva Maria Ozanira; YASBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, di Geraldo. **A Política Social Brasileira no Século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. 6 ed. Cortez, São Paulo, 2012.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, CEFESS/ABEPSS, 2009.

TONET, I. O pluralismo metodológico: um falso caminho. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Ano XVI. nº 48, São Paulo, Cortez, 1995.

_____. Modernidade, pós-modernidade e razão. Maceió, 2006. Disponível em: <<http://ivotonet.xpg.com.br/>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. **A nova política social no Brasil**: uma prática acima de qualquer suspeita? Revista Praia Vermelha, n. 18, UFRJ, 2008, p. 120 a 145.

YAZBEK, Carmelita. Os fundamentos do Serviço Social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 4, Brasília, CEAD, 2000.

ANEXOS

ANEXO A - Roteiro de Entrevista Semi-estruturada

1. Nº da entrevista:
2. Qual a sua instituição de formação?
3. Em que ano você se formou?
4. Tempo de atuação profissional?
5. Tempo de atuação no Programa Bolsa Família?
6. Qual a função que exerce no Programa Bolsa Família?
7. Tipo de vínculo empregatício?
8. Carga horária semanal?
9. Qual o valor do seu salário?
10. Possui outro vínculo empregatício? Onde, ou em que área?
11. Tem realizado alguma capacitação?
12. De que outras atividades acadêmicas você participou no período de formação?
13. Têm participado de eventos da profissão? Quais?
14. Nesses eventos ouviu falar do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social? O que?
15. Quais as orientações do Código de Ética que são mais necessárias ao seu exercício profissional?
16. Existem algumas recomendações do Código de Ética que seja difícil ou impossível de ser seguida no seu cotidiano de prática?
17. Tem conhecimento da Lei que Regulamenta a Profissão? Em que medida as competências e atribuições privativas está sendo efetivadas? Qual a colaboração destas no seu fazer profissional?
18. Os conhecimentos teóricos vistos na universidade possuem alguma utilidade na sua prática, qual?
19. Tem realizado algum tipo de leitura? Quais especificamente?
20. Você acha que a formação acadêmica lhe preparou para o mercado de trabalho, em que aspectos?

21. Quais as atribuições e atividades dos assistentes sociais no Programa Bolsa Família?
22. Quais as principais demandas ao programa Bolsa Família e ao Serviço Social especificamente?
23. O Serviço Social tem conseguido atender as demandas postas?
24. De quem o Serviço Social depende para atender essas demandas e quais as dificuldades?
25. Como avalia os recursos (materiais, financeiro e humano) na realização de sua prática?
26. O Serviço Social no Programa Bolsa Família é tensionado a reproduzir mais formas conservadoras de práticas sociais ou formas críticas?
27. Quais os Instrumentos Técnico-operativos mais usados na prática dos assistentes sociais no Programa Bolsa Família?
28. Existe uma padronização no uso dos instrumentos na instituição?
29. Qual a sua autonomia em relação: ao uso desses instrumentos? À prestação dos serviços? À tomada de decisões importantes? Ao planejamento?
30. Quais os principais critérios adotados na elaboração dos pareceres, no sentido de garantia dos direitos dos usuários?
31. Você adota alguma referência teórica na elaboração dos pareceres? Qual?
32. O que mais limita o seu fazer profissional?
33. Qual deve ser o perfil específico dos profissionais que atuam no Programa Bolsa Família?
34. Está satisfeita com suas condições de trabalho?

ANEXO B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Nós, Merilainy Dayana Lima Serafim e Dr.^a Cleonice Nogueira Lopes, aluna e professora do curso de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, responsáveis pela pesquisa **A contradição presente entre o crítico e o conservador: uma análise da formação e prática dos assistentes sociais que atuam no programa bolsa família em João Pessoa**, estamos requisitando a sua disponibilidade para ser inserido como sujeito de pesquisa deste estudo que tem como objetivo investigar a existência ou não de contradições entre a formação, numa perspectiva crítica e o exercício profissional dos assistentes sociais.

A pesquisa se justifica com a finalidade de propiciar uma contribuição acerca da temática da formação e prática profissional, podendo ter relevância uma vez que pretende contribuir com o debate político e metodológico do Serviço Social, apontando a necessidade de ampliação dos espaços político-democráticos do exercício profissional e do debate acadêmico.

A sua participação na pesquisa é de livre e esclarecido consentimento, o que significa o direito de não concordar em participar ou ainda desistir a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação pela sua decisão. Ademais, os seus dados permanecerão em absoluto sigilo e apenas solicitamos a sua permissão para gravar a nossa conversa em meio digital, apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos e publicá-los em periódicos da área.

Considerando a Resolução 466/2012 do CNS, salientamos que todas as pesquisas apresentam riscos. No entanto, pelo tipo de pesquisa e procedimento metodológico utilizado, supõe-se que a esta pesquisa não oferecerá riscos em potencial aos sujeitos envolvidos, uma vez que nos preocupamos em obedecer aos parâmetros de ética em pesquisa.

Tendo em vista que este documento possui mais de uma lauda, solicitamos dos participantes desta pesquisa uma assinatura rubricada na primeira folha e assinatura completa na segunda. Ambas as laudas deverão ser devidamente rubricadas e assinadas pelo participante e pesquisador responsável da pesquisa.

Certas de sua compreensão e colaboração, agradecemos cordialmente a sua inserção na nossa pesquisa bem como nos colocamos à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da investigação.

Para outros esclarecimentos, disponibilizamos o endereço das pesquisadoras responsáveis: Merilainy Dayana Lima Serafim, Rua Rejane Freire Correia, 681, Jardim Cidade Universitária, João Pessoa- PB. CEP: 58052-197. E-mail: dayana_lima9@hotmail.com. Cleonice Nogueira Lopes, Rua das Castanholas, 121, Anatólia, João Pessoa- PB. CEP: 58052-070. E-mail: Cleonice.nogueira@ig.com. Como também disponibilizamos o endereço e contato telefônicos do Comitê de Ética e Pesquisa da UFPB Centro de ciências da Saúde – Bloco Arnaldo Tavares 1º andar/ sala 812. Campus I Bairro: Cidade Universitária – João Pessoa- PB. CEP: 58059-900 Fone: (83) 32167791 Fone/fax: (83) 32167791 CNPJ: 24098477/0001-10. E-mail:eticaccsufpb@hotmail.com Horário de atendimento ao público: das 08h00min às 12 horas / 14h00min às 16h00minh.

Eu, _____,
declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar desta pesquisa e para que as pesquisadoras apresentem os seus resultados em eventos científicos e/ou os publiquem em periódicos da área. Estou ciente que receberei cópia deste documento com as devidas rubricas e assinaturas.

João Pessoa-PB: ____/____/2013.

Assinatura do/a Sujeito da Pesquisa

Telefone para contato: _____

Assinatura da Pesquisadora

Telefone: (83) 9655-3418

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A CONTRADIÇÃO PRESENTE ENTRE O CRÍTICO E O CONSERVADOR: uma análise da formação e prática dos assistentes sociais que atuam no programa bolsa família em João Pessoa.

Pesquisador: Merilainy Dayana Lima Serafim

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 17192713.0.0000.5188

Instituição Proponente: Centro de Ciência da Saúde

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 525.954

Data da Relatoria: 06/02/2014

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um Projeto de Pesquisa egresso PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - Nível Mestrado, da aluna MERILAINY DAYANA LIMA SERAFIM, sob a orientação da Profª Drª CLEONICE NOGUEIRA LOPES.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar a existência ou não de contradições entre a formação, numa perspectiva crítica e exercício profissional dos assistentes sociais inseridos no Programa Bolsa Família do município de João Pessoa. Nesse sentido, o objetivo é saber se essa formação crítica está assegurando uma prática crítica, ou se as características conservadora, inerente ao estado de natureza neoliberal, impõe sua racionalidade à prática do Serviço Social, levando-a a reproduzir essa natureza conservadora e também se reproduzir como uma prática conservadora.

Objetivo Secundário:

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br; elianemduarte@hotmail.com

Identificar os assistentes sociais, os quais se formaram no âmbito do projeto ético-político do serviço social e aprofundar conhecimentos sobre as Diretrizes, o corpo ídeo- teórico que lhe orientam, seus princípios e valores ético-políticos. Investigar a existência de traços conservadores no Programa Bolsa Família, os quais constituem os limites e desafios postos pelas relações sócio- institucionais do Estado Neoliberal e pelas relações capitalistas à prática profissional dos referidos assistentes sociais. Identificar a direção social da prática profissional dos assistentes sociais formados sob o patamar das Diretrizes Curriculares, construídas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 2001 e constitutivas do Projeto Ético-Político do Serviço social.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Sabe-se que qualquer pesquisa que envolve seres humanos corre-se em riscos. No entanto, pelo tipo de pesquisa e procedimento metodológico utilizado, supõe-se que a pesquisa não oferece riscos em potencial aos sujeitos envolvidos. Ainda assim, como consta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os sujeitos terão suas vontades e direitos preservados, principalmente no que se refere a sua participação. E ainda, a pesquisa obedecerá aos parâmetros de ética em pesquisa.

Benefícios:

Esta pesquisa poderá ter relevância para o processo de formação e da prática profissional, uma vez que pretende contribuir com o debate político e metodológico do Serviço Social, apontando a necessidade de ampliação dos espaços político-democráticos do exercício profissional e do debate acadêmico. Do ponto de vista político, os dados da pesquisa servirão para dar visibilidade ao processo de formação profissional, bem como desvelar as condições objetivas e subjetivas, inerente à prática dos assistentes sociais que atuam no Programa Bolsa Família na cidade de João Pessoa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa que apresenta relevância científica e tem como objeto de estudo a relação entre a formação profissional de assistentes sociais, orientada por um Projeto Ético-Político de natureza crítica ao conservadorismo e a prática profissional de assistentes sociais formados a partir das Diretrizes Curriculares desse projeto. Contudo, necessário se faz a correção

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br; elianemduarte@hotmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA - CENTRO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE



Continuação do Parecer: 525.954

de alguns problemas que poderão dificultar a operacionalização da mesma.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Após análise minuciosa observamos a presença de todos os termos de apresentação obrigatória.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Tendo em vista o cumprimento de todas as recomendações indicadas na análise anterior, somos de parecer favorável a aceitação e aprovação do presente Projeto.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

JOAO PESSOA, 10 de Fevereiro de 2014

Assinador por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador)

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br; elianemduarte@hotmail.com